



UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**MESTRADO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS
ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (CRUP)**

“RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL”

Arlindo Martins Araújo
Ágata Cristina Marques Aranha

Vila Real, 2016

Relatório Profissional com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, cumprindo o estipulado no ponto 5 do artigo 10.º do regulamento CRUP da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a orientação da Prof.^a Doutora Ágata Cristina Marques Aranha.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	iii
Lista de anexos	iii
Lista de imagens	iii
Lista de tabelas	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Agradecimentos	vii
Introdução	1
1 – Contextualização do espaço de intervenção	6
1.1. Localização Geográfica	6
1.2. História	6
1.3. Património e agentes culturais	6
1.4. População	7
1.5. Atividades Económicas	8
1.6. Apresentação da escola	9
1.6.1. Caraterização dos Elementos Materiais	12
1.6.2. Caraterização dos Elementos Humanos	13
1.6.3. Recursos de apoio facultativo	15
1.6.4. Projetos emblemáticos	15
1.6.5. Organização funcional	17
1.6.6. Oferta formativa	19
1.7. Departamento de Artes e Expressões	23
2 – Análise da prática profissional desenvolvida nos últimos cinco anos letivos (2009/2014)	26
Domínio A – Competências para lecionar	28
1. Conhecimentos Científicos e Didáticos	28
2. Promoção da Aprendizagem pela Motivação e Responsabilização dos Alunos	30

3. Plasticidade (flexibilidade e capacidade de adaptação)	31
4. Identificação e vivência do Projeto Educativo	32
5. Comunicação	33
6. Planeamento	34
7. Procura de Informação e Atualização de Conhecimentos	35
8. Avaliação	36
Domínio B – Competências profissionais e de conduta	38
1. Trabalho de Equipa e Cooperação Inter-áreas	40
Domínio C – Competências sociais e de relacionamento	44
1. Relação com alunos e encarregados de educação	44
2. Envolvimento com a comunidade educativa	49
Domínio D – Competências de gestão	51
1. Liderança	52
2. Motivação	53
3. Delegação	53
4. Planeamento e Controlo	54
5. Estratégia	54
6. Reconhecimento	55
7. Gestão da Inovação	55
8. Avaliação	57
Reflexão final	60
Referências	63
Anexos	67
Anexo 1 – Registo de Avaliação do Desempenho Docente 2008/2010	
Anexo 2 – Relatório de Avaliação do Desempenho Docente 2008/09 a 2011/12	
Anexo 3 – <i>Curriculum Vitae</i>	

Lista de abreviaturas

AEEP – Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular

CCT – Contrato Coletivo de Trabalho

CEB – Ciclo do Ensino Básico

DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

EF – Educação Física

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

EPC – Ensino Particular e Cooperativo

FENPROF – Federação Nacional de Professores

FISEC – *Fédération Internationale Sportive de L'Enseignement Catholique*

IDJV – Instituto D. João V

ME – Ministério da Educação

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

Lista de anexos

Anexo 1 – Registo de Avaliação de Desempenho Docente 2008/2010

Anexo 2 – Relatório de Avaliação de Desempenho Docente 2008/2012

Anexo 3 – *Curriculum Vitae*

Lista de imagens

Imagem 1 - Instituto D. João V 9

Imagem 2 – Organograma do Instituto D. João V 17

Lista de tabelas

Tabela 1 - Dados estatísticos das freguesias de proveniência do Instituto D. João V	8
Tabela 2 – Oferta formativa do Ensino Básico	19
Tabela 3 – Oferta formativa do Ensino Secundário – Prosseguimento de estudos de nível superior	19
Tabela 4 – Oferta formativa do Ensino Secundário Profissional (qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos)	20
Tabela 5 – Matriz curricular do 2.º Ciclo do Ensino Básico 2013/2014	20
Tabela 6 – Matriz curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico 2013/2014	21
Tabela 7 – Matriz curricular do Ensino Secundário 2013/2014	22
Tabela 8 – Matriz curricular do Ensino Profissional	22
Tabela 9: Domínios da Avaliação	23
Tabela 10: Critérios específicos de Educação Física no Ensino Básico	24
Tabela 11: Critérios específicos de Educação Física no Ensino Secundário	24
Tabela 12: Critérios específicos de Educação Física no Ensino Profissional	24
Tabela 13: Critérios de Classificação da disciplina de Educação Física	25

RESUMO

Este relatório revela e reflete a nossa experiência de vida de atividade docente, ao longo de mais de 20 anos na área da Educação Física, desenvolvida no Instituto D. João V, instituição do Ensino Particular e Cooperativo situada na Vila do Lourçal, concelho de Pombal. Esta reflexão desenvolve-se a partir das dificuldades sentidas pela disciplina de Educação Física, nomeadamente nas escolas deste tipo de ensino, que ano após ano tem visto diminuir a sua importância nos currículos dos alunos, pela redução da carga horária semanal, com as consequências que isso acarreta no valor formativo de crianças e jovens.

A análise do trabalho desenvolvido reporta ao período de 2009/10 a 2013/14 e teve por base os quatro domínios do relatório de autoavaliação docente do Ensino Particular e Cooperativo, designadamente: Domínio A - Competência para lecionar, onde são descritas e analisadas as atividades e funções desempenhadas na leção das aulas; Domínio B - Competências profissionais e de conduta, onde é analisado o trabalho cooperativo com colegas, a partilha de conhecimentos e dinamização de atividades e projetos; Domínio C - Competências sociais e de relacionamento, onde se inclui o trabalho realizado na direção de turma e direção de curso e Domínio D - Competências de Gestão, onde é explanado o trabalho desenvolvido como Coordenador de Departamento bem como na Comissão de Avaliação de Desempenho.

Nesta reflexão revelam-se expectativas, dificuldades, vitórias e experiências vividas, procurando demonstrar de que forma o nosso percurso influenciou e nos tornou, os profissionais que hoje somos. Apesar do sucesso alcançado no desempenho das várias funções, temos consciência que continuarão a existir obstáculos que nos levarão a cometer falhas, devendo continuar a manter um espírito lutador e autorreflexivo, pois só assim se poderá ir mais além no desempenho das funções pelas quais se tem menos apetência, como é exemplo o desempenho do cargo de Diretor de Turma.

Palavras-chave: Educação Física, Ensino-Aprendizagem, Escola, Desenvolvimento Profissional, Coordenação de Departamento.

ABSTRACT

This report reveals and reflects about our life experience for more than 20 years as Physical Education teachers at Instituto D. João V, a private school located in Louriçal, a small town in the county of Pombal. This reflection starts with the difficulties brought upon Physical Education, especially at this type of schools, where the subject's importance in the students' curricula has been decreasing year after year due to the reduction of the weekly schedule, with all the consequences it brings to the value of the formation we are providing to our children and youngsters.

The analysis of the work developed goes back to the school years 2009/10-2013/14 and it was based on the four domains of the self-evaluation report for private schools' teachers, namely: Domain A – Teaching skills, which describes and analyses the activities developed during classes, as well as the teachers' tasks; Domain B – Professional skills, which includes cooperative work among teachers, the sharing of knowledge and the development of activities and projects; Domain C – Social and relational skills, referring to the work done by the class and course director, and Domain D – Management skills, which explains the work developed as a Department Coordinator and as a member of the Teachers' Evaluation Commission.

This reflection reveals expectations, difficulties, achievements and experiences with the purpose of showing how our path has influenced us into becoming the professionals we are today. In spite of the success achieved in the several functions, we must be aware of the fact that the obstacles yet to come will make us fail but we must also keep up the fighting spirit and the ability to question ourselves. Only in this way will it be possible to go further in the fulfillment of the functions for which one has less will, as it happens in the case of the position of class director.

Key-words: Physical Education, Teaching and learning, School, Professional Development, Department Coordination.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste relatório não posso deixar de começar por endereçar toda a minha gratidão a alunos, assistentes operacionais, pessoal administrativo, colegas e outros intervenientes que, comigo, interagiram no Instituto D. João V em prol do seu Projeto Educativo.

À Professora Doutora Ágata Aranha pelo seu desafio constante, encorajamento, respeito pelas nossas fragilidades e capacidade de orientação. Esperamos que este trabalho corresponda às expectativas depositadas.

Ao Dr. António Calvete, pela confiança que depositou no meu trabalho e na minha competência profissional, bem como pela oportunidade que me proporcionou de enriquecer o meu percurso profissional.

Ao Ricardo Gaspar pelo apoio prestado e pela paciência que dedicou à revisão do texto.

A quem sempre teve uma palavra de carinho, interesse e incentivo para a realização deste relatório.

Aos meus pais e irmãos, por tudo.

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório detalhado da atividade profissional, respeitante ao período de 2009/10 a 2013/14, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo como objetivo geral a descrição e reflexão contextualizada e fundamentada da atividade profissional no período supracitado, numa perspetiva integrada da experiência pessoal e profissional, com caráter retrospectivo e prospetivo.

A perceção de todo o contexto escolar, constituiu sempre um objetivo prioritário e primordial na abordagem à escola, conseguida através da consulta e estudo dos documentos de referência da instituição, do departamento e do grupo disciplinar, com especial relevância para o Projeto Educativo de Escola, o Projeto Curricular de Escola e os Planos Curriculares e Critérios de Avaliação de Educação Física. Neste processo, houve sempre especial preocupação na articulação com as diversas estruturas escolares, bem como na partilha de conhecimentos e informações para iniciar o ano letivo com o máximo de pré-preparação possível.

Enquanto professores deparamo-nos com as mais variadas situações, exigindo da nossa parte uma gestão eficaz e rápida dos processos de decisão e de implementação e avaliação destas mesmas decisões. Cometemos e continuamos, certamente, a cometer alguns erros, conscientes de que, mesmo quando os resultados são positivos, são sempre possíveis abordagens e decisões diferentes para um mesmo problema que produzam melhores resultados. Temos sempre presente estes factos, o que nos faz manter um processo de avaliação e reflexão constante sobre o trabalho desenvolvido que nos permita encontrar caminhos para uma prática profissional cada vez mais competente.

Nos últimos anos tem-se constatado uma perda de importância da disciplina de Educação Física no contexto escolar, verificável nomeadamente nas metas curriculares apresentadas pelo Ministério da Educação, onde nem sequer é mencionada, bem como no facto de, neste momento, a nota da disciplina não contar para a média contabilística de acesso ao Ensino Superior, embora os estudos demonstrem que cada vez mais o sedentarismo juvenil se apoderou da nossa sociedade. Esta perda de importância é ainda mais relevante nas escolas do Ensino Particular e Cooperativo, pois se até ao ano letivo de 2011/12 os currículos dos alunos que frequentavam as escolas com contrato de associação eram iguais aos do Ensino Público, no entanto, com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 139/2012 de 5 de julho, que define os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, passa a ser possível a flexibilização da duração das aulas, eliminando-se a obrigatoriedade da organização dos horários de acordo

com tempos letivos de 45 minutos ou seus múltiplos. Esta situação ficou ainda ratificada no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (EEPC) de nível não superior publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de Novembro, que consagrou, com especial relevo, a atribuição de autonomia pedagógica às escolas do Ensino Particular e Cooperativo, por ele abrangidas. Esta possibilidade foi de imediato aproveitada pelos gestores de inúmeras escolas, que se apressaram a alterar os tempos letivos para 60 minutos, tempo esse que também definiram como “hora letiva”. Como consequência desta ação passou a ser impossível o cumprimento das matrizes curriculares no que à carga horária total diz respeito, uma vez que para o cumprimento da carga horária semanal mínima a todas as disciplinas, ter-se-ia uma carga horária total bastante superior ao permitido.

Tomando como exemplo o caso da Educação Física no 2.º Ciclo do Ensino Básico, as matrizes curriculares indicavam um tempo mínimo semanal de 135 minutos em cada um dos anos de ensino. Assim, para o cumprimento desse tempo mínimo, com gestão em tempos letivos de 60 minutos, seria necessário a realização de três aulas semanais, perfazendo um total de 180 minutos. Será fácil verificar que esta situação seria in comportável para todas as disciplinas, uma vez que as matrizes continuaram a ser elaboradas com base em aulas de 45 minutos. A solução adotada foi a atribuição de 3 tempos letivos (180 minutos) às turmas do 5.º ano de escolaridade e de 2 tempos letivos (120 minutos) às turmas do 6.º ano de escolaridade.

No 3.º Ciclo do Ensino Básico esta situação tornou-se mais grave pois as matrizes definem um total de 300 minutos no 7.º e 8.º anos e de 250 minutos no 9.º ano para as disciplinas de Educação Visual, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Oferta de Escola e Educação Física, não estando contemplado o número mínimo para cada umas das disciplinas. A solução adotada no Instituto D. João V (IDJV) e em muitas outras escolas deste sistema de ensino foi a atribuição à disciplina de Educação Física de 60 minutos no 7.º ano de escolaridade e de 120 minutos nos 8.º e 9.º anos de escolaridade.

No Ensino Secundário as matrizes referem como tempos mínimos para a disciplina de Educação Física 150 minutos em cada um dos anos do nível de ensino, tendo a solução adotada sido a atribuição de 180 minutos nos 10.º e 12.º anos de escolaridade e 120 minutos no 11.º ano de escolaridade.

Se compararmos estes tempos com os praticados na escola pública, facilmente se verifica que o tempo destinado à prática de atividade física nas escolas do Ensino Particular e Cooperativo é bastante inferior, a que se junta a inexistência de atividades ligadas ao Desporto Escolar em grande parte destas instituições.

Estas questões foram várias vezes por nós levantadas em sede de Conselho Pedagógico, aquando das apreciações das planificações anuais das várias disciplinas, tendo sempre a Direção de Escola informado que a gestão dos tempos letivos era realizada

por ciclo de estudos e não por ano de escolaridade, o que contrariava as planificações aprovadas, pois as mesmas eram anuais.

Esta situação apenas foi legalizada em 2014 com a publicação da Portaria 59/2014 de 7 de março que estabeleceu as regras a aplicar na gestão flexível dos currículos das escolas do Ensino Particular e Cooperativo, permitindo a estas fazer uso de uma percentagem das horas definidas nas matrizes curriculares em vigor. Nos termos da citada portaria pode ler-se no seu Artigo 3.º:

“Âmbito da autonomia

1. Às escolas do ensino particular e cooperativo é conferida a faculdade de poderem gerir, de forma flexível nos termos dos números seguintes, a carga horária das diferentes disciplinas curriculares, desde que cumpram em cada ciclo de estudos e relativamente a cada disciplina ou área disciplinar obrigatórias, os programas, metas curriculares e orientações curriculares.

2. No âmbito da respetiva autonomia e tendo em conta as especificidades de cada turma são permitidas às escolas particulares e cooperativas:

a) Decidir, de acordo com os limites previstos no n.º 4, o tempo letivo a atribuir a cada disciplina ou área disciplinar;

b) Gerir livremente, ao longo do ano letivo e do ciclo de estudos, o tempo letivo atribuído a cada disciplina ou área disciplinar;

c) Oferecer, dentro do tempo curricular total anual, outras disciplinas ou áreas disciplinares complementares, em função do seu projeto educativo;

d) Gerir a distribuição das diferentes disciplinas em cada ano ao longo do ciclo de escolaridade, exceto nas disciplinas de Português e Matemática.

3. Sem prejuízo da sua autonomia, as escolas particulares e cooperativas ficam obrigadas ao cumprimento de uma carga curricular total semanal igual ou superior ao total definido na matriz curricular nacional para cada ano, ciclo, nível e modalidade de educação e formação.

4. As escolas particulares e cooperativas ficam impedidas de:

a) Atribuir a cada disciplina ou área disciplinar uma carga horária total inferior a 75% do tempo mínimo previsto na matriz curricular nacional;

b) Atribuir às disciplinas de português e matemática uma carga horária total inferior ao tempo mínimo previsto na matriz curricular nacional;

c) Atribuir a qualquer disciplina prevista na matriz curricular nacional uma carga horária total inferior a 45 minutos por semana.

5. Para a realização dos cálculos de carga horária previstos nos números anteriores, considera -se o número de semanas de atividades letivas previsto no calendário escolar.”

Com a publicação desta portaria as matrizes curriculares voltaram a sofrer profundas alterações, estando previsto para ano letivo de 2015/16, no que à Educação Física diz respeito a atribuição das seguintes cargas horárias: 5.º e 6.º anos de escolaridade – 120 minutos semanais (2 aulas de 60 minutos); 7.º ano de escolaridade – 90 minutos semanais (1 aula de 60 minutos no primeiro semestre e 2 aulas de 60 minutos no segundo semestre); 8.º ano de escolaridade – 60 minutos semanais (1 aula de 60 minutos); 9.º ano de escolaridade – 120 minutos semanais (2 aulas de 60 minutos); 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade – 120 minutos semanais (2 aulas de 60 minutos). Embora estes tempos contemplem os 75% do tempo mínimo previsto na matriz curricular nacional, esta distribuição não possibilita aos alunos que frequentam estas escolas um acesso à prática da atividade física em situação idêntica às dos alunos que frequentam as escolas públicas, o que em nossa opinião desvirtua o contemplado no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, publicado no Decreto-Lei n.º 152/2013 de 4 de novembro, onde no que às escolas com contrato de associação diz respeito refere no seu artigo 16.º:

“1 — Os contratos de associação têm por fim possibilitar a frequência das escolas do ensino particular e cooperativo em condições idênticas às do ensino ministrado nas escolas públicas, no respeito pela especificidade do respetivo projeto educativo.

2 — Os contratos de associação são celebrados com escolas particulares ou cooperativas, com vista à criação de oferta pública de ensino, ficando estes estabelecimentos de ensino obrigados a aceitar a matrícula de todos os alunos até ao limite da sua lotação, seguindo as prioridades idênticas às estabelecidas para as escolas públicas”.

Todas estas situações conduzem a que o papel do Professor de Educação Física e a sua função na escola seja muitas vezes minimizado passando a disciplina a ser conotada como uma extensão do recreio. Perante este cenário algumas questões se levantam: Que futuro estará reservado para os nossos jovens? Que geração de pensadores estamos nós a formar? Serão as escolas meras linhas de montagem de indivíduos trabalhados para os rankings escolares? O que fazer com aqueles que fogem à norma, aos que saem da linha de montagem? Onde anda o conceito *“mens sana in corpore sano”*?

Ao realizar este trabalho refletivo, iremos procurar situar-nos no contexto atual e nas dificuldades que a disciplina apresenta perante os objetivos definidos pelo Ministério da Educação. Procuraremos ainda, realizar uma reflexão abrangente sobre os nossos anos de serviço, enquanto professor de Educação Física, na escola onde iniciamos a nossa prática letiva, e na qual lecionamos até trinta e um de agosto de dois mil e quinze. Ao longo destes anos verificamos que apesar da nossa importância aos olhos dos alunos ter aumentado, a verdade é que as políticas nacionais nos empurram para um abismo, onde o nosso lugar

começa a resumir-se, infelizmente, à exiguidade de um tempo letivo. Compete a nós, Professores, com muito ânimo, a função de mudar gerações, é essa a nossa missão.

Assim, e dando resposta ao desafio deste mestrado construímos este relatório de atividade profissional, que se encontra dividido em 4 domínios principais: Domínio A – Competências para lecionar, onde são descritas e analisadas as atividades e funções desempenhadas na leção da disciplina de Educação Física e das disciplinas teóricas do Curso Tecnológico de Desporto; Domínio B – Competências profissionais e de conduta, onde é analisado o trabalho cooperativo com colegas e partilha de conhecimentos, bem como a nossa envolvência na dinamização de atividades e projetos, nomeadamente o projeto do Desporto Escolar onde fomos responsáveis pelo grupo/equipa misto de Judo, o projeto de educação para a saúde “Vamos ser... Saudáveis”, onde coordenamos a vertente “Vamos ser... Ativos” e o projeto Basquetebol 3x3 onde para além da coordenação do projeto fomos responsáveis pela dinamização, em diversas ocasiões, das suas Fases Local e Sub-Regional; Domínio C – Competências sociais e de relacionamento, onde se inclui o trabalho realizado tanto na direção de turma como na direção de curso tendo nesta função realizado a coordenação de estágios profissionais dos alunos do Curso Tecnológico de Desporto e Domínio D – Competências de gestão, onde é explanado o trabalho desenvolvido como Delegado de Grupo, Coordenador de Departamento de Artes e Expressões nomeadamente na gestão da atividade dos grupos disciplinares de Educação Física, Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical e Artes Visuais, bem como o realizado na Comissão de Avaliação de Desempenho Docente designadamente na observação de aulas e outras atividades.

No final do relatório tecemos algumas considerações de síntese final e apresentamos as referências, as quais serviram de base ao nosso trabalho.

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

1.1. Localização Geográfica

O Instituto D. João V situa-se na Freguesia e Vila do Louriçal, concelho de Pombal e distrito de Leiria. A freguesia do Louriçal é uma das 17 que integram o concelho de Pombal e localiza-se na região Oeste do mesmo, a noroeste do distrito de Leiria.

Uma das principais potencialidades do Louriçal é a sua localização geográfica, ocupando uma posição central entre as cidades de Pombal, Leiria, Figueira da Foz e Coimbra. Por outro lado, a Vila localiza-se na proximidade de eixos viários importantes: Autoestrada do Norte – A1, Autoestrada do Oeste – A8/A17, Via Rápida de ligação entre a A1 e a A17 (IC8), E.N. 109 (Figueira da Foz – Leiria), E.N. 237 (Pombal – Marinha das Ondas), E.N. 342 (Carriço – Condeixa), Linha Férrea do Oeste. Encontra-se também na proximidade do porto da Figueira da Foz.

1.2. História

Ainda que raros e dispersos, os vestígios de ocupação humana remontam, na região, aos tempos romanos. A primeira referência ao topónimo regista-se no foral outorgado a Leiria, em 1142.

O povoamento do Louriçal remonta a meados do séc. XII. Em Março de 1162, El-Rei D. Afonso Henriques fez doação da Mata de Algesede ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. É natural que existisse já a povoação com que em Dezembro de 1166 o mesmo monarca obsequiou esse Mosteiro, designando-se por Louriçal. A povoação de Louriçal recebeu do referido Mosteiro a primeira carta de foral em 1310, a que se sucedeu, a 23 de agosto de 1514, no reinado de D. Manuel, o novo foral. D. João III, filho de D. Manuel, estabeleceu definitivamente a universidade em Coimbra, atribuindo a esta instituição o senhorio do Louriçal. Mais tarde, já no séc. XVIII, foi constituído o Marquesado do Louriçal, sendo o seu primeiro titular D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses.

O concelho de Louriçal foi extinto por decreto em 24 de outubro de 1855, sendo então absorvido pelo de Pombal, situação que se mantém até aos nossos dias. Em 1993, a povoação recupera a condição de Vila.

1.3. Património e agentes culturais

No centro da localidade situa-se o Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, um edifício imponente que alberga, em regime de clausura, freiras seguidoras de Santa Clara de Assis. As suas origens remontam ao antigo recolhimento de Terceiras, tendo sido fundado em 1630 por Madre Maria do Lado, dois anos antes da sua morte.

Apesar da primeira pedra ter sido colocada a 28 de abril de 1690 pelo Bispo de Coimbra, para edificar uma igreja privativa, a Igreja do Recolhimento, que faz parte do Convento, este só viria a ser construído mais tarde, por ordem de D. João V. A 27 de outubro de 1739 é inaugurada a Igreja do Convento, tratando-se de facto de um autêntico exemplar da arquitetura religiosa da época.

O edifício da Igreja da Misericórdia, de traça quinhentista, localizado junto ao Convento, está classificado como "Imóvel de Interesse Nacional". Fazem ainda parte deste património a Igreja Matriz de S. Tiago, padroeiro da Vila, a Igreja do Recolhimento, o Aqueduto setecentista e um antigo Pelourinho transformado em Cruzeiro, alusão simbólica à antiga autoridade municipal.

Além da sua riqueza arquitetónica, sobressai, igualmente, o seu rico e diversificado património cultural. O associativismo está bem vivo e presente nas diversas coletividades, destacando-se a Sociedade Filarmónica Louriçalense, que conta com mais de 175 anos de atividade ao serviço da cultura e a Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Louriçal que mantém de forma regular a sua agenda cultural ao longo dos mais de 35 anos de existência.

Três ranchos folclóricos, várias associações culturais, recreativas e desportivas, com um vasto leque de atividades, a que se juntam um Clube de Caça, a 6.^a Secção dos Bombeiros Voluntários de Pombal, a Santa Casa da Misericórdia, o Lar de Idosos e o Agrupamento de Escuteiros do Louriçal.

A nível desportivo destaque para a equipa de Futsal Feminino da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Louriçal que disputa a primeira divisão nacional da modalidade. De referir que esta coletividade possui equipas em todos os escalões federados de Futsal tanto masculino como feminino, para além de desenvolver as modalidades de Karaté, Ténis de Mesa e BTT. De assinalar, ainda na freguesia, a Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Moita do Boi que possui equipas federadas em todos os escalões masculinos de Futebol.

1.4. População

A população escolar é composta principalmente por alunos provenientes da freguesia do Louriçal e das freguesias limítrofes. Nos últimos anos, a comunidade escolar tem apresentado um decréscimo significativo, motivado não só pela diminuição da população da freguesia como também pelo enorme aumento do preço dos transportes, que afetou principalmente os alunos dos concelhos limítrofes.

Tabela 1 - Dados estatísticos das freguesias de proveniência do Instituto D. João V (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 - Resultados Definitivos).

	População Residente	Pop. Res. H	Pop. Res. M	Famílias Residentes	Alojamentos familiares	Edifícios
Louriçal	4720	2264	2456	1777	2659	2502
Almagreira	3076	1467	1609	1185	1882	1871
Carriço	3653	1799	1854	1346	1903	1855
Mata Mourisca	1835	920	915	707	1048	1046
Vinha da Rainha	1397	660	737	602	943	929
Alqueidão	1752	843	909	701	972	958
Marinha das Ondas	3179	1551	1628	1161	1606	1477
Borda do campo	847	406	441	313	403	403
TOTAL	20459	9910	10549	7792	11416	11041

À data do último Recenseamento Geral da População – Censos 2011, registaram-se 4.720 residentes na freguesia do Louriçal, distribuídos pelas 23 localidades que a integram. A área da freguesia (a quarta maior do concelho em termos de superfície) é de 54 Km² e a densidade populacional é de 87 hab./ Km².

A estrutura etária da população apresenta um relativo envelhecimento. A maioria dos residentes é do sexo feminino, ocorrendo o alojamento das famílias, essencialmente, em residências unifamiliares.

Nos anos 60, a região registou um elevado índice de emigração, situação que se reverteu no final do século XX, quando se assistiu, por um lado, ao regresso dos emigrantes e, por outro, à fixação na localidade de um número significativo de imigrantes. No entanto, na última década verifica-se novamente um elevado índice de emigração complementado pelo regresso dos imigrantes aos seus países de origem. Ainda assim, é significativo o número de alunos lusodescendentes existentes na escola.

1.5. Atividades Económicas

De cariz predominantemente rural, a economia da freguesia gravita em torno do setor primário, sendo as culturas agrícolas predominantes na freguesia: arroz, milho, vinha e o tabaco. Na paisagem arbórea, predominam as oliveiras, os eucaliptos e os pinheiros bravos. A floresta representa um dos principais recursos naturais da região e uma fonte

subsidiária dos rendimentos dos agricultores. A população agrícola apresenta níveis de escolaridade bastante baixos, o que se traduz no analfabetismo nos níveis etários mais avançados.

Os setores secundário e terciário têm conhecido nos últimos anos uma fase de franco crescimento, nomeadamente com a instalação de algumas unidades fabris, onde se destaca a indústria têxtil, dividindo-se o setor terciário entre o comércio tradicional e os serviços. A escola e o grupo onde esta se insere são, em parte, responsáveis pelo crescimento empresarial.

1.6. Apresentação da Escola

O Instituto D. João V, instituição do ensino particular e cooperativo com contrato de associação, foi inaugurado a 1 de setembro de 1987.



Imagem 1 – Instituto D. João V

Iniciou a sua atividade no ano letivo 1987/88, pertencendo à rede nacional de ensino, com autorização definitiva de funcionamento n.º 166. Está dotado de autonomia pedagógica e mantém com o Estado português um Contrato de Associação, o qual implica a gratuitidade de ensino nele ministrado em função da caracterização da comunidade.

Aplica-se à sua Administração e Gestão o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-lei 152/2013, de 4 de novembro) e, em geral, a legislação nacional, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo.

A gestão do Instituto D. João V é assegurada por órgãos próprios, que se orientam segundo os princípios da eficiência e da qualidade do trabalho científico-pedagógico.

Ao longo dos seus mais de vinte e cinco anos de existência, tem desenvolvido a sua atividade com o intuito de formar cidadãos com elevado sentido de responsabilidade e cidadania, capazes de responder aos desafios da sociedade atual e, principalmente, de dar

resposta às suas necessidades profissionais e sociais, tornando-os membros, perfeitamente integrados, de uma sociedade global.

Desde a sua fundação que o Instituto D. João V procura afirmar-se como Escola de referência no quadro educativo distrital e regional, estabelecendo a sua atuação num Projeto Educativo sólido, capaz de congrega e envolver diferentes setores da comunidade, no sentido de dar resposta às necessidades do meio e responder às ambições dos alunos e das famílias.

Assumir a responsabilidade pela formação plena de jovens cidadãos conscientes e interventivos, assente em verdadeiras aprendizagens, capazes de promover o reconhecimento e o valor do aluno nas suas diversas dimensões.

Missão

A missão do Instituto D. João V consiste em ministrar um Serviço Público de Educação de Qualidade, acrescentando valor aos seus alunos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da comunidade.

Pretende ainda que cada aluno/formando que frequenta a escola, tenha oportunidades de acesso ao conhecimento e experiências diversificadas de aprendizagem que lhe permitam favorecer o seu desenvolvimento integral. A aposta na valorização do aluno e do seu saber é um dos vetores orientadores para a construção de uma identidade social e interventiva e uma linha de orientação na formação de jovens qualificados e reconhecidos no mercado de trabalho. É intenção do Instituto D. João V que no final do percurso escolar, os seus alunos estejam dotados de todas as competências que lhes permitam uma plena integração social e profissional, sendo motivo de reconhecimento por parte da comunidade.

Princípios e Valores

A ação educativa do Instituto D. João V assenta nos seguintes princípios gerais, caracterizadores da cultura de escola:

- Equidade e justiça;
- Rigor;
- Motivação para o sucesso – Uma cultura de escola;
- Cultura de inovação;
- Desenvolvimento integral do aluno (o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber estar);
- Envolvimento da família e da comunidade;
- Autoavaliação e melhoria contínua.

Pelo facto de o currículo não se esgotar na sua dimensão formal, entende o Instituto D. João V que a ação educativa deve assentar nos seguintes princípios e valores:

- Adequar as experiências de aprendizagem ao nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos e à escolha e prossecução das vias escolares ou profissionais subsequentes, concretizando, assim, os princípios da Equidade e Justiça.
- Promover o Sucesso Escolar, na perspetiva do rigor e da qualidade, dinamizando sessões de reflexão sobre caminhos, tendências e expectativas no domínio da educação, no sentido de preparar os diversos intervenientes no processo educativo para as decisões a tomar e, simultaneamente, privilegiar a orientação vocacional, com vista a fundamentar o sucesso em opções conscientes e responsáveis.
- Proporcionar o desenvolvimento integral do aluno, abarcando os domínios do saber, do saber fazer, do saber ser e do saber estar, através do estabelecimento de laços afetivos que desenvolvam a sua dimensão humanista e a sua consciência cívica, elementos fundamentais no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes.
- Promover uma educação ambiental e educação para a saúde, alertando para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário e a valorização de uma sexualidade responsável e informada.
- Articular as atividades escolares com a vida, o meio e o mundo do trabalho, reforçando, assim, o envolvimento da família e da comunidade. A escola pretende abrir-se à realidade exterior, utilizando-a não só como recurso didático, mas sobretudo como possibilidade de concretizar projetos de pesquisa ou de intervenção, em que os alunos se empenhem ativamente na vida da comunidade, de acordo com o seu nível de capacidades e com as suas motivações. A educação e formação dos alunos devem ter em conta os seus anseios e aspirações de modo a facilitar o prosseguimento dos estudos e/ou a transição para o mercado de trabalho em articulação com a sociedade.
- Criar Jovens Empreendedores, promovendo a constante adaptação à mudança, à descoberta e aos novos desafios, numa perspetiva de inovação e crescimento, utilizando métodos e estratégias inovadoras.
- Promover uma cultura de escola baseada na inovação e na motivação para o sucesso, através de procedimentos de autorregulação/autoavaliação conducentes à reformulação de atuações e estratégias promotoras da melhoria contínua e eficaz.

Devem, igualmente, considerar-se, como estruturadores do processo ensino-aprendizagem, os seguintes princípios pedagógicos:

- Coerência e sequencialidade entre os ciclos de ensino;
- Articulação do currículo e da avaliação;
- Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares;
- Promoção da responsabilidade social cívica e ambiental;
- Valorização da língua e da cultura portuguesas;
- Valorização das tecnologias de informação e comunicação;
- Enriquecimento da aprendizagem, através da riqueza da oferta de atividades complementares à formação dos alunos (atividades, academias, projetos, concursos...) (*referência: artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho*).

O Instituto D. João V procura continuamente a melhoria no desempenho das suas atividades, incrementando métodos e processos inovadores que conduzam à excelência, desenvolvidos a partir do envolvimento de um corpo docente de elevada qualificação e competência técnica, sustentado por um conjunto de infraestruturas adequadas às suas necessidades.

1.6.1. Caraterização dos Elementos Materiais

O edifício escolar é constituído por cinco blocos distintos, designados pelos carateres A, B, C, D e E. O bloco A é destinado à Direção de Escola, Sala de Professores, Serviços Administrativos, um Bar de apoio a toda a comunidade educativa e uma Biblioteca, dinâmica e com um acervo rico e atualizado que contempla todas as áreas do saber. A Biblioteca constitui um importante espaço de apoio ao estudo.

Os blocos B, C e D destinam-se a Atividades Letivas. No bloco E, encontram-se os laboratórios de Física, Química e Biologia, que dão uma resposta eficaz ao carácter experimental das disciplinas e proporcionam, pelo equipamento atual de que são dotados, o desenvolvimento do espírito científico. No mesmo bloco, o Bar da Piscina é um espaço de convívio saudável e de descontração e dá apoio ao Terminal de Autocarros. No rés-do-chão do bloco E, situam-se, ainda, uma ampla Cantina, que permite o contacto direto e o estreitamento das relações professor/aluno, e o Auditório, com capacidade para cerca de 120 pessoas, permitindo a dinamização de eventos de diversa natureza (palestras, debates, projeções, entre outros).

Todas as salas estão equipadas com projetores e outros recursos multimédia e a rede *wireless* permite o acesso à internet em toda a escola. Todos os espaços interiores têm aquecimento e no exterior dos blocos existem espaços com estruturas de apoio a um convívio harmonioso.

Dispõe ainda de uma Piscina semiolímpica e um moderno e bem equipado Pavilhão Gimnodesportivo, que alberga as aulas de Educação Física e serve de palco a festas escolares e a eventos diversos, nomeadamente desportivos, um Centro de Recursos, Espaço de Convívio e Central de Transportes. O espaço exterior é ocupado pela Área de Recreio, Jardins e Campos de Jogos.

As instalações específicas possuem um Diretor de Instalações, nomeado pela Direção de Escola e com competências definidas no Regulamento Interno. Consideram-se as seguintes instalações específicas: Biblioteca; Laboratórios de Informática e Equipamentos; salas de Expressão Artística e Tecnológica; instalações de Educação Física (Pavilhão Gimnodesportivo, Piscina, Campos de Jogos Exteriores); Salas e Laboratórios de Ciências Experimentais.

O Pavilhão Gimnodesportivo, local privilegiado da nossa atividade profissional, inaugurado em 1997, é essencialmente utilizado para a dinamização das atividades práticas da disciplina de Educação Física. O espaço de jogo tem as dimensões de 40mx20m e permite a realização de três aulas em simultâneo, estando equipado com material para a prática dos vários jogos desportivos coletivos que fazem parte dos programas de Educação Física, bem como material de Ginástica, Judo e Atletismo (salto em altura). Para além do pavilhão gimnodesportivo a escola possui uma piscina com as dimensões de 25mx18m, na qual são abordadas as aulas da unidade didática de Natação, durante quatro semanas, a todas as turmas da escola. A piscina funciona ainda entre as 18 e as 21 horas com aulas de natação para a comunidade local.

Para além destas instalações cobertas a escola possui ainda dois campos de jogos exteriores equipados com oito balizas de andebol/futsal e seis tabelas de basquetebol.

1.6.2. Caraterização dos Elementos Humanos

Ao longo dos seus primeiros anos de atividade, o Instituto D. João V apresentou um trajeto marcado pelo crescimento, o que refletiu a qualidade dos projetos desenvolvidos. Este crescimento traduziu-se em termos do número de alunos, de professores, de funcionários e de novas infraestruturas. No entanto, nos últimos cinco anos e seguindo a tendência demográfica nacional, o número de alunos tem vindo a diminuir tanto no Ensino Básico como no Ensino Secundário.

No ano letivo de 2013/14 frequentavam a escola cerca de 800 alunos, provenientes de várias freguesias, integrando um total de 35 turmas, distribuídas pelos diferentes Ciclos de estudos – 6 no 2.º Ciclo do Ensino Básico; 15 no 3.º Ciclo do Ensino Básico, 9 no Ensino Secundário regular e 6 no Ensino Secundário profissional. Destas, apenas as 6 turmas do Ensino Secundário profissional não estavam contempladas no contrato de associação. A população escolar é predominantemente oriunda de famílias cujas atividades profissionais

se centram na agricultura e na indústria, sendo os pais/encarregados de educação maioritariamente trabalhadores por conta de outrem.

Procedendo ao levantamento do escalão socioeconómico e cultural dos progenitores, verifica-se que a maior parte possui habilitações ao nível dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, registando-se ainda alguns casos de habilitações ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e ao nível do Ensino Superior. Os agregados familiares são compostos em média por 4 pessoas. Há um elevado número de famílias carenciadas como se pode constatar pelo número de alunos que beneficiam de Ação Social Escolar no escalão A (100) e no escalão B (162). A escola acolhe ainda 63 alunos com necessidades educativas especiais proporcionando-lhes as condições necessárias para o desenvolvimento de currículos adaptados, através do acompanhamento de uma psicóloga e de um professor de educação especial.

A generalidade dos alunos é proveniente da freguesia do Louriçal e das freguesias limítrofes de Almagreira, Carriço e Mata Mourisca e caracteriza-se por possuir um conjunto de valores associados à instituição familiar e à influência que a Religião Católica exerce no meio. A função de Encarregado de Educação é desempenhada predominantemente pelas mães, as quais se mostram cada vez mais interessadas na vida dos seus educandos, sinal de uma crescente responsabilidade dos pais perante a Escola e enquanto os seus filhos a frequentam.

O corpo docente tem vindo a diminuir de ano para ano, sendo atualmente composto por 55 elementos, distribuídos pelos respetivos departamentos curriculares:

Departamento de Ciências Sociais e Humanas	9
Departamento de Artes e Expressões	11
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários	13
Departamento de Ciências Exatas e Naturais	22

Todos os docentes são profissionalizados, sendo 52 pertencentes aos quadros do pessoal docente e os restantes são contratados.

Tendo em vista uma atualização contínua de conhecimentos, o Instituto D. João V integra no seu plano anual de atividades duas vertentes essenciais: a formação interna e a formação externa. As ações de formação internas realizam-se no Instituto D. João V e destinam-se a professores, funcionários, alunos e pais/encarregados de educação deste estabelecimento de ensino, podendo ser organizadas em parceria com outras entidades ou escolas sendo promovidas pela Direção de Escola; Departamentos Curriculares; Grupos Disciplinares; Serviços de Psicologia e Orientação ou Equipas Pedagógicas. As ações de formação externa são organizadas por instituições externas à escola, podendo assumir diferentes figurinos: conferências, seminários, colóquios, encontros, simpósios, congressos, entre outros.

O Instituto D. João V está acreditado junto da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) como entidade formadora e promove um leque diversificado de cursos de formação destinados a professores e pessoal não docente. Apesar de acreditado junto da DGERT, as ações de formação promovidas pelo Instituto D. João V não são acreditadas no que à progressão na carreira de professores diz respeito.

O pessoal não docente é composto por 21 profissionais, distribuindo-se pelo desempenho de diferentes funções: chefe dos Serviços Administrativos, assistentes administrativos, auxiliares de ação educativa, empregados de limpeza, empregados de balcão, contínua, empregado de reprografia, empregado de refeitório e chefe de secção. As habilitações literárias vão do 4.ºano de escolaridade à licenciatura, sendo a habilitação dominante o 9.ºano de escolaridade.

1.6.3. Serviços de apoio facultativos

A escola está dotada de um bar, situado no Bloco A. Funciona nos períodos correspondentes às atividades letivas e apresenta-se como espaço de convívio e/ou descanso. Todos os produtos disponíveis ao público são selecionados respeitando os princípios do equilíbrio alimentar. O refeitório escolar, situado no Bloco E, assegura as refeições diárias e apresenta uma ementa elaborada de acordo com os parâmetros da alimentação saudável. A comunidade educativa é ainda servida por uma papelaria e reprografia que dá resposta a diferentes necessidades inerentes ao processo educativo e alberga um ponto de venda de vestuário desportivo. Os transportes estão concessionados às empresas Transdev e Rodoviária do Tejo, mas a escola comporta um terminal próprio instalado no seu espaço interior, facilitador, por isso, da segurança e bem-estar dos alunos. Todos os discentes têm ainda acesso facultativo a cacifos escolares.

1.6.4. Projetos emblemáticos

O Instituto D João V destacou-se no âmbito do desporto, nas diferentes modalidades que tem apoiado. São vários os prémios e títulos alcançados nas competições regionais e até nacionais nas modalidades de Futsal e Basquetebol, ao longo dos anos, destacando-se ao nível federado as vitórias na Taça de Portugal e na Supertaça de Futsal na época de 1998/99 e o Título Nacional da 1.ª Divisão Feminina de Basquetebol na época de 2005/06. Ao nível escolar destaque para os Títulos Nacionais do Desporto Escolar de Iniciados Femininos de Basquetebol no ano letivo de 1998/99, de Juvenis Femininos de Basquetebol nos anos de 2000/01 e 2002/03, de Juvenis Femininos de Futsal no ano letivo de 1998/99 e de Juvenis Masculinos de Futsal no ano letivo de 2010/11, ano em que a escola decidiu terminar com a sua participação nos quadros competitivos do Desporto Escolar. Ainda no que ao Desporto Escolar respeita, de assinalar as três participações nos Jogos da

Fédération Internationale Sportive de L'Enseignement Catholique (FISEC), pelas equipas Juvenis Femininos de Basquetebol nos anos de 2001 (Hungria) e 2003 (Espanha) e pela equipa de Juvenis Masculinos de Futsal no ano de 2011 (Portugal).

As recriações históricas promovidas ao longo dos anos na Vila do Lourçal são um marco de referência na ligação com a comunidade. O espírito solidário é também uma cultura de escola, sendo que o seu desenvolvimento se articula com o Projeto de Responsabilidade Social, Cívica e Ambiental e concretiza-se, desde sempre, na organização dos cabazes de Natal, a oferecer às famílias carenciadas da comunidade educativa, e nas visitas aos lares de idosos. A preocupação com a ligação ao meio e à família é reconhecida desde o primeiro ano de funcionamento da escola e concretiza-se no marco festivo que é a Festa de Natal, na qual são chamados ao palco famílias e figuras da comunidade envolvente. A comemoração do Magusto num ambiente de partilha e convívio saudável é outro dos projetos que permite reforçar a ligação escola-família. A motivação à participação dos alunos em atividades e concursos externos leva também à realização de projetos que têm distinguido a escola (Parlamento dos Jovens, 1.º prémio do concurso nacional do Diário de Notícias, entre outros). O galardão e a bandeira do projeto Eco Escolas é mais um dos emblemas e traduz a preocupação com a educação ambiental da comunidade em que a escola se insere.

No âmbito do que atrás fica referido, destacam-se, assim, os seguintes projetos emblemáticos:

- Biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE);
- Ligação ao 1.º Ciclo do Ensino Básico: projeto concretizado por uma equipa de professores que visa a promoção da interação e da relação próxima com os docentes e alunos do 1.º Ciclo através da dinamização de atividades desenvolvidas no Instituto D. João V e nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Ligação à Família: projeto dinamizado por uma equipa de docentes em articulação com vários elementos da comunidade escolar, com especial destaque para a Direção de Escola, os Diretores de Turma e os Serviços de Psicologia e Orientação, que visa a consolidação de uma relação de proximidade entre todos os intervenientes do processo educativo (escola-aluno-família). Tem como objetivos principais: auscultar as preocupações e anseios dos encarregados de educação; incluir pais e encarregados de educação nas atividades escolares e na definição de objetivos e estratégias educativas; informar as famílias sobre problemáticas pertinentes para um melhor suporte psico-socio-educativo das crianças e jovens; contribuir para uma melhor qualidade das relações familiares, que se traduz num apoio mais eficaz à vida escolar dos alunos;

- Desporto: aposta forte na promoção de hábitos de vida cada vez mais saudáveis e no incentivo à prática desportiva em várias modalidades. No ano letivo de 2013/14 foi proposta a abertura da Academia de Natação, Dança e Futsal, tendo apenas sido consumada a abertura da academia de Natação;
- Projeto de Responsabilidade Social, Cívica e Ambiental: concretiza atividades diversas que promovem a educação para a cidadania, a educação sexual e a educação ambiental – projeto Eco Escolas;

A escola oferece, ainda, uma diversidade de Projetos de carácter facultativo. As diversas atividades levadas a cabo no âmbito destes projetos são apresentadas à comunidade no Plano Anual de Atividades.

2.6.5. Organização Funcional

A organização do Instituto D. João V é fundamentada no dinamismo e competência técnica de todos os seus docentes e funcionários. O modo como estão estabelecidas as relações hierárquicas dentro da escola é apresentado no seguinte organograma.

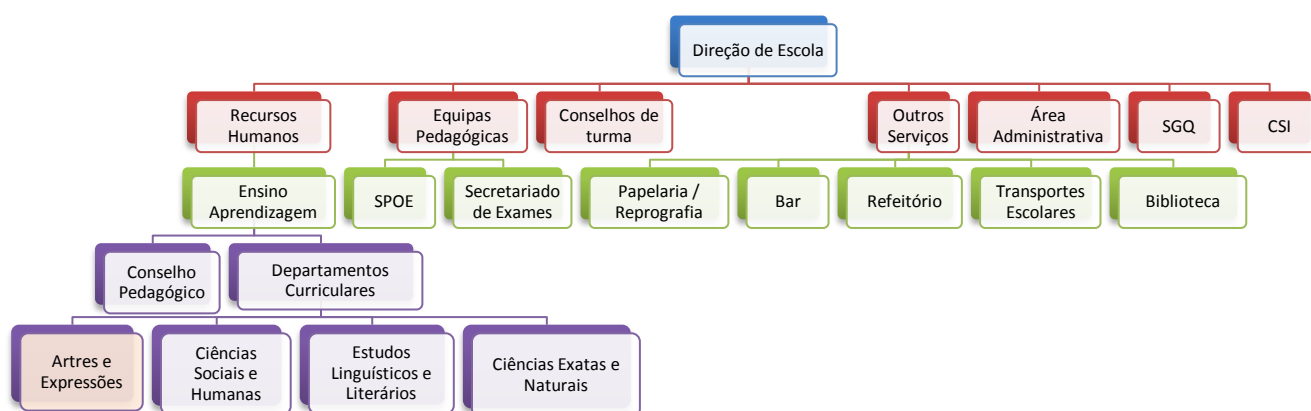


Imagem 2: Organograma do Instituto D. João V (Projeto Educativo do Instituto D. João V, 2013)

Os principais responsáveis pelas atividades pedagógicas são nomeados pela Direção de Escola, que também coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o seu funcionamento.

Compete à Direção de Escola disponibilizar os meios necessários para o desempenho de todos os processos educativos e de suporte, assim como planejar e acompanhar o desempenho do Sistema de Gestão de Qualidade.

A Direção de Escola é constituída por diversos elementos que acompanham o processo educativo nas diferentes áreas de intervenção.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação educativa, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático de orientação e acompanhamento dos alunos e de formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, tem uma natureza consultiva, à exceção das matérias consignadas na lei, para as quais assume uma competência deliberativa. Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Pedagógico, elementos da Direção de Escola, Coordenador do Sistema de Gestão de Qualidade, Coordenador dos Diretores de Turma, Coordenador dos Serviços de Psicologia e Orientação, Coordenador dos Orientadores Educativos do Ensino Profissional, Coordenadores dos Departamentos Curriculares, Coordenador da Biblioteca Escolar, Representante da Associação de Estudantes e outros elementos convocados pela Direção de Escola, sempre que a sua presença se justifique em função da ordem de trabalhos.

Todas as atividades letivas do Instituto D. João V são coordenadas e levadas a cabo pelos diversos Departamentos Curriculares. Cabe também aos Departamentos Curriculares monitorizar os resultados obtidos nas atividades pedagógicas e colaborar na definição de ações de melhoria, tendo como objetivo a melhoria de desempenho ao nível do processo de ensino.

Os Coordenadores de Departamento Curricular assumem, ainda, relevo na prossecução das metas definidas na medida em que promovem uma eficaz articulação interdisciplinar, sobretudo na dinâmica de escola respeitante às atividades a desenvolver e inscritas no Plano Anual de Atividades.

O Grupo Disciplinar de Educação Física, ao qual pertencemos, está inserido no Departamento de Artes e Expressões, o qual integra também os grupos disciplinares de Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical e Artes Visuais.

A Coordenação das Direções de Turma coordena todas as atividades dos Diretores de Turma ao nível da gestão da turma e nos contactos com Encarregados de Educação, promovendo uma ligação mais eficaz com os mesmos e com a família.

A figura do Coordenador dos Orientadores Educativos é igualmente essencial na concretização dos planos de estudos dos alunos do Ensino Profissional, organizando todas as candidaturas e procedendo à coordenação técnico-pedagógica dos respetivos cursos. Monitoriza, igualmente, a formação prática em contexto de trabalho dos formandos, através da articulação com o Coordenador de Curso. Reúne com os Orientadores Educativos e Professores Orientadores e Acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional, a fim de

articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos.

Ao Secretariado de Exames e de Provas compete preparar, realizar e coordenar todo o processo relativo a exames nacionais, provas finais, testes intermédios e testes comuns.

Todo o processo de formação e de avaliação de professores e funcionários é gerido pela Direção de Escola, de forma a assegurar as competências adequadas para a eficácia das atividades, cumprindo, neste aspeto, com o estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho.

O Departamento da Qualidade é responsável por implementar e manter atualizado o Sistema de Gestão da Qualidade e assegurar a sua eficácia, reportando à Direção de Escola o desempenho do referido Sistema e qualquer necessidade de melhoria, competindo-lhe, ainda, implementar as ações necessárias à sua eficácia. É ainda responsável pela implementação do Plano de Auditorias e por assegurar todos os contactos externos ao nível da Qualidade, devendo promover a consciencialização dos colaboradores da escola (docentes e não docentes) para a Qualidade.

1.6.6. Oferta Formativa

As ofertas formativas de que o Instituto D. João V dispõe visam proporcionar a todos os estudantes opções diversificadas e adequadas às suas expectativas, tendo em conta a formação integral do indivíduo, orientadas quer para o prosseguimento de estudos superiores, quer para a qualificação profissional e a sua inserção no mercado de trabalho.

No ano letivo de 2013/14 a oferta formativa da escola distribui-se pelo Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Profissional.

Tabela 2 – Oferta formativa do Ensino Básico

ENSINO BÁSICO	
2.º Cido	5.º e 6.º Anos
3.º Cido	7.º, 8.º e 9.º Anos

Tabela 3 – Oferta formativa do Ensino Secundário – Prosseguimento de estudos de nível superior

CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS	
Ciências e Tecnologias	10.º, 11.º e 12.º ano
Línguas e Humanidades	10.º e 12.º ano
Artes Visuais	10.º Ano

Tabela 4 – Oferta formativa do Ensino Secundário Profissional (qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos)

CURSOS PROFISSIONAIS	
Técnico de Informática de Gestão	11.º e 12.º anos
Técnico de Multimédia	10.º, 11.º e 12.º anos
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	10.º ano

Organização Curricular

O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 4 -A/2001, de 28 de fevereiro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 209/2002, de 17 de outubro, 396/2007, de 31 de dezembro, 3/2008, de 7 de janeiro e 139/2012, de 5 de julho, aprova a organização curricular do Ensino Básico, estabelecendo os princípios orientadores da organização e da gestão curricular desse nível de ensino, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

Em relação ao Ensino Secundário, o Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho alterou o Decreto-Lei n.º 50/2011, de 8 de abril, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens.

Matrizes curriculares

No âmbito da sua autonomia na gestão do currículo, foram implementados os ajustamentos às matrizes curriculares considerados adequados à prossecução dos objetivos inscritos no Projeto Educativo, estando os tempos letivos organizados em períodos de 60 minutos (à exceção da Educação Moral Religiosa Católica (EMRC) que manteve 45 minutos).

Tabela 5 – Matriz curricular do 2.º Ciclo do Ensino Básico 2013/14

	5.º ano	6.º ano
Português	4 (240 min)	5 (300 min)
Inglês	3 (180 min)	2 (120 min)
História e Geografia de Portugal	2 (120 min)	2 (120 min)
Matemática	4 (240 min)	5 (300 min)
Ciências da Natureza	2 (120 min)	2 (120 min)
Educação Visual	2 (120 min)	2 (120 min)
Educação Musical	2 (120 min)	1 (60 min)
Educação Tecnológica	1 (60 min)	1 (60 min)
Educação Física	3 (180 min)	2 (120 min)
EMRC (a)	1 (45 min)	1 (45 min)
Apoio ao Estudo	3 (180 min)	4 (240 min)
Total	27 (1620 min)	27 (1605 min)

a) Disciplina de frequência facultativa, Decreto-Lei 139/2012, art.º 15, com carga horária semanal fixa de 45 minutos.

Comparando a carga horária presente na tabela 5 com a constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, verifica-se um aumento de 45 minutos na carga horária semanal no 5.º ano de escolaridade e uma diminuição de 15 minutos na carga horária semanal no 6.º ano de escolaridade.

Tabela 6 – Matriz curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico 2013/14

	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Português	4 (240 min)	3 (180 min)	4 (240 min)
Inglês	2 (180 min)	2 (120 min)	3 (180 min)
Francês/Espanhol	2 (120 min)	2 (120 min)	2 (120 min)
História	2 (120 min)	2 (120 min)	2 (120 min)
Geografia	2 (120 min)	2 (120 min)	1 (60 min)
Matemática	4 (240 min)	3 (180 min)	4 (240 min)
Ciências Naturais	2 (120 min)	2 (120 min)	3 (180 min)
Ciências Físico-Químicas	2 (120 min)	3 (180 min)	2 (120 min)
Educação Visual	2 (120 min)	2 (120 min)	2 (120 min)
TIC	1 (60 min)	1 (60 min)	-----
Pintura (a)	1 (60 min)	1 (60 min)	-----
Educação Física	1 (60 min)	2 (120 min)	2 (120 min)
EMRC (b)	1 (45 min)	1 (45 min)	1 (45 min)
Total	26 (1605 min)	27 (1545 min)	26 (1545 min)

a) Oferta de Escola

b) Disciplina de frequência facultativa, Decreto-Lei 139/2012, art.º 15, com carga horária semanal fixa de 45 minutos.

No 3.º Ciclo do Ensino Básico a Educação Física está integrada, juntamente com as disciplinas de Educação Visual, TIC e Oferta de Escola, na área disciplinar de Expressões e Tecnologias, a qual contempla, de acordo com o Anexo III do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho uma carga horária de 300 minutos nos 7.º e 8.º anos de escolaridade e 250 minutos no 9.º ano de escolaridade. Pela análise da Tabela 6 verificamos que embora a carga horária da referida área apenas não seja atingida no 9.º ano de escolaridade, a disciplina de Educação Física foi bastante penalizada com a introdução dos tempos escolares de 60 minutos, ficando o 7.º ano de escolaridade contemplado com apenas uma aula de 60 minutos por semana.

Tabela 7 – Matriz curricular do Ensino Secundário 2013/14

	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português	3 (180 min)	3 (180 min)	4 (240 min)
Inglês/Francês	2 (120 min)	3 (180 min)	-----
Filosofia	2 (120 min)	3 (180 min)	-----
Educação Física	3 (180 min)	2 (120 min)	3 (180 min)
Trianual	5 (300 min)	4 (240 min)	5 (300 min)
Bianual 1	6 (360 min)	6 (360 min)	-----
Bianual 2	6 (360 min)	6 (360 min)	-----
Anual 1	-----	-----	3 (180 min)
Anual 2	-----	-----	3 (180 min)
EMRC (a)	1,5 (90 min)	1 (60 min)	2 (120 min)
Total	28,5 (1710 min)	27 (1620 min)	20 (1200 min)

a) Disciplina de frequência facultativa, Decreto-Lei 139/2012, art.º 15, com carga horária semanal fixa de 90 minutos.

Comparando a carga horária presente na tabela 7 com a constante no Anexo IV do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, verificamos um aumento de 30 minutos na carga horária no 10.º e 12.º anos de escolaridade e uma diminuição de 30 minutos no 11.º ano de escolaridade.

Tabela 8 – Matriz curricular do Ensino Profissional

Técnico de Gestão Programação de Sistemas Informáticos | 2013 - 2016

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO
	Horas de Formação	Horas de Formação	Horas de Formação
Português	107	108	105
Inglês	76	72	72
Área de Integração	76	72	72
TIC	100	0	0
Educação Física	50	50	40
Matemática	99	99	102
Física e Química	69	61	70
Programação e Sistemas de Informação	240	144	214
Arquitetura de Computadores	62	76	0
Redes de Comunicação	90	60	82
Sistemas Operativos	0	81	51
Formação em Contexto Trabalho	0	420	420
Total	969	1243	1228

Pela análise da tabela 8, e no que à disciplina de Educação Física diz respeito, verificamos que a mesma cumpre as 140 horas de formação previstas para este ciclo de estudos.

1.7. Departamento de Artes e Expressões

O Departamento de Artes e Expressões engloba os seguintes grupos disciplinares: Educação Física, Educação Musical, Educação Visual, Educação Tecnológica e Artes Visuais. É composto por onze elementos, sendo que cinco fazem parte do grupo disciplinar de Educação Física. Este grupo, apesar de ver reduzido o seu número de efetivos de forma drástica nos últimos anos letivos, revela sempre uma enorme dinâmica nas atividades desenvolvidas na escola. Além das atividades curriculares, é também responsável por um grande número de atividades inovadoras, de formação e animação da comunidade escolar. Por decisão dos órgãos de gestão, a atividade externa – Desporto Escolar foi extinta no final do ano letivo de 2010/11, não possuindo neste momento nenhum grupo/equipa de preparação para a competição.

O Departamento rege-se e orienta-se segundo os Currículos Escolares e Metas Educativas definidos pelo Ministério da Educação e orienta a sua planificação de acordo com os conteúdos definidos, o equipamento disponível na escola e as infraestruturas disponibilizadas para a prática desportiva. Os Critérios Gerais de Avaliação são aprovados em Conselho Pedagógico após consulta a todos os Departamentos/Grupos Disciplinares. Com a constante redução da carga letiva verificada na disciplina de Educação Física, as unidades didáticas a abordar em cada ano letivo vêm sendo reduzidas, tal como os conteúdos programáticos a abordar em cada uma dessas unidades.

No que à avaliação dos alunos diz respeito, os critérios específicos, incluindo os instrumentos de avaliação a aplicar e o peso relativo de cada um, são definidos, anualmente, em Departamento e aprovados pelo Conselho Pedagógico no início de cada ano letivo.

Tendo em conta que as finalidades da Educação se orientam para a concretização de objetivos que relevam no domínio das capacidades e competências e que estas se organizam em torno de dois domínios fundamentais, Saber/Saber-Fazer (desempenho), Saber Ser/Estar (atitudes e valores), os parâmetros de avaliação são os constantes na tabela 9 (domínios de aprendizagem e respetivos pesos a atribuir).

Tabela 9: Domínios da Avaliação

	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Profissional
Desempenho	Até 80%	Até 95%	50% < 70%
Atitudes e Valores	Até 40%	Até 30%	30% < 50%

Relativamente aos critérios específicos da disciplina de Educação Física, estes apresentam distribuições diferenciadas, quer se trate do Ensino Básico, Secundário ou Profissional, conforme podemos verificar pela análise das tabelas 10, 11 e 12.

Tabela 10: Critérios específicos de avaliação da disciplina de Educação Física no Ensino Básico

Instrumento de avaliação/Tarefa	Objeto da avaliação	Educação Física / Ensino Básico		
		1.º P	2.º P	3.º P
Grelha de avaliação modalidades / Avaliação Prática	Capacidade de relacionar aspetos teóricos com a prática - Desempenho	65%	65%	65%
Teste Escrito / Avaliação Teórica (Apenas para alunos dispensados da prática por atestado médico)	Aquisição e aplicação de Conhecimentos	65%	65%	65%
Grelha de assiduidade e comportamentos / Atitudes e Valores	Assiduidade e Pontualidade	5%	5%	5%
	Empenho e Participação	20%	20%	20%
	Respeito e cordialidade nas relações interpessoais	10%	10%	10%

Tabela 11: Critérios específicos de avaliação da disciplina de Educação Física no Ensino Secundário

Instrumento de avaliação/Tarefa	Objeto da avaliação	Educação Física / Ensino Secundário		
		1.º P	2.º P	3.º P
Grelha de avaliação modalidades / Avaliação Prática	Capacidade de relacionar aspetos teóricos com a prática - Desempenho	65%	65%	65%
Teste Escrito / Avaliação Teórica	Aquisição e aplicação de Conhecimentos	15%	15%	15%
Teste Escrito / Avaliação Teórica (Apenas para alunos dispensados da prática por atestado médico)	Aquisição e aplicação de Conhecimentos	65%	65%	65%
Grelha de assiduidade e comportamentos / Atitudes e Valores	Assiduidade e Pontualidade	2,5%	2,5%	2,5%
	Empenho e Participação	10%	10%	10%
	Respeito e cordialidade nas relações interpessoais	7,5%	7,5%	7,5%

Tabela 12: Critérios específicos de avaliação da disciplina de Educação Física no Ensino Profissional

Instrumento de Avaliação Tarefa	Objeto de Avaliação	Educação Física/ Ensino Profissional	
		Módulos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13 e 16	Módulos 4, 5, 9, 10, 14 e 15
Grelha de avaliação modalidades / Avaliação Prática	Capacidade de relacionar aspetos teóricos com a prática - Desempenho	60%	0%
Trabalho Teórico	Aquisição e aplicação de Conhecimentos	0%	60%
Teste Escrito / Avaliação Teórica (Apenas para alunos dispensados da prática por atestado médico)	Aquisição e aplicação de Conhecimentos	60%	0%
Grelha de assiduidade e comportamentos / Atitudes e Valores	Assiduidade e Pontualidade	5%	5%
	Empenho e Participação	30%	30%
	Respeito e cordialidade nas relações interpessoais	5%	5%

Por forma a uniformizar a avaliação o Grupo de Educação Física definiu critérios de classificação rigorosos, procurando reduzir a subjetividade da avaliação ao mínimo possível, os quais estão escalonados na Tabela 13.

Tabela 13: Critérios de Classificação da disciplina de Educação Física

Instrumento de avaliação	Domínios de Avaliação
Grelha de avaliação modalidades	Níveis de desempenho para a avaliação prática: 0 a 1 – Não executa 2 a 4 - Executa com muita dificuldade 5 a 7 – Executa com alguma dificuldade 8 a 9 – Executa sem dificuldade 10 – Executa sem qualquer dificuldade Avaliação de situação de jogo tem um fator de ponderação de 200% Exercícios aula têm um fator de ponderação de 50%
Grelha de assiduidade e comportamentos	Aulas em que o aluno está presente/N.º aulas dadas * 100 (peso 3) Aulas em que o aluno é pontual/N.º aulas dadas * 100 (peso 1) Aulas em que o aluno participa ativamente/N.º aulas dadas * 100 * Se o aluno apresenta atestado médico considera-se participação ativa Aulas que o aluno não tem comportamento de desvio/N.º aulas dadas * 100
Teste Escrito (No Ensino Básico apenas para alunos dispensados da prática por atestado médico)	Aquisição e aplicação de conhecimentos (100 pontos no Ensino Básico; 200 pontos no Ensino Secundário) A estrutura do teste será realizada através de respostas de escolha múltipla e de resposta fechada (verdadeiro/falso).

A Classificação/Avaliação final de cada período letivo tem um peso percentual distinto, por forma a realçar a avaliação contínua e a evolução do aluno ao longo do ano letivo. Assim, na nota final do segundo período é contabilizada a avaliação do primeiro período em 40%, valendo a avaliação obtida, no segundo período 60%. Na nota final do terceiro período, a avaliação do primeiro período vale um total de 25%, a avaliação relativa ao segundo período vale 35% e a do terceiro período 40%. No caso da disciplina de Educação Física, atendendo à especificidade das Planificações a Médio Prazo, condicionadas pelos espaços físicos, o cálculo da Avaliação Final de Período/Ano terá por base a média aritmética das classificações obtidas em cada um dos três períodos letivos.

2 - ANÁLISE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS LETIVOS (2009/2014)

Nos primeiros anos enquanto professor, talvez influenciados pela experiência acumulada na área do treino desportivo, momentos houve em que nos sentíamos capazes de mudar o mundo. Perdoem-nos o exagero, mas é verdade! Chegados a esta escola em setembro de 1992, fomos extraordinariamente bem recebidos. Na altura nem um dossiê de grupo existia e as “matérias” (como comumente eram chamadas pelos alunos) eram abordadas um pouco livremente... meio ao sabor do mestre. O grupo era composto exclusivamente por profissionais em regime de acumulação com a função pública, já com um certo peso de idade, e de experiência, que lhes permitia esse estatuto. O facto de se estar a tempo inteiro na instituição levou-nos a sentir a responsabilidade de reverter tal situação, pois o comprometimento era maior, e a vontade de fazer bem também era muita. Nesse sentido, e não podendo desperdiçar a experiência de lecionação dos restantes professores, promoveram-se reuniões com vista à elaboração de um plano curricular para cada nível de ensino, criando também um mapa de rotação de espaços, por forma a que todas as turmas pudessem utilizar equitativamente as diversas instalações disponíveis. Nessa altura a escola não possuía um espaço coberto para as aulas de Educação Física, apenas existiam dois campos de reduzidas dimensões sendo também utilizado para as aulas o polidesportivo da Vila, que distava da escola cerca de 500 m, resumindo-se o currículo dos alunos ao Atletismo e aos Jogos Desportivos Coletivos. Aos poucos, a casa foi-se arrumando, e embora nem tudo tivesse sido conseguido no imediato, no ano letivo de 1993/94 o problema tinha sido resolvido, começaram a existir planificações anuais para cada ano de escolaridade, o dossiê de grupo estava formalmente instituído e o Grupo de Educação Física passou a estar representado no Conselho Pedagógico. Com o passar dos anos acompanhamos muitos alunos, desde a tenra idade com que nos chegam ao 5.º ano de escolaridade, até ao final do seu percurso. Ao longo da vida há pessoas que passam por nós e nos deixam marcas que ficam para sempre e outras que quase nem demos pela sua passagem. Preservamos na memória alguns alunos que se destacavam não pelos melhores motivos, mas através das suas condutas provocatórias, procurando evidenciar-se pelas piores atitudes. Da grande maioria, guardamos boas recordações, pela forma como encaravam, tanto as nossas aulas, como principalmente os treinos do Desporto Escolar. Eram nestes que se sentiam realmente valorizados. Faziam parte de um grupo. Eram vistos como alguém que tinha qualidades acima da média. Ainda hoje mantemos amizades com alguns, outros optaram mesmo por seguir a área de Educação Física tornando-se, orgulhosamente, professores.

Os professores, que muitas vezes são aos olhos dos alunos, os culpados de todos os seus problemas, ora porque não os deixam sair mais cedo, ou porque os conteúdos abordados na aula não são do seu agrado, ou porque marcaram falta quando até decidiram demorar mais tempo que o usual no balneário sem qualquer justificação, ou simplesmente, porque sim!

Citando Nóvoa (1991) *“sentir-se professor ou assumir-se como professor é o resultado de um processo evolutivo, construído dia a dia e ao longo dos anos, desde o momento da opção pela profissão docente. A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, mas é um lugar de lutas e conflitos, é uma construção de maneiras de ser e de estar na profissão.”*

Com as constantes inovações tecnológicas que condicionam cada vez mais a forma de estar e agir dos nossos jovens, pensamos que a forma de manter os alunos interessados e participativos passará por uma atualização constante das estratégias de aprendizagem. Procuramos na nossa atividade profissional, cumprir com o definido no plano de aula, mas a experiência ensinou-nos que é preciso ter sempre um plano B para uma aula de sucesso, pois a melhor das planificações até pode nem ser exequível perante tantas e diversas razões. E se por vezes temos os nossos dias menos bons, porque não podem os alunos também os ter? É neste equilíbrio que encontramos o elemento fulcral no processo de confiança entre professor e aluno.

A diversidade cultural, social e linguística é uma realidade na escola atual, sendo esta por isso considerada um espaço multicultural. Essa diversidade exige uma adaptação do currículo de forma a poder suprir as necessidades de cada aluno, sendo os professores os principais agentes promotores dessa diferenciação curricular (Roldão, 2003).

O princípio da diferenciação curricular assenta principalmente no *planeamento*, que é umas das principais dimensões que deve ser alvo das preocupações dos professores. Pacheco (1995) define o conceito de planeamento como um processo de revisão que organiza todo o processo de ensino-aprendizagem. Já Januário (1996) vai mais fundo ao definir planeamento, considerando-o como o processo pelo qual os professores aplicam os programas escolares, cumprindo a função de os desenvolver e de os adaptar às condições do cenário de ensino. O processo de planeamento permite orientar o processo de ensino de forma a possibilitar a potencialização de aprendizagens significativas aos alunos a que se destina (Matos, 2010).

Sem dúvida que nos consideramos professores por vocação. Hoje voltaríamos a tomar a mesma opção. Pena temos que a nossa profissão seja cada vez mais socialmente descredibilizada. Luís Pitta *et al.* (s/d) refere que *“a desvalorização da carreira docente foi como uma inevitável consequência das transformações sociopolíticas que ocorreram em*

Portugal. Talvez a grande causa da desvalorização desta profissão tenha sido a massificação do ensino, pelo que não se verificou um equilíbrio entre o afluxo repentino da massa estudantil e a preparação dos professores. Ou seja, ocorreu a massificação ao nível discente que teve a sua formação inicial sob a base de uma Escola Elitista, indo praticar os seus conhecimentos numa Escola de Massas.” Verifica-se que este sentimento se instala cada vez mais nesta profissão, fruto de um desânimo generalizado perante a conjuntura atual. É necessário inverter este sentimento, trazer de novo a estabilidade às escolas. Só os professores podem promover essa mudança.

Segundo Januário (1996), o ensino é uma *“atividade intencional e estruturada de um professor no seio do processo formativo, com vista à consecução de determinados objetivos pedagógicos.”* Esta atividade enquadra-se também no perfil do professor que optou por exercer esta profissão, de acordo com a sua vocação. Estando motivado para a docência, deverá também procurar desenvolver conhecimentos e estruturas de pensamento que promovam um ensino pela motivação e os preparem para novos desafios e funções que cada vez mais se distanciam da sua verdadeira essência: lecionar.

DOMÍNIO A - COMPETÊNCIAS PARA LECIONAR

1. Conhecimentos Científicos e Didáticos

O conhecimento do conteúdo da disciplina que o docente leciona, sempre foi considerado como o ponto primordial do bom professor, estando dependente, inquestionavelmente, da didática, que não é mais do que o processo de transmissão do próprio saber.

Ao longo dos últimos anos letivos lecionamos turmas de todos os ciclos de ensino, desde o 5.º ao 12.º anos, bem como disciplinas da componente técnica do Curso Tecnológico de Desporto (Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas de Dinamização Desportiva, Práticas Desportivas e Recreativas e Projeto Tecnológico). Foi nossa preocupação, quer nas aulas da disciplina de Educação Física, quer nas aulas das várias disciplinas da componente técnica do Curso Tecnológico de Desporto, ter bem presente o conhecimento das matérias que foram abordadas, quer do conhecimento científico teórico, quer do conhecimento científico prático. As diversas matérias foram transmitidas com clareza e oportunamente, tendo sido esclarecidas mais que uma vez sempre que o professor sentiu a necessidade de reforço de informação, ou quando solicitado pelos alunos. A informação científica apresentada, era precisa, na medida em que estava relacionada com as matérias lecionadas, encontrando-se atualizada, uma vez que foi nossa preocupação a leitura de literatura diversificada relativamente às diversas matérias.

Sendo a disciplina de Educação Física dominada pelo carácter quase exclusivamente prático, é fundamental para o seu sucesso a necessidade de uma procura contínua de possíveis alterações das regras, inovações nas modalidades e novos métodos de ensino dos conteúdos. A diversidade das modalidades abordadas e a curiosidade, cada vez mais ávida dos nossos alunos, fazem com que, cada vez mais, tenhamos de manter os nossos conhecimentos atualizados.

Nas aulas, foi preocupação o desenvolvimento cognitivo, pessoal e social dos alunos, através da adoção de diferentes metodologias de trabalho, recorrendo ao trabalho individual, a pares ou de grupo nos quais os conteúdos abordados permitissem uma estimulação e um desenvolvimento cognitivo daqueles, possibilitando-lhes deste modo a obtenção de resultados positivos, e de diferentes estilos de ensino (Rosado, s/d; Mosston, 1966; Júnior, 1987; Mosston, 1988; Mosston e Ashworth 1993; Nobre, 2009). Nas aulas práticas recorreu-se regularmente à criação de pares/grupos heterogéneos, quando da realização de exercícios colaborativos se tratava, ou homogéneos quando os exercícios eram de índole competitivo, conseguindo desta forma uma maior motivação por parte de todos os elementos da turma e consequentemente a melhoria dos resultados obtidos, para além de evitar as situações de exclusão, que por vezes têm tendência a acontecer para com os alunos menos hábeis. Segundo Mosston e Ashworth (1993), o *Spectrum* oferece um vasto esquema de estilos de ensino baseados em quem toma as decisões, estilos estes que não se contrapõem, antes sim complementam-se. Ainda de acordo com os autores, o professor pode utilizar mais de um estilo de ensino numa aula ou numa sequência de aulas. Neste sentido, foram utilizados diversos estilos de ensino, consoante o grupo a que era dirigido ou a unidade didática abordada, procurando desse modo estimular os alunos e obter deles o melhor desempenho possível. Embora o estilo por Comando continue a ser várias vezes utilizado no início das aulas, foi usado regularmente o estilo por Tarefa nas aulas de Ginástica, complementando-o com o de Avaliação Recíproca, principalmente com os alunos de uma faixa etária mais baixa, onde o facto de avaliarem e serem avaliados pelos seus pares tanto os estimula. No Ensino Secundário por diversas vezes foi utilizado o estilo de ensino da Descoberta Guiada, procurando que fossem os alunos a encontrar as soluções para os problemas apresentados. A utilização de vários estilos de ensino numa aula, ou em diferentes aulas de uma unidade didática, evita que a aula se torne monótona, conseguindo um maior interesse e atenção por parte dos alunos (Mosston e Ashworth, 1993). Estabelecemos um clima de aula positivo, quer na relação professor/aluno, quer na relação aluno/aluno, estimulando assim o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Este desenvolvimento verificou-se também fora da sala de aula, no contacto direto e informal que se estabeleceu muitas vezes com eles. Privilegiamos o contacto direto e próximo com os alunos, inculcando nestes o sentido de responsabilidade e de cumprimento de valores,

enquanto cidadãos responsáveis. Para Silva (2007), a análise das relações entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana. O estilo de ensino é a forma de transmitir o conhecimento aos alunos (Moston, 1988) de modo reflexivo e efetivo em que o professor adapta o seu ensino ao contexto, objetivos e conteúdos (Silva e Delgado, 2002; citado por Cossio-Bolaños *et al.*, 2009), na busca da interação entre o professor e aluno, sendo este processo aberto e propenso a modificações, segundo as circunstâncias.

No decorrer dos anos letivos, tivemos sempre como preocupação a aquisição, a procura de conhecimentos sobre novas tendências e metodologias de ensino, quer através da pesquisa na internet, quer através da leitura de revistas e livros da especialidade.

2. Promoção da Aprendizagem pela Motivação e Responsabilização dos Alunos

Ao longo do trajeto docente tem sido prática a busca incessante pela melhoria do domínio das quatro dimensões que compõe as técnicas de intervenção pedagógica (Siedentop, 1983, citado por Aranha, 2004), pois a aprendizagem é tanto mais eficaz quanto maior for o domínio por parte do professor na instrução, gestão, disciplina e clima da aula.

Nesta perspetiva, procuramos desenvolver e aprofundar as competências dos alunos através de estratégias diferenciadas, criando uma dinâmica permanente nas aulas de modo a evitar a monotonia, o que gera uma motivação extra, que lhes permite encarar as atividades com redobrado interesse, contribuindo assim para um melhor desempenho e consequentemente uma melhoria das suas competências. O acompanhamento permanente dos alunos, complementado com a apresentação dos critérios de êxito de cada exercício, motiva-os para a melhoria levando-os a obter melhores desempenhos. Nas situações em que os alunos evidenciam mais dificuldades em atingir os objetivos, temos por hábito desenvolver medidas preventivas individuais com vista à superação dos mesmos, responsabilizando também os alunos e os encarregados de educação na sua execução.

O clima de aula é um fator bastante importante para um bom processo de ensino-aprendizagem. Tem sido nossa preocupação manter um clima de aula bastante positivo, havendo disciplina, permitindo aos alunos desenvolver a segurança em si próprios e favorecendo a autoestima. Recorremos regularmente ao reforço positivo como forma de os motivar, elogiando e valorizando desempenhos, comportamentos, respostas e atitudes. Estes *feedbacks* quando utilizados são dirigidos tanto à turma, ao grupo, como aos alunos individualmente, consoante o objetivo pretendido, tendo a atenção de verificarmos se os mesmos têm o efeito pretendido.

A promoção do desenvolvimento e aprofundamento de competências, bem como da autoestima, foi também conseguida através da utilização de diferentes estilos de ensino (Rosado, s/d.; Mosston, 1966; Júnior, 1987; Mosston, 1988; Mosston e Ashworth, 1993; Nobre, 2009), que pelas suas diferenças de características promovem diferentes realidades.

3. Plasticidade (flexibilidade e capacidade de adaptação)

Tendo cada turma uma dinâmica própria, e sendo cada aluno um ser único e diferente dos demais, sentimos necessidade de adotar estratégias pedagógicas diferenciadas na sala de aula, para que cada um, dentro da sua especificidade, conseguisse alcançar o sucesso.

Através da avaliação inicial diagnosticamos as capacidades dos alunos, e em função destas, preparamos as aulas, usando as estratégias que consideramos mais convenientes/adequadas e que melhor se adaptam a cada turma, tendo em conta não só as suas capacidades, mas também a idade.

Nas aulas práticas (Educação Física e algumas de Práticas Desportivas e Recreativas), a aplicação dos exercícios propostos foi antecedida de uma fundamentação sobre o objetivo dos mesmos, bem como sobre os critérios de êxito. Nas aulas teóricas (Práticas Desportivas e Recreativas, Organização e Dinamização Desportiva, Práticas de Dinamização Desportiva e Projeto Tecnológico), utilizamos uma metodologia semelhante, fundamentando os trabalhos propostos e a sua articulação com as matérias lecionadas. Foi nossa preocupação proporcionar um acompanhamento individual, através da utilização de informação de retorno sobre o resultado dirigida ao aluno, ao grupo, ou dirigida à turma, que permitisse assim aos alunos melhorarem e evidenciar o seu êxito nas atividades propostas, verificando-se, não só uma melhoria na aprendizagem, mas também um incremento do interesse e motivação destes na realização das tarefas, o que vai ao encontro de Hoffman e Harris (2002), uma vez que os autores referem que o objetivo do *feedback* é conduzir o aluno à aprendizagem ou reforçá-la. McGown (1991), entende por *feedback* a informação que se obtém após uma resposta, e é geralmente vista como a mais importante variável que determina a aprendizagem, logo a seguir à prática propriamente dita. Por seu lado, Mota (1989) refere que o *feedback* é um fator decisivo na atividade pedagógica, caracterizando-se neste sentido como uma variável importante na determinação da eficácia e qualidade do ensino, já que permite dirigir e influenciar a atividade do aluno numa determinada direção. Hoffman e Harris (2002), referem que o *feedback* são informações sobre o desempenho do aluno na execução de uma determinada tarefa, durante e após a sua realização e que a habilidade de proporcionar *feedback* é importante para orientar o aluno na execução correta de uma tarefa.

Os materiais teóricos produzidos para as aulas, foram sempre disponibilizados para consulta dos alunos na plataforma *moodle*, permitindo assim que estes pudessem utilizar os mesmos na melhoria das suas aprendizagens.

Sendo a Educação Física uma disciplina que exige a utilização de material e espaços específicos, várias são as ocasiões em que temos que nos adaptar às situações imprevistas que se deparam, tais como, falta de material em quantidade suficiente para a realização dos exercícios previstos, indisponibilidade dos recursos existentes, ou indisponibilidade dos espaços previstos para as aulas, situações estas que procuramos controlar da melhor maneira possível, adaptando rapidamente a organização da aula, para atingir os objetivos propostos para a mesma. A nossa experiência permite-nos, com grande facilidade, selecionar novos exercícios dentro das várias unidades didáticas, de acordo com o material existente e objetivos a atingir.

Dispondo o Instituto D. João V de uma vasta variedade de recursos, é prática corrente nas nossas aulas o seu uso, de forma a ensinar, corrigir ou aperfeiçoar os gestos técnicos dos alunos. Por vezes o seu uso é generalizado, a toda a turma, outras vezes utilizamos os recursos disponíveis para corrigir os alunos que demonstrem mais dificuldade ou uma menor adaptação à atividade a desenvolver.

Temos, no entanto, consciência de que nem sempre obtivemos sucesso em todos os desafios que nos foram colocados no exercício da nossa profissão e, para haver franca evolução e progressos generalizados, teriam de estar reunidas condições que nem sempre existiram. Este foi o caso dos alunos com necessidades educativas especiais, alunos com perturbações do foro comportamental, alunos sem qualquer diagnóstico mas que não aprendem facilmente e revelam atrasos cognitivos acentuados ou competências de socialização não adquiridas. Sempre tivemos destes alunos designados “difíceis”: dislexia, paralisia cerebral, autismo, trissomia 21, défice de atenção, entre outros. A experiência ajuda um pouco, mas não resolve o desafio diário de lidar com estes casos.

4. Identificação e Vivência do Projeto Educativo

No desenrolar da nossa atividade docente, tivemos como referência as linhas orientadoras do Projeto Educativo de Escola, nomeadamente os seus princípios e valores. Entre os princípios e valores presentes neste documento orientador, e tendo em conta a nossa área disciplinar, a nossa intervenção centrou-se principalmente nos princípios “Promover o Sucesso Escolar”, “Promover uma educação ambiental e educação para a saúde”, “Articular as atividades escolares com a vida, o meio e o mundo do trabalho” e “Criar Jovens Empreendedores”. Assim sendo, em todas as turmas procurámos potenciar os resultados académicos dos alunos, e aproveitando a realização dos testes de aptidão física, promovemos práticas de educação para a saúde, consciencializando os alunos para os

benefícios que a prática da atividade física lhes poderá proporcionar. Fornecemos ainda aos alunos documentação para que eles próprios pudessem aferir o seu nível de aptidão física. Para além disto, promovemos a prática da atividade física e do desporto, incentivando os alunos a participarem nas diversas atividades promovidas pelo grupo de Educação Física. Nestas atividades é frequente a colaboração dos alunos dos Cursos Tecnológicos de Desporto, promovendo desse modo atitudes empreendedoras nos alunos. Os estágios do Curso Tecnológico de Desporto fomentaram a realização de várias parcerias com entidades locais, sejam elas oficiais (Câmara Municipal de Pombal e Junta de Freguesia do Louriçal), Instituições Particulares de Solidariedade Social (Conselho de Moradores de Borda do Campo e Associação de Promoção Social, Desportiva, Recreativa e Cultural da Moita do Boi), empresas privadas (Ginásio do Louriçal; Ginásio Pormenores do Corpo entre outras) ou associações (Associação Cultural Desportiva e Recreativa do Louriçal).

No ano letivo de 2009/10 integrámos a equipa de trabalho que criou a academia “Vamos ser... Saudáveis”, que tinha por finalidade a promoção da educação para a saúde e da educação sexual na escola. Esta academia contemplou três vertentes, “Viver a Sexualidade”, “Vamos ser...equilibrados” e “Vamos ser... ativos”, assumindo a coordenação desta última vertente.

5. Comunicação

Tendo em conta a transversalidade da Língua Portuguesa definida no Projeto Educativo, foi preocupação durante as aulas fomentar o bom uso da língua, quer na vertente oral quer na escrita. Tivemos também a preocupação de corrigir todas as incorreções manifestadas pelos alunos, assinalando-as quando as mesmas se manifestavam em documentos escritos.

Em todas as situações da aula tivemos sempre o cuidado de ser audíveis para todos os alunos, sendo esta preocupação mais notória quando se verificaram situações adversas (barulho no pavilhão). Nos contactos diretos, dirigimo-nos ao aluno pelo seu nome próprio, criando desta forma um ambiente mais agradável aumentando também a confiança depositada pelos alunos. Tendo a disciplina de Educação Física uma vasta terminologia específica, foi nossa preocupação a utilização adequada da mesma, fomentando ainda a sua utilização por parte dos discentes.

Foi também preocupação, em conjunto com outros colegas do grupo disciplinar, a produção de documentação com terminologia específica da área disciplinar, possibilitando assim aos alunos a aquisição de conhecimento específico. Tivemos ainda o cuidado de adaptar os documentos de apoio às modalidades de Judo, Basquetebol, Andebol, Atletismo e Ginástica ao novo acordo ortográfico. Os materiais produzidos, foram disponibilizados para consulta na plataforma *moodle*.

6. Planeamento

No início de cada ano letivo colaborámos com o nosso grupo disciplinar na realização das planificações anuais para todas as disciplinas e anos letivos, fazendo nessa altura a distribuição dos conteúdos programáticos. Seguindo esta planificação, e após saber os espaços que nos estavam atribuídos para lecionar, elaborámos as nossas planificações a médio prazo, nas quais distribuímos os conteúdos previamente definidos pelo grupo disciplinar. Nas reuniões de grupo fomos monitorizando estas planificações.

Para além destas planificações, dentro de cada unidade didática e de acordo com o nível de cada uma das turmas, elaborámos a distribuição dos conteúdos programáticos aula a aula, de uma forma progressiva e lógica. Com o decorrer do ano letivo fomos verificando e corrigindo esta distribuição sempre que tal se justificasse, por motivos de atribuição de serviço não previsto aquando da realização desta planificação, nomeadamente a participação em atividades presentes no Plano de Atividades da Escola, indisponibilidade de instalações ou por escassez de material.

A planificação diária das aulas foi feita atempada e adequadamente, indo ao encontro das necessidades, expectativas e ambições dos alunos. Esta planificação teve em conta os objetivos definidos para cada aula e foi ainda preocupação potenciar ao máximo as vivências dos alunos, ou seja, e principalmente no caso da disciplina de Educação Física, potenciar o seu tempo de prática motora (Aranha, 2004; Sarmento *et al.*, 1993; Piéron, 1996).

Podemos assim dizer, que o planeamento foi efetuado tendo em linha de conta os princípios metodológicos propostos por Betti e Zuliani (2002). Os autores referem quatro princípios: Princípio da Inclusão, em que os conteúdos e estratégias escolhidos devem sempre propiciar a inclusão de todos os alunos; Princípio da Diversidade, em que a escolha dos conteúdos deve, tanto quanto possível, incidir sobre a totalidade da cultura corporal de movimento, incluindo jogos, desportos, ginástica, e práticas de aptidão física; Princípio da Complexidade, em que os conteúdos devem adquirir complexidade crescente com o decorrer das séries, tanto do ponto de vista estritamente motor (habilidades básicas à combinação de habilidades, habilidades especializadas), como cognitivo (da simples informação à capacidade de análise, de crítica); e Princípio da Adequação ao Aluno, sendo que em todas as fases do processo de ensino deve-se levar em conta as características, capacidades e interesses do aluno, nas perspetivas motora, afetiva, social e cognitiva. Com as constantes alterações da carga horária verificada na disciplina de Educação Física nos últimos anos letivos, a qual se manifesta de forma mais negativa na grande diminuição verificada no 3.º Ciclo do Ensino Básico, temos consciência que alguns destes princípios poderão não ter sido aplicados a todas as turmas, pois não é fácil com uma carga horária

semanal de 60 minutos cumprir por exemplo os princípios da diversidade e da complexidade.

Nos anos letivos de 2011/12 e 2012/13 fomos responsáveis pelos Estágios dos alunos do Curso Tecnológico de Desporto, tendo elaborado, em conjunto com os monitores indicados pelas instituições, as planificações dos mesmos. Estas planificações foram apresentadas aos alunos estagiários, ou seus Encarregados de Educação no caso de estes serem menores de idade, por forma a obter a sua concordância bem como o seu compromisso para a realização dos mesmos.

7. Procura de Informação e Atualização de Conhecimentos

Tendo iniciado a atividade docente antes de concluída a licenciatura em Professor do Ensino Básico – Variante de Educação Física, a procura de informação e a atualização de conhecimentos foi, desde o primeiro dia como professor, uma realidade. A constante busca por novos conhecimentos levou, em 2006, à frequência do Curso de Educação Física na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, como forma de não acomodação à lecionação da Educação Física ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, com o intuito de atualizar os conhecimentos no que à prática docente diz respeito, bem como obter habilitação para lecionar não só ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, mas principalmente, ao Ensino Secundário, nomeadamente as disciplinas teóricas do Curso Tecnológico de Desporto.

Ao longo dos vários anos letivos participámos regularmente nas várias ações de formação internas disponibilizadas pela entidade patronal, com o objetivo de valorização pessoal e profissional, cumprindo em todos eles as 35 horas de formação previstas no Contrato Coletivo de Trabalho. Para além da formação interna, e na procura de um maior conhecimento científico-didático específico, frequentámos todos os anos diversas ações de formação externas, complementando assim a formação proporcionada pela entidade patronal, normalmente mais abrangente, com uma formação específica da nossa área disciplinar.

Temos, igualmente, investido na formação e desenvolvimento profissional no Treino Desportivo nas modalidades de Judo e de Basquetebol, nas quais possuímos o Título Profissional de Treinador de Desporto de Grau II, embora no presente apenas haja ligação à área do Judo, desempenhando as atividades de Treinador e Coordenador Técnico da Escola de Judo de Pombal. Todas estas formações e experiências enriquecem-nos profissionalmente, sendo que algumas das competências que vamos adquirindo e desenvolvendo têm aplicação direta na atividade docente.

Sabendo do gosto e da apetência que os nossos alunos têm pelas novas tecnologias, sempre que possível, e quando tal se mostrou adequado, servimo-nos das

tecnologias de informação e comunicação para proporcionar uma melhoria no ensino aprendizagem dos alunos. Utilizámos estas tecnologias para pesquisa e aprofundamento das matérias, bem como na preparação das aulas teóricas das disciplinas lecionadas ao Curso Tecnológico de Desporto.

Assim, na leção das aulas das disciplinas Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas de Dinamização Desportiva, Práticas Desportivas e Recreativas e de Projeto Tecnológico utilizámos frequentemente estas tecnologias para transmitir as informações aos alunos, solicitando-lhes também a realização de vários trabalhos usando estas ferramentas. Para além disso, fomentámos, através do recurso às tecnologias de informação e comunicação, a pesquisa de informação indispensável à realização de alguns trabalhos. Disponibilizámos ainda aos alunos, através da plataforma *moodle*, as apresentações por nós utilizadas nas aulas das diversas disciplinas.

Por outro lado incentivámos os alunos a servirem-se das tecnologias de informação, nomeadamente a plataforma *moodle*, como meio de obter informação para o seu estudo, usando os documentos aí colocados pelos professores do Grupo Disciplinar de Educação Física referentes às unidades didáticas das diversas modalidades abordadas no currículo.

8. Avaliação

De acordo com Luckesi (1978) e Gimeno (1988), a avaliação pode ser definida como um julgamento de valor, que se baseia em dados relevantes para a tomada de decisões.

Lüdke e Mediano (1992), caracterizam duas concepções básicas da avaliação: tradicional e progressista ou construtivista. Na primeira, a avaliação usa uma medida, através de uma prova, e mede apenas habilidades cognitivas. Na concepção progressista, o professor, orientador da aprendizagem, faz diagnósticos, considera a capacidade de aprendizagem do aluno, que se autoavalia, sendo mais crítico. A avaliação é contínua, e serve para a reorientação do processo.

Ao longo do percurso docente, recorremos ao uso de três tipos de avaliação, diagnóstica, formativa e sumativa. Para Bloom *et al.* (1983), a avaliação diagnóstica refere-se, à identificação de capacidades e/ou ao *deficit* que o indivíduo apresenta no início do processo. Em relação à formativa, a pretensão é dar indícios sobre o posicionamento do aluno em face de uma aprendizagem e propor soluções a partir da identificação de alguma dificuldade, a fim de alcançar determinado objetivo. Por fim, a sumativa instala-se com o objetivo de observar o resultado alcançado depois de uma intervenção. Geralmente este tipo de avaliação atribui uma classificação, com função de categorizar e/ou quantificar. Giannichi (1984) e Di Dio (1980), classificam a avaliação em três fases, que se aproximam do modelo de Bloom e incluem a mesma terminologia: a avaliação diagnóstica, deteta condições do sistema e/ou do aluno, salientando pontos fracos e fortes; a formativa, indica as

modificações que estão a ocorrer, segundo objetivos desejados; finalmente, a sumativa, é a verificação no final de um curso.

No início de cada unidade didática realizámos uma avaliação diagnóstica inicial, de carácter informal, de forma a aferir o nível dos alunos, servindo de base para decisões posteriores, através de uma adequação do ensino às suas características. Durante a leção das várias unidades didáticas privilegiámos a avaliação formativa como forma de avaliação contínua e sistemática, não só para monitorizar a evolução das aprendizagens mas também para ir fornecendo aos alunos os *feedbacks* respeitantes ao seu progresso. Esta avaliação possibilitou ainda uma adaptação das atividades de ensino-aprendizagem em função dos resultados recolhidos. No final de cada unidade didática, e com o intuito de formular um juízo sobre o grau de desenvolvimento das competências e capacidades dos alunos, procedemos a uma avaliação sumativa classificando deste modo os resultados obtidos na aprendizagem.

A avaliação sumativa é efetuada recorrendo a uma Avaliação Criterial (Aranha, 2004), a qual resulta da comparação das respostas dos alunos com os critérios de êxito definidos em Grupo Disciplinar, utilizando-se para tal uma escala de zero a dez valores. Os critérios de êxito utilizados foram definidas pelo Grupo Disciplinar de Educação Física, tendo em conta o ano de escolaridade e as unidades didáticas a lecionar, seguindo uma lógica de progressão pelos diferentes anos de ensino.

No que às aulas da disciplina de Educação Física respeita, para além das grelhas de avaliação e assiduidade definidas pelo Departamento de Artes e Expressões, utilizámos a avaliação de exercícios aula para promover o empenhamento dos alunos nas aulas e diagnosticar dificuldades de aprendizagem apresentadas por estes. Sempre que se verificou conveniente, procedemos ao questionamento oral, como forma de verificar o grau do conhecimento dos alunos, aproveitando também para lhes prestar os esclarecimentos referentes às matérias sobre as quais apresentavam algumas dificuldades.

Relativamente à avaliação cognitiva, dos conteúdos teóricos, esta resulta da aplicação de uma Prova Escrita de Avaliação de Conhecimentos, onde são privilegiados os seguintes critérios comuns:

- Os testes são compostos por duas partes, valendo a primeira parte cento e cinquenta pontos e a segunda parte cinquenta pontos.
- A primeira parte terá quinze questões, de escolha múltipla, atribuindo-se dez pontos a cada questão.
- A segunda parte terá dez questões de resposta fechada (verdadeiro/falso), atribuindo-se cinco pontos a cada questão.

Sempre que os alunos apresentaram atestados médicos justificativos da impossibilidade de realizar a componente prática da disciplina, foram realizadas fichas de avaliação de conhecimentos à unidade didática onde se verificou o impedimento.

Em relação às aulas das disciplinas de Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas de Dinamização Desportiva, Práticas Desportivas e Recreativas e Projeto Tecnológico, foram utilizadas diferentes instrumentos de avaliação, a saber: questionamento oral, trabalho realizado no decorrer das aulas, trabalhos de grupo, trabalhos individuais, fichas de trabalho, relatórios e atividades referência. Relativamente aos estágios elaborámos as respetivas Ficha de Avaliação, tendo as mesmas sido disponibilizadas aos monitores. Regularmente, e em conjunto com os monitores, foram feitas reuniões por forma a aferir o desempenho dos alunos, tendo sido feitas sugestões de melhorias sempre que tal se julgou conveniente.

O processo de avaliação é realizado de forma a que o aluno e o/a encarregado/a de educação sejam informados sobre a progressão daquele, o que acontece através das informações qualitativas registadas nas fichas de Informação de Avaliação de Educação Física e nas fichas de avaliação e do preenchimento mensal do “Registo de Avaliação Contínua”. Enquanto diretor de turma essa informação foi ainda prestada nos contactos estabelecidos com os encarregados de educação, ao longo dos períodos letivos, nos quais eram debatidos o aproveitamento, comportamento, assiduidade e pontualidade dos seus educandos bem como analisada a evolução dos “Planos de Acompanhamento Pedagógico”.

No final do período, as classificações obtidas em cada um dos domínios são transferidas para uma grelha de cálculo de Excel®, onde é aplicada a ponderação para cada um dos domínios de avaliação. Esta operação produz uma classificação automática para o aluno, que depois é discutida aquando da autoavaliação e heteroavaliação.

DOMÍNIO B - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DE CONDUTA

Como docente do Grupo Disciplinar de Educação Física participamos em numerosas atividades e projetos desenvolvidos na escola, mas nenhum nos tocou tanto como o Projeto do Desporto Escolar. É um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação que visa *“Contribuir para o combate ao insucesso e abandono escolar e promover a inclusão, a aquisição de hábitos de vida saudável e a formação integral dos jovens em idade escolar, através da prática de atividades físicas e desportivas e proporcionar a todos os alunos acesso à prática de atividade física e desportiva como contributo essencial para a formação integral dos jovens e para o desenvolvimento desportivo Nacional.”* (Programa do Desporto Escolar – DGIDC, ME, 2009).

Ao longo da nossa atividade profissional desempenhamos o cargo de professor responsável por grupos-equipas de várias modalidades individuais e coletivas. Estivemos ligados ao Basquetebol entre 1992 e 2009 e ao Judo entre 2009 e 2011, ano em que a Direção de Escola decide por fim a este projeto. Quando iniciámos a nossa atividade docente a escola possuía equipas de Futsal e Basquetebol a competir nos quadros competitivos do Desporto Escolar, tendo-nos sido proposto o desenvolvimento do Basquetebol na escola, desafio que prontamente foi aceite e que bastante nos motivou.

A participação da escola num projeto desta dimensão permite-nos, enquanto responsáveis por grupos-equipas, participar ativamente na construção de uma dimensão desportiva vocacionada para a competição. O facto de nos permitir o desenvolvimento de um projeto a longo prazo, possibilita a construção de um grupo estável de participantes, com o objetivo de alcançar resultados positivos. Sem dúvida que, ao longo do tempo em que estivemos envolvido neste projeto, tivemos a oportunidade de criar vários grupos estáveis de jogadoras na área do Basquetebol Feminino, com continuidade, cujo trabalho era planificado de acordo com as necessidades e ambições de cada grupo, e nos permitiu alcançar resultados bastante positivos, culminando nos títulos Nacionais Juvenis de 2001 e 2003, e consequente participação nos Jogos da FISEC na Hungria e em Espanha.

Salientamos que os efeitos deste projeto não se espelham apenas nos resultados obtidos. Sem dúvida que outros valores pessoais se elevam, como a oportunidade de interagir com colegas de outras escolas que estas atividades proporcionam. A possibilidade de sair da escola, permite-nos ter uma visão mais pluralista de outras formas de atuação, no campo escolar. Refiro-nos não só à troca de ideias e experiências sobre as temáticas competitivas, mas também sobre as estratégias desenvolvidas para melhorar performances desportivas e por sua vez, resultados. Citando Nóvoa, (1991), *“O diálogo entre os professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional.”*

Entendemos que este tipo de projetos potencia uma maior troca de experiência, contactos e saberes que podem ser transferidos para o nosso contexto escolar por forma a melhorar as prestações de quem neles está integrado. Por outro lado, na vertente dos alunos, somos da opinião que a atividade externa proporciona o contacto com outras vivências e a troca de experiências com outros alunos, permitindo um maior conhecimento de outras realidades bem como de outros pontos sociais.

Destacamos assim os aspetos positivos deste projeto ser dinamizado nas escolas, principalmente em escolas situadas em meios mais desfavorecidos e onde a oferta desportiva é reduzida, uma vez que permite a grande parte dos alunos ter acesso à prática desportiva, de qualidade, em contexto competitivo e a modalidades que, muitas vezes, não poderiam ter acesso de outra forma.

Foi com enorme mágoa que encarámos, no final do ano letivo de 2010/11, o afastamento das atividades do Desporto Escolar a que fomos sujeitos. Algumas das atividades que faziam parte deste projeto continuaram a ser desenvolvidas internamente, como o Corta-mato Escolar, os Megas e o Basquetebol 3x3, no entanto, à exceção desta última, passou a ser vedado aos alunos a participação nas fases seguintes destas atividades, o que é sempre muito complicado de lhes explicar.

Ao longo dos anos em que tivemos a possibilidade de trabalhar no projeto do Desporto Escolar, sentimos o quanto é importante para a escola a sua continuidade. Em primeiro lugar porque movimenta um elevado número de alunos e professores, estreita relações, desenvolve o espírito de equipa, o gosto pela escola, a cooperação, a aceitação e a tolerância. Por outro lado permite-nos avaliar o trabalho realizado com os alunos, ajudando-nos a aferir se o empenho que dedicamos ao projeto e a forma como é vivido pelos alunos está a ser devidamente conseguido, uma vez que os resultados só aparecem com um enorme esforço concertado de ambas as partes.

Não podemos deixar de manifestar, e é uma opinião que defendemos publicamente tanto em sede de Conselho Pedagógico como nas análises SWOT [*Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças)] em que participámos, como é que uma escola, com tamanha tradição desportiva, com participações regulares em fases nacionais e internacionais do projeto, e em várias modalidades, com um historial de formação ligado desde sempre à área do desporto, pode ter abandonado um projeto desta dimensão, que nos possibilitava projetar a escola no exterior e participar numa competição de qualidade. Acabamos por ter os meios, e de qualidade, e não lhes damos continuidade.

1. Trabalho de Equipa e Cooperação Inter-áreas

Nos anos letivos aos quais este relatório incide estivemos integrados no Departamento de Artes e Expressões, pelo Grupo Disciplinar número 38 (Grupo de Recrutamento 620). Participámos e presidimos às diversas reuniões de Departamento de acordo com as convocatórias previamente divulgadas. Participámos ainda nas reuniões Gerais de Professores, nas reuniões dos Conselhos de Turma, nas reuniões do Conselho Pedagógico, reuniões da Comissão de Avaliação e outras.

Dentro do grupo disciplinar, participámos na planificação dos conteúdos que foram lecionados durante os vários anos letivos e das estratégias que foram utilizadas, tendo trabalhado ativamente na elaboração do documento referente à avaliação prática das modalidades. Partilhámos com todos os elementos do Grupo Disciplinar a melhoria da “Grelha de Avaliação das Modalidades”, por nós elaborada, referente aos conteúdos abordados ao longo do ano, a “Grelha de Assiduidade” e a “Grelha de Avaliação Final”, por

nós reformuladas, fazendo entre elas as devidas ligações, de forma a tornar todo o processo de avaliação mais justo e uniforme, tendo ainda, sempre que solicitados, auxiliado os colegas na resolução de algum problema surgido com as referidas grelhas. Partilhámos também as grelhas de avaliação das disciplinas de Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas Desportivas e Recreativas, Práticas de Dinamização Desportiva e Projeto Tecnológico.

Partilhámos igualmente toda a documentação que elaborámos para as aulas de Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas Desportivas e Recreativas, Práticas de Dinamização Desportiva e Projeto Tecnológico, disponibilizando na plataforma *moodle* as apresentações efetuadas, partilhando ainda com os colegas de Grupo Disciplinar os testes elaborados para a disciplina de Educação Física, bem como as Fichas de Trabalho da disciplina de Organização e Desenvolvimento Desportivo. Destaco ainda as reformulações por nós efetuadas às Unidades Didáticas de Judo e de Basquetebol, bem como a conversão para o novo acordo ortográfico das unidades didáticas de Ginástica, Atletismo e Andebol. Dentro do Grupo Disciplinar é prática corrente a partilha, dentro e fora da sala de aula, de práticas pedagógicas (conteúdos e atividades das disciplinas, bem como atividades de complemento curricular).

Integrando o Grupo de Educação Física, e tendo este uma excelente dinâmica e empenho na concretização de atividades/projetos que motivem os alunos para a escola, todos os anos foram desenvolvidas diversas atividades, nas quais colaborámos com grande entusiasmo, proporcionando-nos, todas elas, enorme satisfação, tanto pelas atividades em si, que foram bastante dinâmicas, como pela realização pessoal, ao verificar que o trabalho produzido proporcionou alegria e boa disposição a quem dele desfrutou. Estas atividades, vão ao encontro do Projeto Educativo de Escola e servem, para além de motivar os alunos para a prática desportiva, para criar uma melhor integração destes na vida escolar, proporcionando a todos um gosto especial pela escola e pela atividade física em particular. Das inúmeras atividades realizadas ao longo destes cinco anos destacamos aquelas que, por terem um caráter regular assumem especial relevo no Plano Anual de Atividades, envolvendo um maior número de alunos nas mesmas: Receção aos alunos do 5.º ano (decorre no primeiro dia de aulas de cada ano letivo, sendo uma atividade direcionada para os alunos do 5.º ano de escolaridade); Corta-Mato Escolar de Natal (realizado na última semana de aulas do primeiro período e direcionado a todos os alunos da escola, contando com uma participação de mais de 400 alunos); Torneio de Basquetebol 3x3 (decorre no início do segundo período letivo destinando-se a todos os alunos da escola); Torneio de Judo (decorre durante o segundo período letivo, sendo destinado aos alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico); Fase Escola do MegaSprint e MegaKm (realizado após a interrupção letiva do Carnaval e direcionado a todos os alunos da escola); 1.º Ciclo em Movimento (decorre

sempre que possível no Dia Mundial da Criança, 1 de junho, sendo direcionada para os alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Área Pedagógica); Hora a Nadar (realizada no início de junho e destinada a todos os alunos da escola) e Torneio Inter-turmas de Futsal (realizado ao longo do ano letivo e que conta com a participação da quase totalidade das turmas da escola).

No âmbito do projeto do Desporto Escolar, fomos responsáveis durante muitos anos pelos Grupos/Equipa de Basquetebol de Iniciados, Juvenis e Júniores Femininos, tendo por três ocasiões conquistado o Título de Campeão Nacional do Desporto Escolar, uma no escalão de Iniciados Femininos (1999) e duas no de Juvenis Femininos (2001 e 2003), anos que proporcionaram a experiência de participar nos Jogos da FISEC.

Após a extinção, por deliberação da Direção de Escola das equipas de Basquetebol Feminino, fomos responsáveis pela criação do Grupo/Equipa Misto de Judo, o qual contava com alguns alunos com Necessidades Educativas Especiais. Os treinos decorreram no Pavilhão Gimnodesportivo do Instituto D. João V tendo participado para além das concentrações previstas no quadro competitivo do Desporto Escolar em dois convívios no âmbito do desporto federado. Ainda no âmbito do projeto do Desporto Escolar há a assinalar no ano de 2009/10, a realização conjunta do Torneio de Judo do 2.º Ciclo e a 1.ª Concentração do Desporto Escolar, atividade que teve honras de uma reportagem televisiva destinada ao programa Desporto 2, a qual contou, para além da participação dos alunos das Escolas da Área Educativa de Leiria, com a presença dos alunos do Colégio de Santo André e Colégio do Oriente (ambos da Área Educativa de Lisboa) bem como da presença do ilustre judoca português Nuno Delgado, que apadrinhou a atividade.

Como responsável de escola do projeto Basquetebol 3x3, função que desempenhámos em todos os anos que incide este relatório, competia-nos proceder à inscrição anual da escola no referido projeto, sendo também responsável pela preparação e implementação da atividade, bem como da ligação entre as atividades desenvolvidas no Instituto D. João V e a coordenação distrital. Ao nível do trabalho desenvolvido na escola, todos os anos foi realizado o Torneio de Basquetebol 3x3, prova de grande impacto junto da comunidade educativa, contando anualmente com a participação de cerca de 500 alunos dos vários anos de escolaridade. Por forma a promover a participação massiva dos alunos na atividade, regularmente eram convidados a colaborar na realização do Torneio atletas profissionais de Basquetebol, tendo ao longo dos vários anos contado com a presença das equipas masculina do Ginásio Clube Figueirense e feminina da Associação Desportiva de Vagos, bem como alguns atletas da Associação Académica de Coimbra.

Para além da Fase de Escola participou-se sempre nas fases Local, e Sub-Regional do referido projeto, assumindo, por diversas vezes, a responsabilidade pela organização das

mesmas. De assinalar ainda a participação regular das equipas femininas na Fase Regional do referido projeto.

Para além das atividades atrás mencionadas, integrámos entre os anos de 2009/10 a 2012/13 a Academia “Vamos ser... Saudáveis”. Esta academia subdividia-se em três vertentes: “Vamos Viver a Sexualidade”, “Vamos ser...equilibrados” e “Vamos ser... ativos”, tendo durante os quatro anos em que o projeto funcionou coordenado esta última vertente.

Na vertente “Vamos viver a sexualidade”, foram trabalhados os três domínios da educação sexual: conhecimentos, sentimentos e atitudes e o desenvolvimento das capacidades individuais. Foi valorizada a promoção sexual, as diferentes expressões da sexualidade nas várias fases de desenvolvimento ao longo da vida, promovendo, simultaneamente, a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos e o respeito pelas diferentes orientações sexuais.

Na vertente “Vamos ser... equilibrados”, procurou-se a promoção da saúde através da divulgação de hábitos alimentares equilibrados e de higiene, tendo-se recorrido à realização de ações de formação, atividades lúdicas, pesquisas, inquéritos, contratos, e outros, junto de toda a comunidade escolar. Contemplou, ainda, a discussão e tratamento da temática ligada aos distúrbios alimentares.

Na vertente “Vamos ser... ativos”, promoveu-se um conjunto de atividades que possibilitaram a promoção da saúde através da atividade física acompanhada por profissionais de Educação Física, nas quais se destacam pelo sucesso alcançado a Hora do Futsal e a Hora do Badminton.

Para além da prática desportiva, e ainda no que à academia “Vamos ser... Saudáveis” diz respeito, promovemos ao longo dos vários anos em que a mesma funcionou, a recolha de dados para o estudo intitulado “Rastreio do Índice de Massa Corporal” onde no início de cada ano letivo era medida a estatura e a massa corporal dos alunos para determinação do Índice de Massa Corporal (relação com a Obesidade), sendo igualmente aplicados 4 testes físicos, cujos dados foram posteriormente analisados de acordo com a bateria de testes “*Fitnessgram*”, de forma a avaliar o nível de Aptidão Física dos alunos do Instituto D. João V. Os alunos com excesso de peso e obesidade foram encaminhados para as vertentes “Vamos ser... equilibrados” e “Vamos ser... ativos”, onde eram elaborados compromissos de uma alimentação equilibrada e prática de atividade física. No final do ano letivo eram adotados os mesmos procedimentos, para se estudar a evolução dos alunos ao longo do ano, sendo igualmente elaborado um estudo plurianual, com base nos resultados obtidos ao longo dos vários anos. Estudos como este em contexto escolar revelam-se importantes, já que de acordo com estudos epidemiológicos, tem-se constatado o surgimento de alguns fatores de risco que podem contribuir para o aparecimento das doenças degenerativas já em crianças por volta dos 7-8 anos, tornando-se portanto

candidatos em potencial a apresentarem futuramente, quando adultos, graves distúrbios funcionais. Nesses mesmos estudos, verificou-se também que até próximo dos 17-18 anos de idade a probabilidade de se obter sucesso na tentativa de reversão desse processo é bastante grande, nomeadamente mediante programas orientados de atividade física (Bozzano *et al.*, 1992; Despres, Bouchard e Malina, 1990). Deste modo, as intervenções durante os anos de escolarização, mediante programas que possam contribuir no sentido de inibir o aparecimento dos fatores de risco em crianças e jovens, poderá minimizar futuros transtornos do ponto de vista da saúde pública da população (Guedes, 1999).

DOMÍNIO C - COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE RELACIONAMENTO

A competência social desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano em geral e no funcionamento adaptado na escola, afetando as relações com os professores, a aceitação pelos pares e a realização escolar.

A competência social refere-se a um conjunto de comportamentos aprendidos e socialmente aceitos. Uma boa competência social permite interações eficazes com os outros e previne relações socialmente inaceitáveis.

Qualquer contexto (escolar, familiar ou outro) é caracterizado por determinadas relações entre diferentes categorias (espaços, discursos e sujeitos). A fronteira entre essas categorias pode ser nítida, havendo neste caso uma forte classificação entre elas ou estar esbatida, havendo neste caso uma classificação fraca entre elas.

Ao longo destes anos exercemos por diversas vezes, o cargo de Diretor de Turma, tanto de turmas do 3.º Ciclo do Ensino Básico, como do Ensino Secundário. Esta função, que se reveste de especial importância, é um cargo onde o docente tem um papel fulcral nas relações interpessoais. A função do diretor de turma incorpora um conjunto de vertentes de atuação correspondendo aos seus diversos interlocutores: alunos, professores e encarregados de educação (Roldão, 1995).

1. Relação com os alunos e encarregados de educação

“As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana” (Silva, 2005).

O nosso relacionamento com os alunos foi bastante positivo, sendo baseado na educação e respeito. Segundo Carvalho (1977), o êxito escolar dos nossos alunos parece estar dependente não só dos aspetos intelectuais mas, também, dos aspetos afetivos.

Assim sendo, sempre tratámos todos os alunos pelo seu nome e mantivemos conversas dentro e fora da sala de aula, ou da escola. Deles exigimos sempre uma postura educada e respeitosa, não só para connosco mas também entre eles próprios. Perante atitudes de alguma indisciplina, recorremos ao diálogo e à abertura e fizemos um bom uso do nosso conhecimento sobre o enquadramento social e o desenvolvimento físico e psicológico dos nossos alunos. Procurámos sempre levar os alunos a perceber que, em relações saudáveis, se pode manter o bom humor, o riso, a espontaneidade e a liberdade sem pisar o risco que separa a disciplina/cortesia/civismo da indisciplina/desordem e sem lesar o bom desenvolvimento da aula. A nossa maior arma, em momentos de maior conflito, foi cultivar a afetividade, argumentando de forma firme mas calma, apelando à gratidão e responsabilização, mostrando “a outra face da moeda” (que os alunos nem sempre conseguem ver pela sua falta de maturidade), fazendo o aluno ver o quanto o seu comportamento o lesa, antes de mais, a ele mesmo. Recorremos muitas vezes aos intervalos entre as aulas para o fazer, de forma mais privada, com um ou outro aluno. É algo que fizemos questão de fazer porque os resultados que geralmente daí advieram foram muitas vezes decisivos no respeitante à mudança de atitudes e à retoma ou ao reforço da confiança do aluno nos adultos e na escola. Na área específica da disciplina de Educação Física, promovemos os valores de companheirismo, cooperação, entreajuda, desportivismo e *fair-play*.

O clima de aula foi bastante positivo, havendo disciplina, o que favoreceu o processo de ensino-aprendizagem, permitindo aos alunos desenvolver a segurança em si próprios e favorecendo a autoestima, motivando-os assim para o alcançar dos objetivos propostos. Uma das estratégias utilizadas passou por nos dirigirmos aos alunos pelo seu próprio nome. Tivemos o cuidado de ser sempre audíveis por parte de todos eles, mesmo em condições adversas, o que favoreceu o cumprimento das regras da aula. Os conflitos que eventualmente emergiram foram resolvidos no momento, através do diálogo, sendo os mesmos registados em grelha própria para o efeito, permitindo assim a sua monitorização e possibilitando uma justa avaliação no que ao domínio do “Saber estar” diz respeito. Uma outra estratégia de motivação, passou pelo uso regular do reforço positivo, elogiando e valorizando respostas e atitudes.

Mantivemos um relacionamento próximo com os alunos. Nas aulas, procurámos detetar necessidades, interesses, aptidões e vocações dos mesmos, de modo a compreendê-los melhor, ajudá-los e avaliá-los. Extra aulas, mantivemos conversas informais sobre assuntos respeitantes à escola, ou assuntos da atualidade. Sempre que fomos abordados por estes, mostrámos disponibilidade para os ouvir e ajudar na resolução dos seus problemas, quer relacionados com a vida académica, quer pessoal.

De uma forma simples, procurámos estimular a sua autonomia, bem como o sentido e o espírito crítico e, ainda, a ponderação antes de qualquer ato. Valorizámos, desde sempre, as suas qualidades humanas, sobretudo a sinceridade, a interajuda, a compreensão, a tolerância e a amizade, como base da sua formação e do seu desenvolvimento pessoal. Como afirma Amado (2005), o ato de ensinar envolve uma atividade interpessoal que pressupõe, muito naturalmente, um processo intencional e específico, numa relação recíproca entre os seus intervenientes, ou seja, o(s) professor(es) e o(s) aluno(s), tendo como fim objetivos, não só, educacionais, mas também, humanos.

Não pudemos deixar passar a oportunidade de abordar o conceito de Atividade Física nas aulas, alertando os alunos para a necessidade de mudança de atitude e de comportamento face à inatividade física. Aproveitando a recolha de dados realizada nas aulas de Educação Física tendo em vista a avaliação da Aptidão Física dos alunos, não descurámos a oportunidade de os informar que a prática regular de atividade física assume um papel relevante na promoção de um estilo de vida saudável. Facultámos-lhes ainda os valores considerados “normais” em cada um dos testes realizados, para que os mesmos se encontrem na “Zona Saudável de Aptidão Física”, incentivando-os a realizarem regularmente os referidos testes, por forma, a monitorizarem o seu nível de Aptidão Física.

Tentámos sempre aplicar de forma correta e eficaz os regulamentos existentes no Projeto Educativo de Escola, bem como outros, no que respeita às mais variadas áreas da vida escolar, dando conhecimento dos mesmos quando sentimos necessidade. Os contactos estabelecidos com os Encarregados de Educação, seja motivado pelas funções de Diretor de Turma ou por questões relacionadas com os estágios dos alunos do Curso Tecnológico de Desporto, decorreram sempre de forma respeitosa, tendo destes obtido, de uma forma geral, toda a colaboração solicitada.

Estando os alunos integrados numa comunidade rica em valores culturais, sociais e desportivos, várias foram as vezes em que nos socorremos dessas componentes como estratégia pedagógica de diferenciação, não só para motivar os alunos, como conduzir cada qual dentro da sua especificidade, ao sucesso.

O Desporto Escolar permitiu e proporcionou também um envolvimento muito próximo com os alunos, pois o acompanhamento semanal nos treinos, extensível às várias concentrações, bem como às participações em Fases Regionais, Nacionais e Internacionais, propiciou, sem dúvida, momentos especiais de convívio e interação, difíceis de encontrar em outras situações.

No ano letivo de 2013/14 desempenhámos o cargo de Diretor de Turma, tendo-nos sido atribuída a responsabilidade de dirigir a turma A do décimo ano. O Diretor de Turma exerce na escola uma valiosa atividade, é o elemento determinante na mediação de conflitos, que não se encerram apenas no recinto escolar, ramificando-se e multiplicando-se

por toda a comunidade educativa. Acumula ainda numerosas funções burocráticas, necessitando de desenvolver, através de técnicas específicas, capacidades para o exercício de todas as tarefas de coordenação que executa. Picanço (2012) refere que o Diretor de Turma é uma peça fundamental na ligação escola-família porque é como um intermediário entre os alunos e as famílias, com vista a um bom relacionamento familiar, e é nele que se centram tarefas importantes como a justificação de faltas, as comunicações com os encarregados de educação, a marcação de reuniões, as informações aos alunos e aos encarregados de educação. Assim sendo, a direção de turma constitui um espaço de relação direta entre o professor/educador e a criança/aluno, centrado nas suas preocupações pessoais e no seu desenvolvimento afetivo considerando, deste modo, que as relações da criança com a escola são racionais, transitórias e impessoais, enquanto as relações do Diretor de Turma com a criança podem ser individualizadas e emocionais. Por seu lado Ribau (2001), refere que a direção de turma constitui uma estrutura de coordenação pedagógica intermédia de grande importância, assumindo o carácter de gestão das atividades do professor do mesmo agrupamento de alunos. Neste contexto, o Diretor de Turma tem como competência a coordenação interdisciplinar das orientações efetuadas por todos os professores que integram o respetivo Conselho de Turma (Coutinho, 1994 citado por Ribau, 2001).

Assim sendo, o Diretor de Turma é um gestor que acumula uma tripla função, ou seja, a relação estabelecida com os alunos e com os encarregados de educação, além da relação estabelecida com os demais professores da turma. O Diretor de Turma é um professor posicionado numa estrutura pedagógica de gestão intermédia da escola, particularmente centrado nos alunos e na gestão dos mesmos, especializado na organização de um trabalho cooperativo entre os diferentes professores da turma que dirige, em benefício do desenvolvimento intelectual e pessoal destes discentes. Constitui-se então como uma peça fundamental na relação interna entre o grupo – turma e o grupo – professores, bem como na relação externa com os encarregados de educação. Por outro lado, abrange todas as componentes do ato educativo (instrução, socialização e estimulação dos alunos), baseando-se, por isso, no conhecimento da personalidade dos alunos, no seu relacionamento com o meio físico, pessoal e social, fazendo apelo ao seu desenvolvimento integral e à sua participação em todo este processo. Enquanto peça fulcral na e da vida escolar, o Diretor de Turma é o professor que se encontra mais ligado aos aspetos de desenvolvimento, de maturação, de orientação e de aprendizagem, quer de cada aluno, quer da totalidade da turma. É um conhecedor do meio escolar, relacionando-se com os encarregados de educação e coordenando a ação dos professores da turma.

Na condição de Diretor de Turma, esforçámo-nos por manter uma boa relação com os encarregados de educação, mantendo-os informados sobre o percurso dos seus

educandos ao nível do aproveitamento, comportamento e assiduidade, responsabilizando-os também pelo acompanhamento daqueles nas tarefas escolares. Para os alunos que beneficiaram de um Plano de Acompanhamento Pedagógico, este acompanhamento foi feito após a realização dos conselhos de turma, dando a conhecer aos encarregados de educação a evolução dos planos elaborados e a avaliação da sua implementação. Podemos acrescentar que, neste sentido, estivemos sempre disponíveis para o contacto com os encarregados de educação fora do nosso horário de atendimento semanal, sempre que houvesse alguma impossibilidade horária ou preocupação acrescida por parte dos próprios.

Enquanto Diretor de Turma, o envolvimento com os alunos da turma foi superior ao estabelecido com os alunos das restantes turmas, tendo participado com eles em inúmeras atividades, das quais destacamos, por terem um maior envolvimento na comunidade educativa, a participação no Magusto, a elaboração do Cabaz de Natal, a participação no Desfile de Carnaval e a participação na Semana Cultural. O diálogo com os alunos foi uma constante ao longo do ano letivo, fazendo ver aos próprios que as suas capacidades são uma realidade, contudo é necessário colocá-las em prática para o rendimento escolar ser positivo. Empenhámo-nos ainda na sensibilização dos mesmos para a importância do conhecimento e cultura escolares numa futura integração profissional, no desenvolvimento de capacidades, na descoberta de aptidões e na realização pessoal, tentando motivá-los para o estudo. Deste modo, tentamos contribuir não só para a formação de pessoas livres e responsáveis na sua dimensão individual e pessoal, mas também na criação de cidadãos dotados de capacidade crítica, intervenientes na preservação de valores essenciais para a formação de uma sociedade melhor.

Enquanto Diretor de Turma da turma A do 10.º ano, a qual era constituída por 26 alunos, o primeiro contacto com os Encarregados de Educação ocorreu no início do ano letivo, na Reunião de Receção aos Encarregados de Educação, na qual foi eleito o representante dos Encarregados de Educação, tendo-o feito também ao longo dos três períodos letivos quando aqueles se deslocaram à escola por iniciativa própria ou quando solicitados. Estabelecemos ainda contacto com alguns Encarregados de Educação via telefone, e também por via postal. Nos vários contactos, promoveu-se o sentido de ser necessário o compromisso dos próprios no processo educativo dos seus educandos. Foi transmitido sempre um sentimento de positivismo e de confiança, com o intuito de motivar os pais e os alunos no processo educativo. Vários Encarregados de Educação participaram em algumas atividades promovidas pela escola, nomeadamente no Magusto e no Festival de Sopas, englobado na Semana Cultural.

O facto de se ser Diretor de Turma faz com que ocorra um envolvimento muito forte com os encarregados de educação, tendo sido em muitas visitas semanais destes, um ouvinte dos seus desabafos relativos às dificuldades económicas e afetivas com que se

debatiam. Mantivemos ainda com estes outras ligações, em geral ao participar em ações de formação realizadas pela Escola de Pais e nas diversas atividades realizadas ao longo do ano onde estes estavam presentes.

Ainda no âmbito da Direção de Turma, mantivemos um contacto semanal com os restantes elementos do Conselho de Turma, de forma a ter conhecimento real do processo educativo dos alunos da turma, o que permitiu recolher constantemente informação que posteriormente transmitimos aos encarregados de educação no contacto com estes. Ao longo do ano letivo mantivemos sempre o dossiê da Direção de Turma organizado e atualizado.

Conhecer os regulamentos existentes de uma instituição é conhecer os documentos normativos que regem as orientações subjacentes à dinâmica da mesma. Na realidade da escola, temos documentos orientadores como o Regulamento Interno, o Projeto Educativo ou o Projeto Curricular de Escola. Compete-nos, enquanto professores, não só conhecê-los como dá-los a conhecer e implementá-los junto dos alunos, o que aconteceu com alguma frequência, sobretudo no decorrer das aulas.

2. Envolvimento com a comunidade educativa

No que concerne às relações com a Comunidade Escolar, mantivemos uma comunicação regular com os Diretores de Turma das diferentes turmas que nos foram atribuídas, corpo Docente, Pessoal Auxiliar e Administrativo e corpo Discente, procurando estabelecer um clima de cooperação e companheirismo, fomentando o estabelecer de relações interpessoais potenciadoras da nossa formação pessoal e profissional.

Participámos regularmente e com elevado entusiasmo nas várias atividades que decorreram na escola, nomeadamente no Magusto do Instituto D. João V, na Festa de Natal do Instituto D. João V, no Jantar de Natal dos Colaboradores do Instituto D. João V, no Desfile de Carnaval, nas Jornadas Culturais, onde entre outras coisas, fomos responsáveis pelas atividades “Brincar ao Basquetebol”, “Destrezas e Chapanços”, “Caminho Marítimo para a Alegria” e “Workshops Desportivos”, nos Jogos de Futsal Professores-Alunos, Atividade de Encerramento do Ano Letivo, entre muitas outras atividades e exposições patentes na escola durante estes anos letivos.

Sempre que tal se mostrou necessário, cooperamos com os demais professores, em especial os Diretores de Turma, para a convergência de atitudes com vista à resolução de problemas e à formação integral dos alunos. Mantivemos sempre uma informação atualizada junto dos Diretores de Turma, acerca do aproveitamento e comportamento dos nossos alunos.

Desde sempre reconhecemos e relevámos os esforços e sucessos obtidos pelo trabalho desenvolvido, quer de alunos, de professores ou de auxiliares de ação educativa.

Nos anos letivos de 2011/12 e 2012/13, como Diretor de Curso e docente da disciplina de Práticas de Dinamização Desportiva no 12.º ano de escolaridade, entre outras funções, fomos responsáveis pelos estágios dos alunos do Curso Tecnológico de Desporto. Os estágios tiveram a duração de 240 horas e visavam desenvolver e consolidar, em contexto real de trabalho, os conhecimentos e as competências profissionais adquiridas pelos alunos durante a frequência do curso. Assim, no cumprimento desta tarefa, promovemos junto de várias instituições os contactos necessários para a realização dos estágios, promovendo também a ligação entre a escola, os alunos e as entidades de estágio. A preparação dos estágios é um trabalho bastante exigente e de grande responsabilidade, pois para além de termos que seleccionar as empresas e instituições nas quais os alunos podem estagiar, temos de distribuir os alunos conforme os seus gostos e competências, pois só assim será possível o sucesso da atividade. Após a definição das entidades de estágio, procedemos à elaboração de um protocolo a assinar pela escola, pelas diversas entidades, pelos alunos-formandos e seus encarregados de educação, quando menores. Estes protocolos incluíam o plano de estágio, as responsabilidades das partes envolvidas bem como as normas de funcionamento do estágio.

Durante o tempo de realização dos estágios foi feito o acompanhamento dos alunos nas atividades inerentes ao mesmo, reunindo regularmente com os formadores por forma a acompanhar e monitorizar o desempenho dos formandos, permitindo desta forma promover a sua melhoria.

Ao longo dos anos em que coordenámos os estágios, congratulamo-nos pela disponibilidade recebida quer por parte das entidades que acolheram os alunos, quer por parte dos monitores, que sempre tiveram uma atitude pedagógica e colaborativa para com os alunos e a escola. Como corolário desta boa colaboração destacamos a regular participação de elementos das referidas entidades nos Júris das Provas de Aptidão Tecnológica.

Sendo o processo de aprendizagem dinâmico e não se cingindo aos conhecimentos adquiridos dentro da sala de aula, incentivámos, quando oportuno, os alunos a partilharem com os restantes elementos da turma os conhecimentos e competências adquiridos por estes no seu trajeto de vida. Estas situações verificaram-se com mais frequência nas aulas das disciplinas do Curso Tecnológico de Desporto, nomeadamente Projeto Tecnológico e Práticas de Dinamização de Desportiva onde os alunos partilharam regularmente as experiências vividas na realização dos seus estágios. Estas trocas de informação revelam-se importantes na formação de cada um, tornando cada qual num ser mais completo. Estas partilhas provaram ser fundamentais para que os alunos desenvolvessem a capacidade de síntese e aprendessem a seleccionar os aspetos mais importantes de cada um dos trabalhos realizados, bem como perdessem o receio de expor os seus trabalhos em público, fatores

que se tornaram essenciais para o bom desempenho aquando da apresentação e discussão pública das suas Provas de Aptidão Tecnológica.

Para finalizar, não podemos deixar de referir os projetos desenvolvidos pelos alunos do Curso Tecnológico de Desporto nas suas Atividades de Referência, as quais de destinavam a toda a comunidade, destacando a “Caminhada pelo Coração”, que contou com a participação cerca de 100 elementos e a “Palestra sobre Futsal”, que contou com a presença do Treinador principal de Futsal do Sporting Clube de Portugal, Professor Nuno Dias.

DOMÍNIO D - COMPETÊNCIAS DE GESTÃO

“Os homens dividem-se, na vida prática, em três categorias - os que nasceram para mandar, os que nasceram para obedecer, e os que não nasceram nem para uma coisa nem para outra. Estes últimos julgam sempre que nasceram para mandar; julgam-no mesmo mais frequentemente que os que efetivamente nasceram para o mando.

O característico principal do homem que nasceu para mandar é que sabe mandar em si mesmo.

O característico distintivo do homem que nasceu para obedecer é que sabe mandar só nos outros, sabendo obedecer também. O homem que não nasceu nem para uma coisa nem para outra distingue-se por saber mandar nos outros mas não saber obedecer.

O homem que nasceu para mandar é o homem que impõe deveres a si mesmo. O homem que nasceu para obedecer é incapaz de se impor deveres, mas é capaz de executar os deveres que lhe são impostos (seja por superiores, seja por fórmulas sociais), e de transmitir aos outros a sua obediência; manda, não porque mande, mas porque é um transmissor de obediência. O homem que não nasceu nem para mandar nem para obedecer sabe só mandar, mas como nem manda por índole nem por transmissão de obediência, só é obedecido por qualquer circunstância externa - o cargo que exerce, a posição social que ocupa, a fortuna que tem...”

Fernando Pessoa, in “Teoria e Prática do Comércio”

Relativamente às funções de Delegado de Grupo, que desempenhámos nos anos letivos de 1997/98 a 1999/00 e em 2010/11, e de Coordenador de Departamento, que desempenhámos nos anos letivos de 2011/12 a 2013/14, podemos afirmar que foi uma experiência bastante enriquecedora na nossa formação profissional, na medida em que nos permitiu, adquirir conhecimentos de gestão curricular, planeamento e gestão de conflitos. Somos da opinião que todos os docentes deveriam ter a possibilidade de passar por este cargo, a fim de tomarem consciência do real trabalho que está inerente a toda a planificação do processo de ensino. Salientamos a questão da gestão de conflitos, uma vez que embora o delegado/coordenador deva evidenciar capacidades de liderança, deverá também ele ser um elemento ativo e participativo na promoção da reflexão e discussão de estratégias de planeamento e ação. Durante o tempo que desempenhámos estas funções, aprendemos que todo o trabalho do grupo, deverá partir de uma construção sólida, ambiciosa e participativa de todos os seus elementos. Pensamos que a discussão de estratégias e troca de ideias, traz sempre benefícios ao grupo, que através da sua coesão, sairá sempre reforçado na forma como é visto na comunidade escolar.

1. Liderança

No ano letivo de 2011/12 foi-nos atribuído o cargo de Coordenador do Departamento de Artes e Expressões, um novo desafio na nossa atividade na escola, que foi encarado com enorme profissionalismo e responsabilidade, cargo que desempenhámos até ao final do ano letivo de 2013/14. Procurámos adaptar o nosso estilo de liderança às características do grupo, pois tivemos como intenção obter da parte de todos os docentes do departamento o cumprimento das nossas orientações através do respeito e adesão e não pelo facto de ocuparmos um cargo de chefia, o que pensamos que foi plenamente conseguido. Quando se verificaram falhas neste cumprimento, agimos pelo diálogo. Promovemos a autonomia dentro de cada um dos grupos disciplinares que compõem o Departamento de Artes e Expressões, pois só desta forma seria possível realizar todas as tarefas propostas em tempo útil, bem como ter todos os professores empenhados na obtenção dos objetivos propostos. Procurámos com as nossas ações ser um exemplo de comportamento ético e profissional dentro da comunidade escolar.

Tendo as disciplinas que integram o Departamento de Artes e Expressões uma elevada componente prática, promovemos dentro dos vários Grupos Disciplinares o uso das Fichas de Informação das Avaliações Práticas aos Encarregados de Educação.

Sendo a função de Coordenador de Departamento um cargo de nomeação por parte da Direção de Escola, não ficamos indiferente às competências que o professor que o exerce deve ter, a saber: “O delegado deverá ser um professor portador de habilitação própria, de preferência profissionalizado, escolhido pela sua competência científica e

pedagógica, bem como pela sua capacidade de relacionamento e liderança.” (Portaria nº 970/80 de 12 de novembro).

2. Motivação

Durante os anos em que desempenhámos cargos de chefia intermédia, estivemos sempre disponíveis para colaborar na resolução de qualquer situação surgida, quer dentro do Grupo Disciplinar quer dentro do Departamento de Artes e Expressões, colaborando com todos os elementos sempre que tal se justificasse.

Acompanhámos todas as atividades propostas dentro do Departamento, desde a sua planificação até a sua execução, procurando inteirar-nos de qualquer problema que eventualmente surgisse. No final de cada atividade promovemos o diálogo sobre as mesmas, elogiando, quando justificado, o trabalho desenvolvido.

Nas várias reuniões em que participámos como Coordenador do Departamento de Artes e Expressões, registámos com agrado as informações positivas que foram sendo mencionadas sobre o desempenho dos docentes pertencentes ao departamento que coordenámos, fazendo chegar essas informações aos docentes em causa, mostrando a nossa satisfação pelos elogios recebidos.

Enquanto Coordenador de Departamento integrámos a comissão de avaliação de desempenho docente, estando sempre disponíveis para esclarecer qualquer situação ou dúvida surgida. Ainda dentro desta função observámos aulas e outras atividades desenvolvidas na escola pelos elementos do departamento, elogiando ou sugerindo ações de melhoria, sempre que tal se justificou, o trabalho desenvolvido.

3. Delegação

Englobando o Departamento de Artes e Expressões vários grupos disciplinares, é de todo impossível ao coordenador controlar a organização e dinamização de todas as atividades, quer pelo número quer pela diversidade das mesmas. Nesse sentido, promovemos a delegação de tarefas pelos vários elementos pertencentes ao departamento, tendo em conta as especificidades das mesmas. Desta forma, foi possível proporcionar oportunidades de desenvolvimento individual a vários professores, responsabilizando-os pelos resultados das tarefas atribuídas, fossem elas de natureza pedagógica ou de complemento curricular. Nos casos de incumprimento de responsabilidades, procurámos analisar as causas e agir com alguma ponderação e assertividade, pois casos houve em que esses incumprimentos foram devidamente justificados. Contudo, de referir que a não existência de uma verdadeira política de compensação do mérito ou penalização do incumprimento, dificultou a mudança de atitude.

Nas várias reuniões de departamento procedemos à monitorização das atividades, controlando desta forma a execução das tarefas e dando também oportunidade aos restantes elementos do grupo de exporem o trabalho desenvolvido.

4. Planeamento e Controlo

Para que o planeamento e a concretização da atividade pedagógica decorresse da melhor forma, foi indispensável a planificação atempada dos conteúdos a lecionar, realizado no início de cada período letivo. Este planeamento facilitou o acompanhamento das atividades letivas em cada turma, permitindo ainda a rentabilização dos recursos materiais.

Regularmente foram realizadas reflexões sobre o cumprimento dos objetivos propostos, ponderando sobre os possíveis problemas e o seu modo de resolução, abrindo ações preventivas sempre que tal se verificou necessário e fazendo o acompanhamento das mesmas, procurando assim atingir todos os objetivos delineados.

Devido à constante reformulação verificada no início de cada ano letivo na carga horária das disciplinas, todos os anos tiveram que ser revistos os conteúdos a lecionar, pois de uma forma geral, as disciplinas que compõe o Departamento de Artes e Expressões perderam horas letivas ano após ano.

Esta constante alteração, aliada ao progressivo aumento da carga horária atribuída a cada professor, teve como consequência uma diminuição anual no quadro de docentes que compõe o departamento, sendo necessário proceder a algumas adaptações das planificações de atividades de complemento curricular, nomeadamente no que se refere a datas de realização e responsáveis. Foi realizado um controlo regular da execução destas atividades, ficando o mesmo registado em ata de departamento.

Relativamente à disciplina de Educação Física era nossa responsabilidade a elaboração do mapa de distribuição dos espaços letivos, por forma a permitir uma uniforme e correta utilização das instalações pelas várias turmas, rentabilizando-se assim os recursos disponíveis para as aulas.

Ao longo dos anos em que desempenhámos este cargo, organizámos e gerimos toda a documentação relativa à coordenação do departamento, de forma a tentar mantê-la atualizada e disponível para consulta, quer em suporte de papel, quer na plataforma *moodle*.

5. Estratégia

Ao longo dos anos que desempenhámos os cargos de Delegado de Grupo e de Coordenador de Departamento tivemos a preocupação de dar diretrizes e orientações precisas, de modo a possibilitar a realização de um trabalho de qualidade. Na planificação das diversas atividades agendadas, definimos como estratégia delegar tarefas e responsabilidades para que os colegas tivessem autonomia na elaboração das mesmas. As

atividades de complemento curricular foram distribuídas por vários docentes, passando pela sua planificação, organização, assim como a elaboração do respetivo relatório.

A mesma estratégia foi igualmente utilizada para a realização das provas/exames de equivalência à frequência, sendo a elaboração das mesmas distribuídas por todos os docentes do departamento, procurando, sempre que possível, distribui-las pelos docentes que lecionavam o respetivo ano de escolaridade. Os docentes responsáveis pela elaboração das provas ficariam também nomeados para Júri das mesmas. O grupo correspondeu sempre de forma positiva, cumprindo o plano estabelecido, sendo evidente a eficiência desta estratégia.

Com vista à diminuição da pegada ecológica, promovemos a utilização do dossiê virtual do departamento em detrimento do tradicional dossiê com a documentação em papel, solicitando aos docentes o envio de toda a documentação produzida em formato digital para posterior disponibilização *on-line*.

Sendo a visão estratégica do Projeto Educativo do Instituto D. João V a melhoria constante – Melhor Ensino, Melhor Cidadania, Melhor Desempenho, Melhor Comunidade, Melhor Família, Melhor Escola, apresentámos sempre, em sede de Conselho Pedagógico, a nossa visão estratégica para os problemas que iam surgindo dentro do Departamento de Artes e Expressões e para a escola em geral, para que, de forma concertada, fossem estabelecidos processos, atividades e estilos de atuação conducentes aos objetivos da instituição. Lamentavelmente esta visão estratégica por várias vezes não se conciliou com a realidade vivida, sendo contrária a outras visões estratégicas mais importantes. Daí resultou a deterioração das condições de trabalho e a desmotivação de muitos elementos da equipa.

6. Reconhecimento

De entre as várias atividades realizadas na escola, procurámos estar especialmente atento às realizadas por docentes do Departamento de Artes e Expressões, reconhecendo e estimulando as boas práticas, tanto as de natureza pedagógica como as de complemento curricular, adotando-as quando necessário, proporcionando desta forma a melhoria do nosso trabalho, pois aprendemos muito com os nossos pares. Durante as reuniões de departamento incentivámos os colegas a partilharem com os restantes elementos a forma como decorreram essas mesmas atividades por eles dinamizadas. Infelizmente, a falta de tempo (decorrente da sobrecarga de trabalho) tornou-se o principal inimigo das boas práticas.

7. Gestão da Inovação

O desejo de melhoria constante pressupõe que se analise criticamente os métodos de trabalho existentes e se invista noutros métodos mais adequados ou mais eficazes e, por

isso, inovadores. A vitalidade das instituições depende da aplicação de medidas de inovação, uma vez que é sempre possível melhorar resultados, reformular procedimentos em função de novos contextos e aperfeiçoar filosofias de trabalho.

Sempre que se verificou conveniente, foram reformulados procedimentos, nomeadamente ao nível da classificação e avaliação. Por iniciativa própria foram alteradas as fórmulas de cálculo das avaliações de final de período na disciplina de Educação Física, tornando deste modo as avaliações mais justas. Ainda no que às avaliações diz respeito, tomámos a iniciativa de reformular os critérios de classificação da modalidade de Atletismo, uniformizando os critérios para o desempenho dos alunos, tendo em conta apenas a idade e o sexo, independentemente da turma ou ano de escolaridade que os alunos se encontrassem.

Com o intuito de rentabilizar o tempo e uniformizar os processos de avaliação dentro do departamento, incentivámos a utilização da Folha de Cálculo *Excel*® para a elaboração das grelhas de avaliação das várias disciplinas, colocando à consideração dos elementos do Departamento a obrigatoriedade do seu uso, apresentando e colocando à consideração do Grupo Disciplinar de Educação Física a “Grelha de Avaliação das Modalidades”, que elaborámos, referente aos conteúdos abordados ao longo do ano, bem como a “Grelha de Assiduidade”, na qual os docentes colocavam não só o registo da assiduidade e pontualidade como também o registo dos comportamentos dos alunos, os quais eram convertidos num valor quantitativo, tornando mais objetiva a avaliação do domínio comportamental. Os resultados obtidos nestas duas grelhas eram transportados para a “Grelha de Avaliação Final”, fazendo entre elas as devidas ligações, de forma a tornar todo o processo de avaliação mais justo e uniforme. Atendendo aos diferentes tempos de prática de cada modalidade, foi igualmente introduzido um fator de ponderação no domínio “Saber fazer”, tendo em conta o número de aulas destinadas a cada uma das Unidades Didáticas abordadas. Apresentámos ainda propostas de grelhas de avaliação das disciplinas de Organização e Desenvolvimento Desportivo, Práticas Desportivas e Recreativas, Práticas de Dinamização Desportiva e Projeto Tecnológico, as quais foram aprovadas por unanimidade. No início de cada ano letivo as referidas grelhas eram reformuladas tendo em consideração os critérios de avaliação definidos pela Direção de Escola e pelo Departamento.

Incentivámos a utilização do dossiê virtual do departamento, colocando toda a documentação produzida disponível em tempo útil, nomeadamente programas das disciplinas, planificações anuais e a médio prazo, critérios gerais de avaliação, planificações e relatórios de atividades, atas das reuniões de departamento, entre outros.

8. Avaliação

Estando sob nossa responsabilidade a coordenação de um elevado número de processos, é fundamental proceder a uma avaliação regular sobre o modo como os mesmos estão a decorrer. Assim sendo, nas várias reuniões de grupo/departamento, foram monitorizadas as atividades desenvolvidas dando os responsáveis pelas mesmas todas as informações sobre a forma como estas estavam a decorrer. Sempre que se julgou conveniente procederam-se reformulações, por forma a serem atingidos os objetivos propostos. Após o término das atividades elaboraram-se os respetivos relatórios, servindo estes como forma de avaliação das mesmas.

No final de cada período letivo foi feita a monitorização das classificações obtidas nas várias disciplinas que fazem parte do departamento, sendo analisados os resultados alcançados e realizada uma reflexão sobre os mesmos. Quando a avaliação estava aquém do pretendido, foram abertas ações preventivas, nomeadamente no que ao aproveitamento diz respeito, identificando as causas e definido medidas preventivas/corretivas a implementar com vista à superação dos problemas detetados. Regularmente foi feito o seguimento das ações abertas, controlando dessa forma a sua implementação.

Como Coordenador de Departamento, e de acordo com o ponto 3 do Artigo 6.º do Anexo III do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo assinado entre a AEEP – Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo e a FENPROF – Federação Nacional dos Professores, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 30 de 15 de agosto de 2011, integrámos a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente, assumindo a responsabilidade, em conjunto com a Direção de Escola e pelo docente indicado pelo Conselho Pedagógico, pela avaliação dos docentes pertencentes ao departamento que coordenámos. Apesar de a avaliação de desempenho dos docentes se realizar no final de cada nível salarial, reportando-se ao tempo de serviço nele prestado, a observação de aulas, ou outras atividades letivas orientadas pelo docente, foram realizadas de dois em dois anos, totalizando o máximo de quatro aulas observadas por quadriénio, tendo a Direção de Escola estabelecido que estas seriam realizadas nos segundos e quartos anos de permanência do docente em cada nível salarial.

São objeto de avaliação três domínios de competências do docente: *i)* competências para lecionar; *ii)* competências profissionais e de conduta, e *iii)* competências sociais e de relacionamento. No caso de docentes com funções de coordenação ou chefia, é ainda objeto de avaliação o domínio de competências de gestão.

Cada domínio compreende diversas ordens de competências, sendo cada uma destas avaliada mediante a verificação dos indicadores constantes das grelhas de avaliação de desempenho anexas ao regulamento de avaliação de desempenho, as quais foram adaptadas, tendo por referência o projeto educativo, e dadas a conhecer ao corpo docente.

De acordo com o número 3 do Artigo 7.º do Anexo III do CCT, no desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho, a comissão de avaliação tem em conta o relatório de autoavaliação de desempenho feito pelo docente, a realizar no último ano de permanência no nível salarial, bem como dados resultantes de outros procedimentos de avaliação ou do percurso profissional do docente que considere pertinentes e adequados para o efeito, nomeadamente:

- a) Análise de planificações letivas;
- b) Assistência, pela comissão de avaliação, a aulas ou outras atividades letivas orientadas pelo docente, num número máximo equivalente a duas observações por ano letivo da duração de cada nível;
- c) Entrevista(s) de reflexão sobre o desempenho profissional do docente;
- d) Parecer dos responsáveis pedagógicos;
- e) Formação realizada, tendo carácter obrigatório quando gratuitamente disponibilizado pela entidade patronal;
- f) Assiduidade e pontualidade.

De todas os procedimentos de avaliação definidos pela Direção de Escola, a observação de aulas foi, sem dúvida, aquele que maior preocupação causou, pois para além de não termos formação na área, teríamos que observar não só aulas dos docentes do nosso grupo de recrutamento como também dos restantes docentes dos outros grupos de recrutamento pertencentes ao Departamento de Artes e Expressões.

Segundo Aranha, A. (2007), a observação pode ser dividida em três momentos distintos: pré-observação, observação propriamente dita e pós-observação. Durante a pré-observação deveremos preparar a observação e treinar os observadores. Nesta fase de preparação colocam-se quatro questões: Porquê observar? (motivos); Para quê observar? (efeitos); O que observar (objeto de observação) e Como observar? (meios e formas de observação). Importa esclarecer que atendendo à inexistência de formações orientadas para esta área, o treino dos observadores não pôde ser realizado como seria desejável, servindo-se estes da experiência que foram acumulando de aula para aula para, treinando assim a sua competência para observação. Para minorar a situação, e como teriam que estar pelo menos dois docentes a observar cada aula, definiu-se que pelo menos um deles já deveria ter pertencido à comissão de avaliação, promovendo assim uma espécie de “treino” ao novo observador.

No que ao segundo momento diz respeito, observação propriamente dita, esta seria sempre realizada diretamente no espaço de aula. Nesta fase, e tendo em consideração que iríamos observar aulas de diferentes colegas, com os quais teríamos mais ou menos afinidades, foi fundamental ter presente o princípio da objetividade, por forma a se proceder a uma observação isenta, procurando registar exatamente tudo aquilo que se observa.

Terminada a observação, e já na fase da pós-observação, os observadores reuniam para analisar os dados recolhidos e proceder à elaboração do respetivo relatório, onde para além de registarem as observações/evidências verificadas em cada uma das competências objeto de análise, eram averbados os comentários sobre a aula nomeadamente os pontos fortes/fracos e respetivas sugestões de melhoria. Após este procedimento, marcava-se uma reunião com o docente observado onde se debatiam as situações registadas, dando-se a conhecer o resultado das mesmas.

Para além das aulas observadas competia também ao coordenador de cada departamento realizar uma monitorização dos restantes procedimentos que constavam no processo de avaliação, os quais foram registados em grelhas destinadas para o efeito e dados a conhecer à Direção de Escola duas vezes por ano. No final de cada ano letivo foi realizada uma reunião individual de *feedback* com cada um dos docentes do departamento, na qual lhes foi dado a conhecer os pontos fortes e fracos decorrentes da avaliação do desempenho, bem como solicitar/sugerir sugestões para a resolução dos problemas detetados, procurando a superação dos mesmos.

REFLEXÃO FINAL

Estes anos foram extremamente ricos em experiências, que contribuíram, sem dúvida, para a nossa formação. No seu decorrer, através da prática e da reflexão que realizámos sobre esta, fomos adquirindo e consolidando conhecimentos, tanto a nível científico como didáticos/pedagógicos. A formação acontece desde os primeiros anos escolares, nos contextos sociais e vai crescendo e evoluindo de acordo com os padrões e valores fundamentais do indivíduo. Também o professor evolui na sua atividade profissional, desde a sua formação inicial, tornando-se um professor reflexivo. Onofre (1996) corrobora esta ideia ao atribuir à formação de professores um carácter contínuo e sistemático, que se inicia nos bancos da escola básica e se prolonga por toda a vida profissional.

Ao longo dos anos fomos sempre assíduos e pontuais, tendo cumprido na íntegra todo serviço que nos foi atribuído, desempenhando-o de forma consciente, séria e responsável, tendo em todas as nossas avaliações de desempenho obtido a classificação de Excelente.

Tivemos sempre a preocupação de fomentar o gosto pela prática regular de atividade física, transmitindo a sua importância para o completo bem-estar físico, psicológico e social ao longo da vida; desenvolver um processo de ensino-aprendizagem diferenciado e diversificado; promover a aquisição e consolidação de conhecimentos e competências práticas nas dimensões técnica, tática, regulamentar e organizativa; transmitir atitudes e valores indispensáveis à formação cívica e sócio-afetiva de cada aluno.

Ao longo dos anos muitos foram os desafios propostos, todos eles plenamente conseguidos e superados, proporcionando-nos deste modo variadas experiências profissionais, bastante enriquecedoras. Para o alcançar deste sucesso, contribuiu não só o nosso desempenho e competência profissional, como a colaboração do Departamento de Artes e Expressões, dos alunos, dos demais professores e restante comunidade educativa do Instituto D. João V. De realçar também as condições de trabalho que foram colocadas à disposição para o desenvolver de todo este trabalho.

Foi preocupação constante perceber as dificuldades dos alunos, mostrando-nos sempre disponíveis às suas solicitações, dentro e fora da sala de aula. Procurámos sensibilizar os discentes para a importância do conhecimento e cultura escolar numa futura integração profissional, no desenvolvimento de capacidades, na descoberta de aptidões e na realização pessoal, tentando motivá-los, especialmente aos menos interessados pelo estudo. Intercedemos, por vezes, em situações de dificuldade de inter-relacionamento dos alunos, com o objetivo de promover o respeito, a compreensão, a amizade, a solidariedade e a tolerância.

Segundo vários autores o conceito de aprendizagem, sintetizada no termo de “nova aprendizagem”, introduziu uma nova concepção de pedagogia: a promoção de atividades fortes de aprendizagem por parte dos discentes. Nesta concepção, o bom ensino pressupõe que o professor não tem de dar provas de um reportório bem definido de comportamentos “corretos”, mas antes deve demonstrar que contribui para o êxito da aprendizagem dos seus alunos (Simons, 1999; Vermunt e Verschaffel, 2000).

A experiência que temos acumulado ao longo dos anos tem vindo a demonstrar-nos que a medida do sucesso de uma escola está diretamente ligada à força da sua própria cultura e afirmação de identidade. Acreditamos numa escola ajustada ao seu meio envolvente, onde os seus alunos, mas também, os restantes elementos da comunidade escolar, se sintam identificados, integrados e felizes.

Como tal, a nossa atuação enquanto docente não se cingiu apenas à sala de aula, tendo também a preocupação de dinamizar a escola, promovendo, organizando ou participando nas várias atividades internas ou externas desenvolvidas pelo Departamento de Artes e Expressões, que constaram do Plano Anual de Atividades, contribuindo desta forma para o desenvolvimento do Projeto Educativo de Escola, para o alcançar dos objetivos de Departamento, para a defesa dos interesses da escola, para a promoção do bom nome do Instituto D. João V e para uma relação aberta com a comunidade.

Qualquer professor consciente e empenhado na sua função, quando tem de enfrentar tantas adversidades (múltiplas funções, níveis de ensino, aumento do horário de trabalho, stress profissional, perda de qualidade de alguns serviços escolares, reestruturações internas, reduções salariais, entre outras), tem a noção de que há obstáculos que o levam a cometer falhas, procura evitá-las e agir de acordo com o seu código ético. Mantemos este espírito lutador e autorreflexivo, pois sabemos que: precisamos de ir mais além na função de diretor de turma; não respondemos a todas as necessidades de acompanhamento individualizado a alunos com necessidades educativas especiais; mais formação poderia trazer efeitos benéficos à nossa pedagogia; por vezes falta-nos alguma serenidade e otimismo, para que melhor possamos contagiar os alunos.

A realização de um trabalho desta natureza torna-se extremamente enriquecedor na medida em que permite fazer uma retrospectiva da nossa ação docente, da forma como nos colocamos perante a conjuntura atual, do trabalho desenvolvido, do que poderá ser melhorado, a fim de alcançar o fundamental deste processo: o sucesso dos alunos.

Entendemos que hoje em dia, este é possivelmente o nosso maior desafio enquanto professores. A profissão tornou-se precária, a visão da sociedade desprestigiante e as correntes políticas encostam-nos para o que mais parece um massacre social. O valor da Educação, não está nos montantes que todos os dias são divulgados, está essencialmente na máquina humana que o movimenta. Essa mesma máquina, que infelizmente, por razões

meramente economicistas, dificilmente conseguirá num futuro próximo, entender o Professor como profissão.

REFERÊNCIAS

- Amado, J. (2005). Observação e análise da relação pedagógica. Relatório da disciplina – Concurso para Professor Associado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Aranha. A (2004). Organização, Planeamento e Avaliação em Educação Física. UTAD (Série Didática, Ciências Sociais e Humanas; 47). Vila Real.
- Aranha. A. (2007). Observação de aulas de Educação Física. Sistematização da observação. Sistemas de observação e fichas de registo. UTAD-Série Didática Ciências Aplicadas, 354. Vila Real.
- Betti, M.; Zuliani, L. R. (2002). Educação Física escolar: uma proposta de directrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – Ano 1, Número 1, pp. 73-81. Brasil.
- Bloom, B. *et al.* (1983). Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. São Paulo: Pioneira. Brasil.
- Bozzano, A. *et al.* (1992). Health related fitness and blood pressure in boys and girls ages 10 to 17 years. *Pediatric Exercise Science*, vol.4, pp.128-135.
- Carvalho, M. (1977). Cultura Física e Desenvolvimento. Lisboa: Ed. Compendium.
- Cossio-Bolaños, M. A.; Pascoal, E. H. F; Paes, R. R.; Arruda, M. (2009). Métodos de ensino nos jogos desportivos. *Revista Movimento e Percepção*. vol. 10, n.º 15, pp. 264-273. Edições Espírito Santo do Pinhal. São Paulo. Brasil.
- Després, J. P.; Bouchard, C. e Malina, R. M. (1990). Physical activity and coronary heart disease risk factors during childhood and adolescence. *Exercise and Sport Sciences Reviews*, vol.18, pp.243-261.
- Di Dio, R. T. (1980). Avaliação. In: PENTEADO, W. M. A. (Org.). *Psicologia e ensino*. São Paulo: Papelivro. Brasil
- Giannichi, R. S. (1984). Medidas e avaliação em Educação Física. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa. Brasil.
- Gimeno, S. J. (1988). *El curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Ediciones Morata. Espanha
- Guedes, D. P. (1999). Educação para a Saúde mediante Programas de Educação Física Escolar. *Revista Motriz*, vol. 5, n.º 1, pp. 10-14. São Paulo. Brasil.

Hoffman, S. J.; Harris, J. C. (2002). Cinesiologia – o estudo da atividade física. pp. 223 e 455; Porto Alegre: Artmed. Brasil.

Januário, C. (1996). *Do pensamento do professor à sala de aula*. Coimbra: Almedina.

Júnior, A. F. (1987). *Prática de Ensino em Educação Física - Estágio Supervisionado*. Brasil.

Luckesi, C. C. (1986). Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Revista de Educação AEC*, vol. 15, n. 60, pp. 23-37.

Ludke, M.; Mediano, Z. (1992). *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. Campinas: Papirus. Brasil

Matos, M. (2010). *Diferenciação curricular: uma abordagem às práticas de intervenção educativa no 2º ciclo do ensino básico* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Técnica de Lisboa, Cruz Quebrada.

McGown, C. (1991). O ensino da técnica desportiva. *Treino Desportivo*. II série, n.º 22, pp. 15-22.

Mosston, M. (1966). *Teaching physical education*. Columbus, C.E. Merrill Books.

Mosston, M. (1988). *La enseñanza de la educación física*. Barcelona: Paidós. Espanha.

Mosston, M. e Ashworth, S. (1993). *La enseñanza de la Educación Física*. Barcelona: Hispano Europea. Espanha.

Mota, J. (1989). As funções do feedback pedagógico. *Horizonte*. Lisboa, vol. 6, n.º 31, pp. 23-26.

Nobre, P. (2009). *Didáctica da Educação Física e do Desporto Escolar*. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Nóvoa, António (1991). "Os professores: em busca de uma autonomia perdida?". In *Ciências da Educação em Portugal - Situação atual e perspectivas*. Porto: SPCE.

Onofre, M. S. (1996). A Supervisão Pedagógica no Contexto da Formação Didática em Educação Física. In F. C. Costa, *Formação de Professores em Educação Física: Conceções, Investigação, Prática* (pp. 75-118). Lisboa: FMH.

Pacheco, J. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.

Picanço, A. (2012). *A relação entre escola e família - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Piéron, M. (1996). *Formação de Professores – Aquisição de Técnicas de Ensino e Supervisão Pedagógica*. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa. Edições FMH. Lisboa.

Pitta, Luis *et al.* (s/d). A Profissão Docente, Universidade de Aveiro.

Programas de Educação Física para o Ensino Básico e Secundário (PNEF). Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Programa do Desporto Escolar (2009), ME, DGIDC.

Projeto Educativo do Instituto D. João V - 2013-2016, IDJV

Ribau, A. (2001). *Funções e práticas do diretor de turma. O quadro legal e os sistemas de ação concreta numa Escola Básica 2,3*. Monografia apresentada na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Roldão, M. (1995). *O Estudo do Meio no 1.º Ciclo – Fundamentos e Estratégias*. Lisboa: Texto Editora.

Roldão, M. (2003). *Diferenciação curricular revisitada. Conceito, discurso e práxis*. Porto: Porto Editora.

Rosado, A. (s/d). *Conceitos Básicos de Pedagogia e Didática dos Desportos*. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

Sarmiento, P.; Leça-Veiga, A.; Rosado, A.; Rodrigues, J.; Ferreira, V. (1993). *Pedagogia do Desporto – Instrumentos de Observação Sistemática da Educação Física e do Desporto*. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa. Edições FMH. Lisboa.

Silva, J. P. S. (2005). A relação Professor/Aluno no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Espaço Académico*, n.º 52, Setembro. Brasil.

Silva, P. N. (2014). *Citações e pensamentos de Fernando Pessoa*. Alfragide: Casa das Letras.

Silva, P. S. (2007). A Relação Professor/Aluno no Processo e Ensino/Aprendizagem. *Revista Espaço da Sophia*. n.º 7. pp. 17-20.

Simons, P. R. (1999). Competentiegerichte leeromgevingen in organisaties en hoger beroepsonderwijs. In: *Schlusmans, K. et al. (ed.). Competentie - gerichte leeromgevingen*. Utreque: Lemma.

Vermunt, J.; Verschaffel, L. (2000). Process oriented teaching (Ensino orientado para os processos). In: *Simons, P.R.J.; Van der Linden, J.; Duffy, T. In: New Learning*. Dordrecht: Kluwer, p. 209-225.

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao, consultado a 12 de agosto de 2015.

Documentação consultada

Boletim do Trabalho e Emprego nº 30, de 15 de agosto de 2011 – CCT para o EPC.

Decreto-Lei n.º 553 / 80, de 21 de novembro – Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não Superior.

Decreto-Lei n.º 240 / 2001, de 30 de agosto - Aprova o Perfil Geral do Desempenho Profissional do Educador de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Decreto-Lei n.º 213 / 2006, de 27 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 137 / 2012, 2 de julho – Orientações de Organização do Projeto Educativo.

Decreto-Lei n.º 139 / 2012, 5 de julho – Define os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário.

Decreto-lei n.º 152 / 2013, de 4 de novembro - Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

Despacho normativo 13-A 2012, 5 de junho - Organização ano letivo

Lei nº 51 / 2012, de 5 de setembro – Novo Estatuto do Aluno.

Portaria nº 970 / 80, de 12 de novembro – Organização das Estruturas de Apoio ao Conselho Pedagógico.

Portaria nº 196 - A / 2010, de 9 de abril - Educação sexual nas escolas.

Portaria nº 59 / 2014, de 7 de março – Estabelece as regras a aplicar na gestão flexível dos currículos verificada nas Escolas do Ensino Particular e Cooperativo.

ANEXOS

Anexo 1 – Registo de Avaliação do Desempenho Docente 2008/2010

Anexo 2 – Relatório de Avaliação do Desempenho Docente 2008/09 a 2011/12

Anexo 3 – *Curriculum Vitae*

Anexo 1 – Registo de Avaliação de Desempenho Docente 2008/2010

2008/2010

1. Identificação do docente

DOCENTE **Arlindo Martins Araújo**
Departamento **Artes e Expressões**

2. Auto-avaliação Domínios: A, B e C – 5

3. Classificação atribuída pela Comissão de Avaliação:

A. Competências para leccionar

A.1. Conhecimentos científicos e didáticos	5
A.2. Promoção da aprendizagem pela Motivação e Responsabilização dos alunos	4,67
A.3. Plasticidade (Flexibilidade e capacidade de adaptação)	5
A.4. Identificação e vivência do projecto educativo	3,5
A.5. Comunicação	5
A.6. Planeamento	5
A.7. Procura de informação e actualização de conhecimentos	4,33
A.8. Avaliação	4,67

B. Competências profissionais e de conduta

B.1. Trabalho de Equipa e Cooperação Inter-áreas	4,75
--	------

C. Competências sociais e de relacionamento

C.1. Relação com os alunos e encarregados de educação	4
C.2. Envolvimento com a comunidade educativa	3,75

D. Competências de gestão (nos casos aplicáveis)

- D.1. Liderança
- D.2. Motivação
- D.3. Delegação
- D.4. Planeamento e Controlo
- D.5. Estratégia
- D.6. Gestão da Inovação

Média da classificação das ordens de competência: 5

3.1. Nível de desempenho
(Nos termos do disposto no Art. 4.º, do Anexo III do CCT)

Bom

3.2. Releva para progressão na carreira?
(Nos termos do disposto no Art. 7.º, do Anexo III do CCT)

Sim

4. Observações

Louriçal, 30 de Julho de 2010
A Direcção da Unidade Escolar,

A preencher pelo(s) representante(s) da entidade titular do estabelecimento:

Pedido de esclarecimento: Data: Assinatura(s),	Ratifica-se/rejeita-se* a classificação do ano de serviço como <i>bom e efectivo</i> para efeitos de progressão na carreira. Data: 20 de Setembro de 2010 Assinatura(s), <i>Instituto D. João V, S.A.</i>
---	---

*Riscar o que não se aplica.

Anexo 2 – Registo de Avaliação de Desempenho Docente 2008/2010

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

1. IDENTIFICAÇÃO DO DOCENTE

Nome do Docente	Arlindo Martins Araújo		
Grupo Disciplinar/ Departamento	Departamento de Artes e Expressões		
Nível de vencimento*	A ₅	Anos letivos de referência*	De 2008/2009 a 2011/2012
Principais funções/cargos (desempenhados no período de referência)	Coordenador de Departamento		

*Não aplicável aos docentes das Escolas Profissionais

2. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO FINAL	5	NÍVEL DE DESEMPENHO ATRIBUÍDO	Bom
---------------------	---	-------------------------------	-----

[Ver fundamentação no ponto 4.]

Pontos fortes	O docente revelou um enorme sentido de responsabilidade e idoneidade no desempenho das suas funções enquanto coordenador de departamento. Demonstrou uma grande capacidade de liderança que se traduziu no desenvolvimento dos trabalhos propostos aos docentes do departamento. No seu contacto com os alunos revelou sempre uma grande capacidade para interagir com os mesmos proporcionando-lhes tarefas adequadas ao aprofundar de conhecimentos e melhoria das suas competências. Promoveu sempre interações positivas e respeitadas com os alunos e entre eles. No âmbito das suas competências enquanto professor de ATI do curso tecnológico de desporto demonstrou autonomia na implementação de todo o processo inerente aos seus alunos, proporcionando aos mesmos a realização dos estágios em tempo útil, fazendo a articulação com as entidades que colaboraram com o IDJV. Manteve sempre uma relação muito próxima com a DUE mantendo os seus elementos ao corrente de todo o trabalho realizado, quer ao nível do departamento, quer ao nível do plano do estágio da sua turma. Ao longo da sua atividade profissional, o docente, foi sempre assíduo e pontual promovendo os mesmos valores com todos, os que com ele, diretamente colaboraram: docentes e discentes.
Pontos a melhorar	Promover junto dos docentes de Educação Física a sensibilização para a arrumação do material da disciplina após a utilização do mesmo. Constata-se, mesmo depois da DUE ter alertado para essa situação, uma constante desarrumação do material que é utilizado nas aulas.
Outras observações	A proposta de avaliação da Comissão de Avaliação vai ao encontro da proposta do docente.

Louriçal, 28 de junho de 2012

A Comissão de Avaliação,
[Assinaturas]

3. RATIFICAÇÃO (não aplicável aos docentes das Escolas Profissionais)

[A preencher pelo(s) representante(s) da entidade titular do estabelecimento]

Ratifica-se a classificação do ano de serviço como **Bom** para efeitos de progressão na carreira, nos termos do artigo 42.º do CCT.

Data:

24 JUL. 2012

Instituto D. João V., S.A

Assinatura(s),

A Administração

[Assinatura] António Adame

4. AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO E ORDEM DE COMPETÊNCIA

Escala		
1	INADEQUADO	Muito pouco desenvolvido. Os aspetos fundamentais da competência não são demonstrados. Para atingir o nível adequado necessita, em elevado grau, de formação em aspetos básicos, treino prático e acompanhamento.
2	POUCO ADEQUADO	Alguns aspetos fundamentais da competência não são demonstrados de modo consistente. Para atingir o nível adequado necessita de formação específica, treino prático e acompanhamento.
3	ADEQUADO	Desenvolvido. Corresponde, em termos globais, às exigências da competência. Genericamente, os indicadores da competência são demonstrados, com algumas exceções, nalguns aspetos secundários. Necessita de treino prático e acompanhamento complementares.
4	MUITO ADEQUADO	Muito desenvolvido Corresponde aos indicadores da competência, com raríssimas exceções, nalguns aspetos secundários.
5	EXCELENTE	Plenamente desenvolvido. Corresponde, sem exceção, às exigências da competência, ocasionalmente ultrapassa-as.

A. COMPETÊNCIA PARA LECIONAR

A.1. Conhecimentos científicos e didáticos

[Evidência o conhecimento das matérias; Explica com clareza as áreas do seu domínio científico; Apresenta informação (científica) precisa e atualizada; Procura abordagens para ajudar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno; Procura conhecimentos sobre o pensamento, tendências e práticas inovadoras na educação]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação de aulas; certificados de formação e documentos constantes da plataforma moodle.
Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente evidenciou claramente o conhecimento científico das matérias lecionadas, explicando com clareza. O docente adequou a sua postura face às características heterogéneas da turma.

A.2. Promoção da aprendizagem pela Motivação e Responsabilização dos alunos

[Apoia os alunos na aquisição de novas competências; Motiva os alunos para a melhoria; Utiliza práticas que promovem o desenvolvimento e aprofundamento de competências; Sistematiza procedimentos e tarefas de rotina para comprometer os alunos em várias experiências de aprendizagem; Promove a autoestima do aluno, com reforço positivo; Apoia os alunos no desenvolvimento e utilização de formas de avaliar criticamente a informação]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação das aulas; ações preventivas abertas em departamento
Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente utilizou estratégias diversificadas para promover o sucesso dos alunos. Para os alunos com mais dificuldades adequou as condições de aprendizagem para promover o sucesso e autoestima dos alunos. Incentivou constantemente os alunos para o êxito.

A.3. Plasticidade (Flexibilidade e capacidade de adaptação)

[Usa várias estratégias para fazer face a diferentes modos de aprendizagem dos alunos; Quando seleciona os recursos, considera as necessidades individuais de cada aluno, o ambiente de aprendizagem e as competências a desenvolver; Conhece os processos relacionados com a educação especial e providencia as experiências adequadas para o sucesso do aluno (quando aplicável e tendo formação); Dá informação fundamentada sobre os trabalhos propostos aos alunos; Utiliza uma variedade de recursos adequados para aperfeiçoar a aprendizagem dos alunos]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação das aulas
Classificação atribuída	5
Fundamentação	Em virtude das dificuldades apresentadas por algumas alunas o docente, de imediato, adequou as tarefas para promover o êxito no exercício critério proposto.

A.4. Identificação e vivência do projeto educativo

[Segue as linhas orientadoras do projeto educativo e usa a metodologia preconizada; Estimula a aquisição dos valores propostos no projeto educativo da escola]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Planificações e relatórios das atividades; Atas de departamento; Documentação dos estágios do CTD
Classificação atribuída	5
Fundamentação	Face às linhas orientadoras do PE o docente no acompanhamento dos seus alunos, nomeadamente nos estágios profissionais, foi inculcando o sentido de responsabilidade, a valorização dos valores preconizados pelo IDJV e a exigência na apresentação dos Projetos. Os alunos do IDJV foram amplamente elogiados pelas entidades que promoveram os estágios.

A.5. Comunicação

[Demonstra proficiência na utilização da vertente escrita da língua portuguesa; Demonstra proficiência na utilização da vertente oral da língua portuguesa; Promove, no âmbito, da subárea disciplinar o bom uso da língua; Promove competências eficazes de comunicação]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação das aulas; Plataforma Moodle; Atas de Departamento
Classificação atribuída	4
Fundamentação	O docente estabelece uma comunicação eficaz e promove as mesmas, nos seus alunos. Este aspeto poderá, no entanto, ser melhorado

A.6. Planeamento

[Desenvolve, com os alunos, expectativas atingíveis para as aulas; Gere o tempo de ensino de uma forma a cumprir os objetivos propostos; Faz ligações relevantes entre as planificações das aulas diárias e as planificações de longo prazo; Planifica adequadamente os temas das aulas; Planifica adequadamente as aulas; Modifica planificações para se adaptar às necessidades dos alunos, tornando os tópicos mais relevantes para a vida e experiência dos alunos; Acompanha a planificação do seu grupo disciplinar]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação das aulas; Dossiê e atas de departamento; Livros de Ponto
Classificação atribuída	5
Fundamentação	Acompanha as planificações do grupo disciplinar. Planeia muito adequadamente a aula observada, gerindo bem o tempo e o cumprimento dos objetivos.

A.7. Procura de informação e atualização de conhecimentos

[Utiliza, apropriadamente as tecnologias da informação e da comunicação para melhorar o ensino/aprendizagem; Promove, sempre que possível, a utilização destas novas tecnologias de informação, pelos alunos; Mantém um registo das suas experiências de aprendizagem relacionando-as com os contextos educacionais; Explora formas de aceder e utilizar a pesquisa sobre educação; Participa em ações de formação propostas pela escola]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Plataforma Moodle Livros de Ponto; Registos de presença e certificados de participação em ações de formação
Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente utiliza adequadamente as TIC, tendo desenvolvido as grelhas de avaliação das modalidades utilizadas pelo grupo de ed. Física.

A.8. Avaliação

[Alinha as estratégias de avaliação com os objetivos de aprendizagem; Utiliza o trabalho do aluno para diagnosticar dificuldades de aprendizagem que corrige adequadamente; Aplica adequadamente os instrumentos e as estratégias de avaliação, tanto a curto como a longo prazo; Utiliza uma variedade de técnicas de avaliação; Utiliza a comunicação contínua para manter tanto os alunos como os pais informados e para demonstrar o progresso do aluno; Modifica os processos de avaliação para assegurar que as necessidades dos alunos especiais ou as exceções de aprendizagem são correspondidas; Integra a autoavaliação como estratégia reguladora da aprendizagem do aluno]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Grelha de observação das aulas; Registos de avaliação contínua; Informação de avaliação de educação física; Dossiê de departamento; Livros de Ponto; Documentação dos estágios do CTD; Atas de CT
Classificação atribuída	5
Fundamentação	Cumprir os procedimentos de avaliação, nas suas diferentes modalidades. Ao longo da aula observada, demonstrou preocupação em acompanhar e colmatar as dificuldades / incorreções diagnosticadas.

B. Competências profissionais e de conduta

B.1. Trabalho de Equipa e Cooperação Inter-áreas

[Partilha novas aquisições de conhecimentos científicos com os colegas; Trabalha cooperativamente com os colegas para resolver questões relacionadas com alunos, as aulas e a escola; Participa nos diversos grupos de trabalho da escola (grupos por disciplina, etc.); Toma a iniciativa de criar atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola; Participa em atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Planificações e Relatórios de atividade; Atas de departamento; Registos de presença; Registos fotográficos; Dossiê de departamento; Livros de Ponto; Plataforma Moodle
Classificação atribuída	5

Fundamentação

Trabalha cooperativamente com os elementos do departamento na partilha de conhecimento e na resolução de problemas pedagógicos e humanos. Tomou a iniciativa de organizar diversas atividades de grupo.

C. Competências sociais e de relacionamento

C.1. Relação com os alunos e encarregados de educação

[Demonstra preocupação e respeito para com os alunos, mantendo interações positivas; Promove, entre os alunos, interações educadas e respeitadas; Tem capacidade para lidar com comportamentos inadequados dos alunos; Mantém um canal de comunicação informal, de abertura e de proximidade com os alunos; Aplica o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos; Conhece, explica e implementa eficazmente os regulamentos existentes; Demonstra ter bom relacionamento com os Encarregados de Educação; Promove um ambiente disciplinado; Promove o compromisso efetivo dos Encarregados de Educação na concretização de estratégias de apoio à melhoria e sucesso dos alunos; Mobiliza valores e outras componentes dos contextos culturais e sociais, adotando estratégias pedagógicas de diferenciação, conducentes ao sucesso de cada aluno]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação

Grelha de observação das aulas; Documentação dos estágios do CTD; Atas de CT; Ações preventivas

Classificação atribuída

4

Fundamentação

Promove relações fundamentadas no respeito, confiança e estima, refletindo o conhecimento que possui sobre o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos.

C.2. Envolvimento com a comunidade educativa

[Demonstra estar integrado na comunidade educativa; Reconhece e releva os esforços e sucessos de outros (elementos da comunidade educativa); Inicia contactos com outros profissionais e agentes da comunidade para apoiar os alunos e as suas famílias, quando adequado; Cria oportunidades adequadas para os alunos, seus pais e membros da comunidade partilharem a sua aprendizagem, conhecimentos e competências com outros, na sala de aula ou na escola]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação

Registos de avaliação contínua; Documentação dos estágios do CTD; Registos fotográficos; Atas de departamento

Classificação atribuída

5

Fundamentação

Demonstra estar plenamente integrada na comunidade escolar, que reconhece a competência, pertinência e dinâmica do seu trabalho e empenho enquanto agente educativo.

D. Competências de gestão (no caso de trabalhadores com funções de coordenação ou chefia)

D.1. Liderança

[Adapta o seu estilo de liderança às diferentes características dos colaboradores; Favorece a autonomia progressiva do colaborador; Obtém o cumprimento das suas orientações através de respeito e adesão; É um exemplo de comportamento profissional para a equipa; No caso de estar nas suas funções, identifica e promove situações que requerem momentos formais de comunicação com alunos, encarregados de educação]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação

Planificações; Atas de departamento; Relatórios de atividades

Classificação atribuída

5

Fundamentação

O docente consegue, claramente, envolver todos os docentes do seu departamento no trabalho do mesmo. Adapta o seu estilo às diferentes características dos colegas.

D.2. Motivação

[Dá apoio e mostra-se disponível sempre que alguém necessita; Elogia com clareza e de modo proporcionado; Mostra apreço pelo bom desempenho dos seus colaboradores]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação

Atas de departamento; Atas de CP

Classificação atribuída

4

Fundamentação

O docente enquanto coordenador demonstra, sempre, disponibilidade para apoiar os colegas. Poderá melhorar a sua intervenção nas reuniões elogiando com mais clareza o trabalho desenvolvido, sempre que tal se justifique.

D.3. Delegação

[Delega todas as tarefas e responsabilidades em que tal é adequado; Promove a delegação desafiante, proporcionando assim oportunidades de desenvolvimento individual dos seus colaboradores; Ao delegar deixa claro o âmbito de responsabilidade, os recursos e o objetivo final; Responsabiliza os delegados pelos resultados das tarefas atribuídas; Controla em grau adequado]

Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação

Atas de departamento; Atas de CP

Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente delega todas as tarefas definindo os objetivos finais de cada tarefa e estabelecendo prazos que faz cumprir escrupulosamente.
D.4. Planeamento e Controlo <i>[Elabora planos, documentados, para as principais atividades, rentabilizando os recursos humanos e materiais; Baseia o seu planeamento em previsões realistas, definindo calendários, etapas e sub-objetivos, e pontos de controlo das atividades em momentos-chave]</i>	
Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Dossiê de departamento
Classificação atribuída	4
Fundamentação	Define claramente as tarefas que cada docente deve desempenhar na elaboração das diferentes atividades. Deverá melhorar o controlo sobre as mesmas mantendo um controlo mais efetivo.
D.5. Estratégia <i>[Formula uma visão estratégica positiva e motivante; Envolve a equipa e suscita a sua adesão à visão; Promove processos, atividades e estilos de atuação coerentes com a visão; O seu discurso é um exemplo de coerência com a visão; A sua ação é um exemplo de coerência com a visão; Integra na sua visão estratégica a gestão da qualidade]</i>	
Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Planificações e relatórios de atividades; Atas de departamento; Plataforma Moodle
Classificação atribuída	4
Fundamentação	Alinha claramente a estratégia da escola com as planificações das diferentes atividades. Poderá envolver mais os restantes docentes no referido processo.
D.6. Reconhecimento <i>[Reconhece boas práticas; Estimula boas práticas (que não sejam necessariamente inovadoras)]</i>	
Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Atas de departamento
Classificação atribuída	4
Fundamentação	O docente estimula e reconhece as boas práticas dos elementos da comunidade. No entanto, como já foi referido, deverá ser mais claro e preciso no destaque deste ou daquele docente, desta ou daquela atividade.
D.7. Gestão da Inovação <i>[Incentiva a análise crítica dos métodos de trabalho, encorajando a inovação; Recolhe sugestões e propõe à equipa temas concretos para inovação; Reconhece e elogia em ocasiões públicas ações de inovação; Aplica medidas de inovação ou reformulação de procedimentos]</i>	
Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Atas de departamento; Plataforma Moodle
Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente incentiva os restantes docentes do departamento a inovar lançando desafios e estimulando as práticas inovadoras. O tempo disponível para as reuniões de departamento e com tantos elementos, dificulta a "discussão" e a partilha dessas mesmas boas práticas.
D.8. Avaliação <i>[Implementa mecanismos formais de avaliação dos processos de gestão que lhe estão confiados; Garante a implementação de ações de melhoria resultantes dos processos formais de avaliação; Gere de forma eficaz (integrando a informação em futuras ações) a avaliação de todo o processo de gestão]</i>	
Descrição dos elementos tidos em conta na avaliação	Atas de departamento; Relatórios de atividades
Classificação atribuída	5
Fundamentação	O docente acompanha o desempenho do departamento fazendo a análise dos relatórios disponibilizados e tenta perceber os mesmos, promovendo a discussão e a partilha entre todos. As atas de departamento contêm a informação atualizada sobre o desempenho dos diferentes grupos que integram o seu departamento.

Anexo 3 – *Curriculum Vitae*

INFORMAÇÃO PESSOAL

Arlindo Martins Araújo

📍 Rua Rancho Típico de Pombal, n.º 21 - 3.º Esq, 3100-432 Pombal (Portugal)

📞 919748608

✉ niaraujo@sapo.pt

ESTUDOS A QUE SE
CANDIDATA

Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01/09/2015–Presente

Professor

Agrupamento de Escolas de Pombal, Pombal (Portugal)

Delegado Sindical no ano letivo de 2015/16.

Coordenador do projeto FITescola no ano letivo 2015/16.

Coordenador do projeto Basquetebol 3x3 no ano letivo 2015/16. .

Professor responsável pelo Grupo/equipa de Infantis B Masculinos de Futsal do Desporto Escolar no ano letivo 2015/16. .

01/09/1992–31/08/2015

Professor

Instituto D. João V, Louriçal - Pombal (Portugal)

Coordenador de Departamento de Artes e Expressões nos anos letivos 2011/12; 2012/13 e 2013/14.

Membro da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente nos anos letivos de 2011/12; 2012/13 e 2013/14.

Diretor de Turma nos anos letivos de 2006/07; 2007/08, 2013/14 e 2014/15.

Diretor de Curso (Curso Tecnológico de Desporto) nos anos letivos de 2011/12 e 2012/13.

Delegado de Grupo de Educação Física nos anos letivos 1997/98; 1998/99; 1999/00 e 2010/11.

Delegado Sindical nos anos letivos de 2013/14 e 2014/15.

Responsável de Grupo/Equipa de Judo do Desporto Escolar nos anos letivos de 2008/09 a 2010/11

Responsável de Grupo/Equipa de Basquetebol do Desporto Escolar nos anos letivos de 1992/93 a 2007/08. (Campeão Nacional de Juvenis Femininos nos anos letivos de 2002/03 e 2000/01 e Campeão Nacional de Iniciados Femininos no ano letivo de 1998/99.)

Coordenador do projeto de Educação para a Saúde "Vamos ser... Saudáveis" nos anos 2007/08, 2008/09 e 2009/10.

Coordenador do Projeto Basquetebol 3x3 de 2000/01 a 2012/13.

Coordenador da "Academias das Artes" no ano letivo de 2006/07.

Coordenador da equipa pedagógica "Acidentes na Escola" no ano letivo de 2001/02.

Docente de turmas de Currículos Alternativos nos anos letivos de 1997/98 e 1998/99.

06/10/1989–18/07/1990

Formador de Informática

Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, Pombal (Portugal)

01/10/2007–Presente

Treinador de Judo

CCD - Escola de Judo de Pombal, Pombal (Portugal)

- Treinador da Seleção Nacional do INATEL presente nos Jogos Desportivos Mundiais CSIT - Rimini - Itália, 2008.

- Tutor de três estagiários do Curso de Treinadores de Judo - Grau I, 2014

- Preletor do Curso de Treinadores de Judo - Grau I, Organizado pela Associação Distrital de Judo de Leiria, realizado na Marinha Grande, em 2013.

- Preletor no Curso de Monitores, Organizado pela Associação Distrital de Judo de Leiria, realizado na Marinha Grande, em Setembro de 2008.

01/01/1992–31/12/2007

Treinador de Judo

Associação Desportiva e Acção Cultural da Chameca, Pombal (Portugal)

- Secretário do Curso de Monitores, Organizado pela Associação Distrital de Judo de Leiria, realizado na Marinha Grande, em Setembro de 1996.

01/01/1984–31/12/1991

Treinador de Judo

Núcleo do Desporto Amador de Pombal, Pombal (Portugal)

01/09/2001–31/07/2006

Treinador de Basquetebol

Associação Desportiva e Acção Cultural da Chameca, Pombal (Portugal)

Campeão Nacional da I Divisão - Seniores Femininos (2005/06)

01/09/1993–31/07/2001

Treinador de Basquetebol

CD do Instituto D. João V, Lourical - Pombal (Portugal)

Treinador da Seleção Distrital de Cadetes Femininos (A.B. Leiria) nos anos de 1997, 2000 e 2001.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

01/09/2006–16/07/2008

Licenciatura em Educação Física

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra (Portugal)

01/09/1993–18/06/1997

Licenciatura do Curso de Professores do Ensino Básico, variante de Educação Física

Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra (Portugal)

01/07/1995–15/07/1995

Treinador de Basquetebol - Grau II

Federação Portuguesa de Basquetebol (Portugal)

01/09/1990–15/09/1990

Treinador de Judo - Grau II

Federação Portuguesa de Judo (Portugal)

06/12/2015

Curso de Monitor de Xadrez

Federação Portuguesa de Xadrez, Lisboa (Portugal)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna português

Competências de organização

- Encontro Local-Norte do Projeto Compal Air 3x3 nas escolas, nos escalões de Infantis, Iniciados, Juvenis e Júniores Masculinos e Femininos, Louriçal, nos anos de 2006, 2011 e 2012.
- Encontro Pré-Regional do Projeto Compal Air 3x3 nas escolas, nos escalões de Infantis, Iniciados, Juvenis e Júniores Masculinos e Femininos, Louriçal, nos anos de 2010 e 2011.
- Torneio Nacional de Judo "Preparação" – Fundação INATEL, Pombal, Fevereiro de 2009.
- II Encontro do Instituto D. João V – Os Descobrimentos e as Ciências, sendo o responsável pela atividade "Caminho Marítimo para a Diversão" e cerimónia de abertura, Louriçal, Março de 2007.
- Corta-mato GPS, Ansião, nos anos de 2006 e 2007
- III Encontro GPS, Torres Vedras, Julho de 2006.
- I Encontro do Instituto D. João V - Desenvolvimento Sustentável, sendo o responsável pelas atividades "Movimentos e Criatividade" e "Destrezas e Chapanços", Louriçal, Março de 2006.
- Coordenador do Basquetebol Feminino, Campeonato Nacional do Desporto Escolar 2004/05 - Iniciados, Leiria, Maio de 2005.
- Campeonatos Regionais do Desporto Escolar de Futsal; Voleibol e Andebol, 2003/04 nos escalões de Juvenis Masculinos e Femininos, Louriçal, Maio de 2004.
- Encontro Local do Projeto Sunny D 3x3 nas escolas, nos escalões de Infantis, Iniciados, Juvenis e Júniores Masculinos e Femininos, Louriçal, Abril de 2004.
- I Torneio Internacional de Judo de Pombal (Juvenis Masculinos), Associação Desportiva e Ação Cultural, Pombal, Fevereiro de 2004.
- Campeonato Nacional do Desporto Escolar Futsal, 2002/03 no escalão de Juvenis Masculinos, Louriçal, Maio de 2003.
- Torneios Regionais do Desporto Escolar de Basquetebol; Futsal; Voleibol e Andebol, 2002/03 nos escalões de Juvenis Masculinos e Femininos, Louriçal, Maio de 2003, sendo o coordenador do Basquetebol.
- Torneio Inter-Associações de Basquetebol no escalão de Cadetes Femininos, Níveis I, II, III e IV, Louriçal e Pombal, Julho de 2001.
- Torneio Quadrangular de Basquetebol no escalão de Seniores Femininos, Louriçal, Maio de 2000.
- Campeonato Nacional do Desporto Escolar Futebol-5, 1999/00 no escalão de Juvenis Masculinos, Louriçal, Maio de 2000.
- Torneios Regionais do Desporto Escolar de Basquetebol; Futebol-5; Voleibol e Andebol, 1998/99 nos escalões de Juvenis e Iniciados Masculinos e Femininos, Louriçal, Maio de 1999.
- Ação de Formação "Judo na Escola - 1", dinamizada pelo Prof. João Paulo Teixeira, Prof. Arlindo Araújo e Sr. António Saraiva, no Instituto D. João V - Louriçal, Maio de 1998.
- Férias Desportivas "Vamos Aprender Judo" realizadas em Pombal nos anos de 1996, 1997 e 1998.
- Férias Desportivas "Futebol na Desportiva" realizadas em Pombal no ano de 1998
- Férias Desportivas "Escola de Basquetebol" realizadas no Louriçal no ano de 1997.
- Férias Desportivas "Escola de Judo" realizadas no Louriçal no ano de 1997
- Torneio Regional Desporto Escolar de Basquetebol 1996/97 Iniciados Femininos, Louriçal, Maio de 1997.
- Corta-Mato Escolar 1997/98, Fase C.A.E. Leiria, realizado no Louriçal Fevereiro de 1997
- Ação de Formação "Primeiros Socorros", dinamizada pelo Enfermeiro Monitor de Primeiros Socorros Sabino Carregado, na Escola Superior de Educação, Coimbra, 1997.
- Férias Desportivas "Vamos Jogar Basquetebol" realizadas no Louriçal no ano de 1996.
- Ação de Formação "Judo na Escola - 1", dinamizada pelo Prof. João Paulo Teixeira, na Escola C+S José Falcão de Miranda do Corvo, 1996.
- Torneio Nacional de Judo de Pombal (Esperanças Masculinos), Núcleo do Desporto Amador de Pombal, Pombal, Outubro de 1990.

-Torneio Nacional de Judo de Pombal (Seniores Femininos), Núcleo do Desporto Amador de Pombal, Pombal, nos anos de 1988 e 1999.

Competência digital

- Bom domínio das ferramentas do MS Office (Word; Excel e PowerPoint).
- Competências Básicas em Tecnologias de Informação, Fundação para Divulgação das Tecnologias de Informação, 2007.

Outras competências

- Ação de Formação "A evolução técnica – Da formação à competição", Associação Distrital de Judo de Leiria, Marinha Grande, maio de 2016 (4,5 horas - 0,9 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação de Curta Duração "Workshop Dinâmicas de Grupo em Educação Ambiental", Agrupamento de Escolas de Pombal, Pombal, Abril 2016 (3 horas).

- Ação de Formação "A Aptidão Física e a Educação Física", Direção Geral de Educação, Coimbra, Abril 2016 (3 horas).

- Ação de Formação "Modelo de Desenvolvimento Judocas a Longo Prazo – Workshop 1", Federação Portuguesa de Judo, Almada, março de 2016 (8 horas - 1,6 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação "Escalada – Didática e Segurança em Contexto Escolar", Escola Superior de Desporto e Lazer, Paião e Soure, janeiro 2016 (25 horas – 1 Unidade de crédito).

- Ação de Formação "O Ultimate nas Escolas – Aplicação do SOTG como veículo promotor do Fair Play", Centro de Formação Leirimar, Marinha Grande, Dezembro 2015 (6 horas).

- Ação de Formação "Classificação de Atletas com Deficiência Visual", FPDD, Lisboa, Novembro 2015 (2 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação "Saúde Mental nas Escolas". Equipa de Educação para a Saúde do Agrupamento de Escolas de Pombal, Pombal, Novembro 2015 (3 horas).

- Ação de Formação "Educação para o Empreendedorismo: Pontos de situação e oportunidades de futuro" Centro de formação CENFORMAZ, Pombal, dezembro 2015 (15 horas – 0,6 créditos).

- Ação de Formação "Improve your Club Seminar", Federação Portuguesa de Judo, Odivelas, Junho de 2015 (9 horas - 1,8 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação "Judo at School", Federação Portuguesa de Judo, Odivelas, Junho de 2015 (9 horas - 1,8 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação "A Formação Desportiva no Judo: que percurso? Pedagogia do sucesso no Judo", integrada no plano de formação da Federação Portuguesa de Judo e promovida e organizada pela Associação Nacional de Treinadores de Judo, Oliveira do Bairro, Maio 2015. (5 horas – 1 Unidade de Crédito).

- Ação de Formação para Treinadores, Associação Distrital de Judo de Leiria, com os formadores António Saraiva e Miguel Lucas, Marinha Grande, Maio 2015 (7 horas - 1,4 Unidades de Crédito).

- Encontro de Formação "Dificuldades de aprendizagem específicas – Dislexia, Disgrafia, Disortografia, Discalculia", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Março 2015 (8 horas).

- Clinic de Judo da Associação Nacional de Treinadores de Judo, com os formadores Raffaele Toniolo, Mónica Barbieri, Marco Batista e Ágata Aranha, Coimbra, Setembro de 2014 (10 horas – 2 Unidades de Crédito).

- Jornadas Sindicais, SPRC, Montemor-o-Velho, Setembro 2014.

- Ação de Formação de Treinadores, Federação Portuguesa de Judo, com os formadores Nuno Delgado, José Curado e António Saraiva, Lisboa 2014 (9 horas – 1,8 Unidades de Crédito).

- Ação de Formação "Intervenção do Treinador ao Nível da Lesão Desportiva", integrada no plano de formação da Federação Portuguesa de Judo e promovida e organizada pela Associação Nacional de Treinadores de Judo, com a colaboração da Associação de Árbitros de Judo de Portugal, Coimbra, Março 2014. (5 horas – 1 Unidade de Crédito).

- Ação de Formação "Microsoft Excel (avançado)", realizada no Instituto D. João V (b-learning), Louriçal, Janeiro a Abril 2014 (35 horas).

- Ação de Formação "Escola Virtual", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Julho 2013 (3 horas).

- Palestra "Etapas de Formação de Futsal", organizada pelos alunos do CTD do Instituto D. João V, dinamizada pelo Prof. Nuno Dias e Sr. Raúl Oliveira, Louriçal, Maio 2013.

- Ação de Formação "PowerPoint avançado", realizada no Instituto D. João V (b-learning), Louriçal, Abril e Maio 2013 (35 horas).

- Estágio de Formação de Treinadores de Judo Associação Distrital de Judo de Leiria, com os formadores Prof. João Teixeira, Prof. Nuno Delgado e DTR António Saraiva, Marinha Grande, Dezembro 2012 (7 horas).

- Estágio Técnico Formação de Treinadores de Judo Associação Distrital de Judo de Leiria, com os formadores Marcial Romero e Miguel Romero, Marinha Grande, Setembro 2012 (3 horas).

- XVII Clinic de Judo da Associação Nacional de Treinadores de Judo, com os formadores Prof. Doutor Manuel João Coelho e Silva; Prof.^a Doutora Cláudia Minderico; Mestre Luís Monteiro; Mestre João Santos; Sr. Juan Barcos e Sr. Richard Trautmann, Coimbra, Outubro de 2012 (14 horas).

- Ação de Formação "Moodle", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Outubro 2012 (3 horas).

- Ação de Formação "Escola Virtual", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Junho 2012.

- Ação de Formação "Higiene e Segurança no Trabalho", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Abril 2012 (35 horas).

- Reciclagem de Treinadores, Federação Portuguesa de Judo, com os formadores Juan Carlos Purriños; José Robalo e Luís Monteiro, Coimbra 2011 (9,5 horas).

- Encontro de Educação "Novo Acordo Ortográfico", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Setembro 2011 (90 minutos).

- XVI Clinic de Judo da Associação Nacional de Treinadores de Judo, com os formadores Prof. Doutor Luís Rama; Prof. Doutor José Manuel Garcia Garcia; Mestre Rodrigo Ruivo; Sr.^a Iona Babiuc; Sr. Iliya Parshikov e Sr. Alexander Spiridonov, Coimbra Setembro de 2011 (14 horas).

- Ação de Formação de Natação, dinamizada pelo Prof. Ricardo Gaspar, Louriçal, Julho de 2011 (8 horas).

- Ação de Formação de Corfebol, dinamizada pelo Prof. Francisco Gradeço, Monte Redondo, Julho de 2011 (8 horas).

- Estágio Técnico "Técnicas de base e competição", Associação Distrital de Judo de Leiria, com os formadores Raquel Garcia e Conchi Narano, Marinha Grande, Março de 2011 (12 horas).

- Ação de Formação para Treinadores e Monitores da Associação Distrital de Judo de Leiria, dinamizada por Go Tsunoda, Marinha Grande, Novembro de 2010 (5 horas).

- Ação de Formação "Educação Sexual – A Educação Sexual Chegou à Escola", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Outubro 2010 (4 horas).

- XV Clinic da Associação Nacional de Treinadores de Judo, dinamizada por Rui Rosa e Nuno Delgado, Coimbra Setembro de 2010 (12 horas).

- Ação de Formação para Treinadores e Monitores da Associação Distrital de Judo de Leiria, dinamizada por Eduardo Carballeira e Bernardo Romay, Marinha Grande, Setembro de 2010 (12 horas).

- Ação de Formação "Saídas de Campo – Um Potencial de Transversalidade e Multidisciplinaridade", dinamizada pelo formador Nuno Manuel Rodrigues dos Santos, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Setembro 2010 (15 horas – 0,6 Unidades de crédito).

- Ação de Formação "Gestão do tempo e organização do trabalho?", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Junho 2010 (4 horas).

- 1.º Seminário de Natação em Pombal, organizado pelo NDA Pombal, Pombal, Abril de 2010 (7 horas).

- X Fórum Internacional do Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra e Associação Portuguesa de Professores de Educação Física, Coimbra, Março de 2010 (10 horas).

- Ação de Formação para Treinadores da Associação Distrital de Judo de Leiria, dinamizada por Marcial Romero, Marinha Grande, Fevereiro de 2010 (12 horas).

- Ação de Formação "Ferramenta GATO", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Setembro de 2009 (4 horas).

- Ação de Formação "FITNESSGRAM – Educação e Avaliação da Aptidão Física da Criança e do Adolescente", dinamizada pelo formador Hugo Carlos Fernandes Vieira Pereira, realizada no Colégio de Santo André, Venda do Pinheiro, Setembro de 2009 (15 horas – 0,6 Unidades de crédito).
- Ação de Formação para Treinadores da Associação Distrital de Judo de Leiria, dinamizada por Go Tsunoda, Marinha Grande, Setembro de 2009 (17 horas).
- Ação de Formação para Treinadores e Monitores da Associação Distrital de Judo de Leiria "Nage-no-Kata", dinamizada por António Saraiva e Jorge Lopes, Marinha Grande, Junho de 2009 (6 horas).
- Ação de Formação "Noções Básicas de Socorrismo em Ambiente Escolar", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Abril de 2009 (12 horas).
- Ação de Formação para Treinadores da Associação Distrital de Judo de Leiria, dinamizada por Justo Canales, Marinha Grande, Março de 2009 (8 horas).
- IX Fórum Desporto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra e Associação Portuguesa de Professores de Educação Física, Coimbra, Março de 2009 (8 horas – 1 ECTS).
- Ação de Formação "Saber comer, saber crescer", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Janeiro 2009 (3 horas).
- Ação de Formação "Ferramenta GATO", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Janeiro 2009 (4 horas).
- Ação de Formação "A Importância da Educação para a Saúde nos Sistemas Educativos", dinamizada pela Dr.ª Fernanda Barahona, realizada no Colégio Rainha Dona Leonor, Caldas da Rainha, Setembro de 2008 (15 horas – 0,6 Unidades de crédito).
- Ação de Formação "O Atletismo na Escola", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Julho de 2008 (8 horas).
- Ação de Formação "Moodle", realizada no Instituto D. João V, Louriçal, ano letivo 2007/08 (22 horas).
- Reciclagem de treinadores, Federação Portuguesa de Judo, com o formador Marc Alexandre, Coimbra, Dezembro de 2007 (9 horas).
- Ação de Formação para Treinadores da Associação Distrital de Judo de Leiria, com o formador Go Tsunoda, Marinha Grande, Outubro de 2007 (14 horas).
- 4.º Fórum GPS "Educação-Formação", realizado no Colégio de Quiaios, Quiaios, Setembro 2007.
- Ação de Formação "Promoção e Educação para a Saúde – Comportamentos de Risco", dinamizada pela Dr.ª Maria da Luz Pedroso, realizada no Colégio Almalaguês, Almalaguês, Julho de 2007 (16 horas – 0,6 Unidades de crédito).
- Ação de Formação "Equipamentos Desportivos – Manutenção e Segurança", realizada no Colégio de Quiaios, Quiaios, Março de 2007 (Acreditada pelo IQF - 8 horas).
- 3.º Fórum GPS "Organizar para Aprender", realizado na Escola Internacional de Torres Vedras, Torres Vedras, Setembro de 2006.
- 2.º Fórum GPS "Motivar a Educação, Educar a Motivação", realizado no Instituto D. João V, Louriçal, Setembro de 2005.
- 1.º Fórum GPS "Educação/Formação – O desafio do Século XXI", realizado no Instituto D. João V, Louriçal, Setembro de 2004.
- XXI Clinic Internacional "Cidade do Barreiro", Federação Portuguesa de Basquetebol e Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol, Barreiro, Setembro de 2001 (Creditado pela FPB/ENB).
- Ação de Formação "Formação Casio – Exploração das Novas Tecnologias", dinamizada pela Beltrão Coelho S.A., realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Abril de 2001 (3 horas).
- 5.º Ciclo de Conferências do Instituto D. João V, Abril de 2001.
- 4.º Ciclo de Conferências do Instituto D. João V, Abril de 2000.
- Ação de Formação/Informação "O Basquetebol na Escola – Atualização de regras", Direção Regional de Educação do Centro e Associação de Basquetebol de Leiria, Louriçal, Dezembro de 1999.
- Clinic para Treinadores "Mundial de Juniores 99", Federação Portuguesa de Basquetebol e Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol, Lisboa, Julho de 1999.
- 3.º Ciclo de Conferências do Instituto D. João V, Março de 1999.
- 2.º Ciclo de Conferências do Instituto D. João V, Abril de 1998.

- Ação de Formação para Treinadores "Judo dos 4 aos 12 anos", dinamizada pelo Prof. Rafael Ortega e Dr. José Navalpotro, Associação Distrital de Judo de Leiria, Marinha Grande, Setembro de 1997.
- Clinic Especial Treinadores de Formação, Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol, Aveiro, Agosto de 1997.
- 1.º Ciclo de Conferências do Instituto D. João V, Abril de 1997.
- Ação de Formação "Os processos técnico-táticos para as equipas de formação", dinamizada pelo Prof. Artur Lima, Associação de Basquetebol de Leiria, Leiria, Janeiro de 1997.
- Ação de Formação "Judo na Escola I", dinamizada pelo Prof. João Paulo Teixeira, Escola C+S José Falcão de Miranda do Corvo, Miranda do Corvo, Dezembro de 1996.
- Clinic Internacional da Figueira da Foz, Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol, Figueira da Foz, Setembro de 1995.
- V Clinic Internacional da Figueira da Foz, dinamizada por Pierre Buteau, Associação de Basquetebol de Coimbra, Figueira da Foz, Junho de 1995.
- Ação de Formação "Desporto Escolar", dinamizada pelo Professor Carlos Silva, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Março de 1995.
- Ação de Formação de Corfebol, dinamizada pelo Prof. Francisco Gradeço, Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, Janeiro de 1995 (5 horas).
- Ação de Formação "Avaliação", dinamizada pelo Dr. José Afonso Baptista, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Dezembro de 1994.
- Ação de Formação "O enquadramento pedagógico do audiovisual no processo ensino-aprendizagem", dinamizada pelo Dr. António Falcão Paredes, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Junho de 1994.
- IV Clinic Internacional da Figueira da Foz, dinamizada por Pierre Buteau, Associação de Basquetebol de Coimbra, Figueira da Foz, Junho de 1994.
- International Clinic "Lisboa 94", The European Association of Basketball Coaches, Lisboa, Abril de 1994.
- Ação de Formação "Avaliação – Que Perspectivas", dinamizada pelo Dr. Fernando Machado, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Novembro de 1993.
- Ação de Formação de Acrobática, dinamizada pelo Prof. Jorge Abrantes, Associação de Ginástica do Distrito de Coimbra, Coimbra, Março de 1993.
- Ação de Formação "Avaliação no Contexto da Reforma Curricular", dinamizada pela Dr.ª Lucília Salgado, realizada no Instituto D. João V, Louriçal, Novembro de 1992.
- Curso de Árbitro de Judo, Federação Portuguesa de Judo, em 1987. Promovido à categoria de Regional - B em 14/04/1990 e a Regional - A em 23/06/1992.
- Curso de Gestão de Base de Dados – DBASE II, FORMA – Instituto de Formação Profissional, em 1986.

Carta de Condução A, B